

**GARIMPANDO MEMÓRIAS:
ESPORTE, EDUCAÇÃO FÍSICA, LAZER E DANÇA**

Organizadoras:

Silvana Vilodre Goellner
Angelita Alice Jaeger

Porto Alegre
Outubro - 2006

FICHA CATALOGRÁFICA

© dos autores

1ª edição: 2007

Direitos reservados desta edição:

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Capa: Flavio Gonçalves

Revisão: Fernanda Kautzmann

Editoração eletrônica: Vanessa da Silva/ Gênese Artes Gráficas

G232 Garimpendo memórias: esporte, educação física, lazer e dança /
organizado por Silvana Vilodre Goellner e Angelita Alice Jaeger.

– Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.

(Série Esporte, Lazer e Saúde)

Inclui referências.

Inclui quadros.

1. Educação física. 2. Memória e sociedade. 3. Lazer. 4. Esportes.
5. Dança. 6. Práticas corporais. 7. Práticas esportivas. 8. Mulheres –
Corpos – História. I. Goellner, Silvana Vilodre. II. Jaeger, Angelita
Alice. III. Série.

CDU 796

CIP-Brasil. Dados Internacionais de Catalogação na Publicação.

(Ana Lucia Wagner – Bibliotecária responsável CRB10/1396)

ISBN 978-85-7025-931-8

ESPORTE, LAZER E SAÚDE: INVESTIGAÇÃO, DOCUMENTAÇÃO E IMPACTO SOCIAL.

APRESENTAÇÃO DA SÉRIE

Em dezembro de 2005 foi celebrado o convênio entre o Ministério do Esporte e a Universidade Federal do Rio Grande do Sul para implantação do núcleo do Centro de Desenvolvimento do Esporte Recreativo e do Lazer (Rede CEDES) na Escola de Educação Física. A iniciativa interinstitucional tem por objetivo geral "estimular e fomentar a produção e a difusão do conhecimento científico-tecnológico voltadas à gestão do esporte recreativo e do lazer, tendo como horizonte a (re)qualificação e a formação continuada dos gestores de políticas públicas" (ME, 2006).

Três projetos deram início às atividades do núcleo: *O Esporte na Cidade*: um estudo sobre as sociabilidades esportivas, a caracterização sociocultural e a apropriação dos espaços públicos urbanos; *Garimpendo Memórias: esporte, lazer e educação física em Porto Alegre*; e *Estilo de vida ativo X Sedentarismo: efeitos de um programa de promoção de atividade física e saúde na cultura corporal urbana*. Os três estão vinculados ao Programa de Pós-Graduação em Ciências do Movimento Humano (PPGCMH/ESEF/UFRGS), área de concentração "Movimento Humano, Cultura e Educação", linhas de pesquisa "Representações Sociais do Movimento Humano" e "Formação de professores e prática pedagógica".

Projetos inaugurais que permitiram agregar ao núcleo outros trabalhos e atividades de pesquisa articulados teórica e metodologicamente ao campo das representações sociais, etnografia, historiografia cultural e análise de discurso midiático, que dão sustentação às análises sobre fenômenos contemporâneos do esporte recreativo e do lazer na cidade, a recuperação e documentação da memória das práticas esportivas regionais, bem como, as crenças circulantes em programas de promoção da saúde acerca dos benefícios da prática física e sua repercussão na cultura do movimento humano.

A série "Esporte, lazer e saúde: investigação, documentação e impacto social" conta com textos provenientes dos trabalhos de investigação realizados em cada um dos três projetos, além de trabalhos que não estão diretamente ligados, e sim articulados teórica e metodologicamente com os estudos desenvolvidos pelo Núcleo UFRGS da Rede CEDES.

APRESENTAÇÃO

Analisar diferentes práticas corporais e esportivas a partir da perspectiva histórica é, sem dúvida alguma, uma tarefa necessária nestes tempos onde proliferam as iniciativas de difusão de informações de consumo superficial. A preservação da memória busca não apenas evitar o esquecimento, mas, sobretudo, preservar identidades culturais de indivíduos, grupos sociais, instituições, nações.

Abordar historicamente um tema é, porque não pensar assim, construir um passeio por um tempo que é passado e é presente, pois, apesar de distante na cronologia, carrega em si proximidades com representações, conceitos, preconceitos, formulações teóricas, construções estéticas, políticas e ideológicas desse tempo que é hoje e que é nosso. É procurar nos fragmentos do passado, vínculos e persistências com o presente e o futuro, não no seu desenrolar contínuo e cronológico, mas na descontinuidade dos enlaces que entre eles vão se construindo.

Trama delicadamente tecida pelo/a sujeito-pesquisador/a que movido por diferentes interesses, escolhe textos, imagens, sons, objetos, monumentos, equipamentos, vestes, memórias e tantas outras produções humanas, entendendo que os vestígios de outrora têm muito a nos dizer. Nesse sentido, os registros históricos são sempre construções de determinadas pessoas e resultam nos modos de ver de quem as produziu. O que significa afirmar que as fontes históricas nunca são completas ou estão esgotadas e que as versões historiográficas nunca são definitivas, pois podem ser lidas de forma diferente por diferentes sujeitos, em diferentes épocas.

Distintos também são os olhares que lançamos para as práticas corporais e esportivas, examinadas em suas múltiplas possibilidades, tempos e lugares. Pesquisas que reunidas neste livro, apresentam memórias, representações, valores e protagonismos que constituíram e constituem essas práticas, revelando as imposições, os conflitos, os limites, as ousadias e transgressões que marcaram a educação dos corpos de homens e mulheres, seja no campo esportivo, no lazer ou na educação física, em diferentes possibilidades de práticas, no contexto brasileiro ou argentino, ultrapassando os contornos geográficos e temporais. Estes estudos focalizam, muitas vezes, as mulheres e

suas inúmeras lutas, questionando, reagindo e ampliando os limites que a sociedade decidiu impor ao seu sexo.

Enfim, trata-se de um livro que focaliza as práticas corporais e esportivas examinadas em diferentes perspectivas, tempos e lugares. Resultado dos múltiplos interesses dos/as pesquisadoras que movidos pelo desejo comum de narrar histórias na perspectiva do seu olhar, percorreram diferentes vestígios apontando que uma história poderá sempre ter uma nova e distinta versão. Na esteira dessa idéia, apresentamos aos leitores os artigos que compõe esse livro.

- Abrimos os textos com o artigo da Silvana Vilodre Goellner intitulado *“Mulheres, memórias e histórias: reflexões sobre o fazer historiográfico”*. Inspirada em seus diversos escritos que falam de mulheres, seus corpos e suas histórias, a autora dialoga com diferentes disciplinas construindo uma narrativa que aborda “histórias” e “mulheres”, destacando a emergência e a contribuição dos Estudos de Gênero e das Epistemologias Feministas na visibilidade das mulheres como sujeitos históricos. Ao tecer reflexões em torno do seu fazer historiográfico, Silvana chama a atenção para o caráter político dessas incursões, pois “fazer pesquisa implica em fazer opções epistemológicas e metodológicas e estas nunca são neutras nem a-históricas” (p. ???). Ancorada no seu fazer historiográfico, a autora aponta para “a impossibilidade de uma versão única e verdadeira para as mulheres e suas múltiplas historicidades” (p???)

- Em Pesquisa de cunho historiográfico, Eneida Feix privilegia entender a relação dos espaços abertos da cidade de Porto Alegre com o contexto sócio-cultural do início do século XX. Debruçando-se sobre os jornais da época, a autora assinala que a convergência de preocupações estéticas, higiênicas e de segurança com a necessidade de modernização da cidade, exigiam melhorias nas condições de vida da população, incluindo o espaço onde se vivia. Buscando aproximar-se dos contornos das grandes cidades brasileiras e européias, Porto Alegre passa por um processo de embelezamento, remodelação e criação de praças e novos “espaços verdes”, locais destinados ao “recreio da população”. Na esteira dessas transformações, o Professor Frederico Guilherme Gaelzer, elabora projetos que incentivam crianças, jovens a adultos a prática esportiva e recreativa, disseminando-os pelas praças e parques da cidade, democratiza o acesso aos cidadãos e cidadãs da Capital.

- Ancorados na perspectiva da Nova História Cultural, Janice Zarpellon Mazo e Luiz Henrique Rolim se propuseram a recuperar *“Memórias da participação dos clubes esportivos nas comemorações da “Semana da Pátria” em Porto Alegre (décadas de*

1930 e 1940)”, período em que o governo brasileiro instituiu a campanha de construção da identidade nacional brasileira, investindo em diferentes comemorações de caráter cívico. Os clubes esportivos destacavam-se na parada do “Sete de Setembro” e na expressiva participação esportiva. Em depoimentos, ex-atletas lembram da preparação, da expectativa e da festa que se formava em torno desses espetáculos, seja em desfiles em vias públicas ou na participação em competições esportivas que envolviam futebol, ginástica geral, atletismo, natação, remo, basquetebol, voleibol, tênis e bolão. Em ambos os espaços o investimento no civismo brasileiro imprimia o tom nas comemorações.

- Oriundo do Centro de Memória do Esporte da ESEF/UFRGS, o Projeto Garimpendo Memórias, objetiva reconstruir e preservar a memória das práticas corporais e esportivas do Rio Grande do Sul. Apoiadas na História Oral, Silvana Vilodre Goellner, Johanna Coelho von Muhlen, Anna Maurmann e Camile Saldanha Bueno Romero descrevem o minucioso trabalho realizado na coleta e transcrição das entrevistas, instrumento privilegiado nesse projeto, principalmente, por recuperar o vivido a partir da memória de quem o viveu. Assim, colhem depoimentos de homens e mulheres que de alguma forma colaboraram com o esporte, a educação física, o lazer e a dança no Rio Grande do Sul. Por fim, objetivam restaurar, digitalizar e catalogar os materiais cedidos, emprestados ou que façam parte do acervo do CEME, colocando à disposição de consulta pública.

- No próximo artigo, André Juiz Silva nos conta que ao debruçar-se em fontes deixadas pelos higienistas, encontra as valiosas e abundantes obras de Renato Kehl. Chama-lhe a atenção a aproximação do autor com a Educação Física, o que por sua vez, o conduz às obras de Fernando de Azevedo. Aproximando fontes desconexas e vestígios esquecidos, garimpendos no período de 1920 a 1936, André produz um diálogo entre as obras desses dois grandes autores, propondo-se a pensar na Eugenia brasileira e seu envolvimento com as atividades físicas sistemáticas. Conclui seu texto, destacando que diferentes atravessamentos fizeram resultar do diálogo entre a Educação Física e a Eugenia posicionamentos completamente diversos. “Longe da unanimidade da regeneração racial, as atividades físicas passaram pelo conflito e o contra-senso das discussões teóricas que rodearam a “ciência da melhoria da espécie” (p???)”.

- Andréa Moreno e Verona Campos Segantini apontam reflexões elaboradas a partir de um projeto de pesquisa que busca conhecer a configuração da educação do corpo pensada e nascida em Belo Horizonte, no período de 1891-1930. Nesse texto, as autoras privilegiam a análise de fontes documentais promulgadas pelo Estado,

objetivando educar os corpos dos sujeitos que circulavam pela cidade. Seguindo os procedimentos metodológicos da pesquisa histórica, buscam nas fontes documentais revelar e recuperar sentimentos e expectativas do que foi esse processo educativo. Movidas por diferentes questões que ainda precisam ser aprofundadas, reconhecem na legislação a projeção de três cidades: “a do futuro (desejada e sonhada pelos produtores do espaço); a do presente (a cidade-problema, requerendo ordem) e a do passado (aquela que precisa ser apagada). Em todas elas o corpo aparece como objeto a ser educado” (p??).

- A Educação Física destacou-se na construção de um tipo específico de feminilidade e masculinidade em meio as diferentes disciplinas curriculares nas Escolas Argentinas. Focalizando essa questão e situando sua pesquisa nos anos de 1880 até 1990, Pablo Scharagrodsky, entre outras questões, pergunta: Como diferentes práticas da educação física configuraram uma determinada masculinidade e feminilidade e não outra? Para responder suas indagações, analisou alguns conteúdos desenvolvidos na educação física escolar Argentina. Concluiu que, historicamente, esses conteúdos legitimavam uma determinada orientação generificada, onde o binarismo, a hierarquia e a heterossexualidade emergiam como os únicos componentes possíveis e desejáveis para os modelos dos corpos. Porém, acreditando que as masculinidades e feminilidades são práticas sociais aprendidas, negociadas e que podem modificar-se, o autor sugere que a educação física possa transformar as relações entre os sujeitos, abrindo novas narrativas no e sobre o corpo.

- Ludmila Mourão e Gabriela de Souza abordam nesse artigo, o processo de oficialização do judô feminino; conquista obtida a partir de um instigante episódio do Esporte brasileiro. A partir dos anos 1940 as mulheres foram proibidas de praticar esportes “ditos viris” no Brasil e essa discriminação começou a ruir quando quatro atletas foram inscritas em um evento internacional, usando “nomes de homens para que fosse possível a obtenção de subsídios, como passagens aéreas, hospedagem e alimentação”. A pontuação obtida pelas mulheres fez com que a equipe brasileira conquistasse o título de campeã na contagem geral de pontos. Utilizando fontes orais e documentais, as autoras reconstróem esse importante episódio que mudou o rumo da participação das mulheres brasileiras no cenário do esporte nacional e internacional. Entretanto, “acredita-se que são necessárias novas pesquisas sobre os espaços ocupados pelas mulheres nos esportes, sobretudo em modalidades que ainda são estigmatizadas, quando consideradas mais adequadas para os homens” (p. ???).

- Márcia L. Figueira e Thais R. de Almeida acreditam que “não há dúvidas: na atualidade somos constantemente interpelados por corpos em movimento... O tom é recorrente: movimente-se! Exercite seu corpo, seja lá de que maneira for” (p??). A partir dessa incisiva interpelação, as autoras narram a inserção e a participação feminina no *skate* e no *rugby* e ao privilegiarem esses esportes destacam que “mais do que fazer uma análise histórica sobre a inserção das mulheres no esporte, interessa pensar que, no Brasil, o *skate* e o *rugby* são duas modalidades esportivas em que a participação feminina é pouco visibilizada”(p??). Análises no contexto brasileiro e gaúcho apontam que ausências, ocultamentos e sombras constituem muitas histórias da memória esportiva nacional, porém cada vez mais, as próprias mulheres veem reconstituindo fragmentos dos enfrentamentos e lutas femininas, buscando recuperar seus protagonismos no campo esportivo.
- A potencialização muscular como exclusividade masculina é questionada por Angelita Alice Jaeger nesse texto, apoiando-se nos Estudos Culturais e na Nova História Cultural a autora discute a posição central que o músculo volumoso e tonificado assumiu na construção dos corpos contemporâneos, em especial, nos corpos femininos. Para isso, analisa diferentes fontes documentais, o que lhe permite falar nas “condições históricas da emergência do músculo, no espetáculo dos corpos potencializados e, no músculo sob os holofotes”(p??). Ao abordar as competições de fisiculturismo, destaca o protagonismo feminino e a problematização de noções tradicionais e fixas de feminilidade. Por fim, “sinaliza que as fronteiras da potencialização de corpos de homens e mulheres estão em constante ampliação e renovação, possibilitando que as representações desses corpos sejam atravessadas pelas constantes transformações do mundo em que vivemos, as quais fazem pulsar a vida em todas as épocas e lugares” (p??).
- Por fim, Mônica Dantas fala de corpo, dança e movimento, enfatizando que “no caso da dança, o movimento não é uma entidade abstrata. Embora fugaz e transitório, o movimento existe no corpo dançante” (p??), corpos que se constituem em diferentes corporeidades dançantes, pois cada estilo de dança constrói seu respectivo modelo de corpo em movimento. Nesse sentido, propõe uma “reflexão sobre a construção do corpo natural na dança artística de tradição ocidental” (p??), focalizando no início do século XX, a obra e a vida de Isadora Duncan e, dirigindo o foco ao fim do mesmo período, apresentando um abordagem da educação somática como prática pedagógica em dança. Esses diferentes olhares lançados ao corpo dançante, permitem pensar nas infinitas

possibilidades de movimentos produzidos por homens e mulheres e, percorrer alguns fragmentos da história da dança, nos conduz aos diferentes caminhos traçados pela história da humanidade.

SUMÁRIO

Mulheres, memórias e histórias: reflexões sobre o fazer historiográfico

Porto Alegre no início do século XX: a origem dos espaços públicos de lazer e de recreação

Memórias da participação dos clubes esportivos nas comemorações da “Semana da Pátria” em Porto Alegre nas décadas 1930/1940

Garimpendo memórias: esporte, educação física, lazer e dança no Rio Grande do Sul

Entre Lamarck e Mendel: olhares eugênicos sobre a educação física brasileira

Aparato legal e educação do corpo: prescrição de comportamentos e circulação de idéias - investigação sobre os investimentos no corpo em Belo Horizonte (1891-1930)

‘Ejercitando’ los cuerpos masculinos y femeninos: aportes para una historia de la educación física escolar Argentina (1880-1990)

Narrativas sobre o sul americano de judô de 1979: a legalização do judô feminino no Brasil

Mulheres praticantes de skate e de rugby no Brasil: histórias a serem narradas

Quando o músculo entra em cena: fragmentos históricos da potencialização muscular feminina

O Corpo natural de Isadora Duncan e o natural no corpo em educação somática: apontamentos para uma história do “corpo natural” em dança

PORTO ALEGRE NO INÍCIO DO SÉCULO XX: A ORIGEM DOS ESPAÇOS PÚBLICOS DE LAZER E DE RECREAÇÃO¹

Eneida Feix²

Ao analisar a Recreação Pública de Porto Alegre, através de uma pesquisa de cunho historiográfico que privilegiou entender a relação dos espaços abertos da cidade com o contexto sócio-cultural do início do século XX, reconstruo, preservo e divulgo fragmentos desta história. Utilizo-me da poesia musicada do *Alto da Bronze*³, contida na placa localizada na Praça General Osório, onde se originou o “1º Jardim de Recreio”, em 1926, como um símbolo que traduz o espírito da Recreação Pública de Porto Alegre, e, inspirando-me nos seus estes versos, incorporo este espírito e com ele me conecto com um outro tempo:

Alto da Bronze, cabeça quebrada, praça querida.
Sempre lembrada A praça “Onze” da molecada.
Praça sem banco, do rato branco, e do futebol.
Da garotada endiabrada das manhãs de sol.
Guardo a eterna lembrança do tempo feliz em que eu era criança.
Do tempo em que a vida era, da minha infância a doce quimera.
Hoje eu pobre profano me lembro de ti, e dos meus desenganos
Oh! Meu Alto da Bronze dos meus oito anos!

Fontes, várias pistas, emoções, paixões e envolvimento. Congelar meu cotidiano e mergulhar na história de Porto Alegre para contar esta história. Parar, retroceder, voltar ao início do século XX, ancorar no contexto de uma cidade que estava se contaminando pelos ares da modernidade. Modelos e valores refletidos de outras metrópoles, onde um novo homem e uma nova mulher que viriam a surgir.

A importância de cidadãos, com corpos saudáveis e fortes começava a ser valorizada na época da revolução industrial, no início do século XX, em função das modificações que se consolidavam nas cidades: aumento da população urbana, de

¹ Este texto é um recorte da minha dissertação de mestrado intitulada *Lazer e cidade na Porto Alegre do início do século XX: a institucionalização da recreação pública*, concluída no Programa de Pós-Graduação em Ciências do Movimento Humano (ESEF-UFRGS) sob orientação da Profa. Dra. Silvana Vilodre Goellner

² Professora da Rede Municipal de Porto Alegre. Mestre em Ciências do Movimento Humano/ESEF/UFRGS.

³ Escrita em 1943. Letra de Plauto Azambuja e Música de Paulo Coelho

investimento na urbanização, como nas melhorias dos seus traçados, na construção de novos prédios da administração pública, na pavimentação de ruas, na construção de avenidas, viadutos, jardins, parques, praças e monumentos. Necessitava-se de trabalhadores, de homens e mulheres com corpos preparados para as demandas das fábricas que estavam surgindo. As administrações municipais se empenhavam na implantação da disciplina, da ordem, da moral e da higiene nas grandes cidades. As práticas corporais e esportivas se disseminavam e tinham entre algumas de suas finalidades a proposta de melhorar e qualificar os sujeitos para a Nação que vinha se transformando em uma sociedade industrial, promovendo um certo espírito de modernidade (Goellner, 1999; Melo, 2000; Soares, 2001).

As cidades no Brasil, por volta de 1900, com a expansão industrial vão se reconfigurando, crescendo e recebendo a afluência de massas de imigrantes que, além de ampliar antigos povoados, fundaram novas cidades. Conforme a historiadora Sandra Pesavento (1999), Porto Alegre, por volta de 1900, contava com 73.647 habitantes, e vivia um momento de transição da escravidão para o assalariamento. Privilegiada por sua bela natureza, era pólo de comércio, atração da zona colonial e núcleo de escoamento de produtos de exportação para o centro do país.

A mudança do traçado, a urbanização da cidade com investimento no saneamento, no embelezamento e policiamento começam a emergir aos poucos, tendo como marco referencial a instalação da República.

A partir da nomeação do primeiro Intendente de Porto Alegre, Alfredo Augusto de Azevedo, foi criado o “Código de Postura Municipal”, que dispunha sobre as construções, dando um aspecto mais civilizado ao cenário urbano. Os prédios coletivos deveriam satisfazer as condições mínimas de higiene, segurança e estética. Essas modificações prosseguem com a administração do próximo Intendente, José Montauray que, empenhado em realizar projetos de embelezamento da cidade, deu continuidade às obras de urbanização, criando mais jardins, praças e parques na cidade.

As transformações das estruturas sociais, políticas e econômicas, no Brasil e no Rio Grande do Sul, exigiam reestruturação nas formas de pensar e planejar a organização do espaço urbano. Tal dimensão pode ser observada nos relatos de Charles Monteiro (1995) sobre a cidade quando enfatiza a necessidade de modernização:

Sobre a cidade se produz um discurso que visa a atualização do imaginário da sociedade rio-grandense e porto-alegrense no

sentido de alcançar a modernidade. Modernidade esta construída a partir do ideário das elites dirigentes, e que se apresenta sob forma de um projeto social que almejava criar condições para o desenvolvimento econômico, modernizar a capital do Estado em relação às capitais dos Estados mais desenvolvidos brasileiros e mundiais, tudo isso, com a manutenção da ordem estabelecida e do status quo da elite dirigente (p. 47-8).

Nos idos de 1914, já se discutia a melhor maneira de construir a cidade, de concretizar uma “plástica urbana”. A população necessitava de soluções imediatas para melhorar a condição de vida e do espaço onde vivia. Na época, a incumbência de qualificação urbana era do técnico Moreira Maciel, engenheiro-arquiteto responsável pela “Comissão de Melhoramentos e Embelezamento da Capital”.

Este técnico, na concepção de Macedo, “provou que, sem alhear-se aos aspectos técnicos do traçado viário, sentia a cidade como uma obra de arte. Não para ser olhada, mas, principalmente, para ser sentida, vivida e proporcionar vivência” (1995, p.89). O engenheiro-arquiteto deixou um marco na história da urbanização da cidade, que teve continuidade em outros períodos da história da construção de Porto Alegre. Realizou abertura de novas vias, previu construções de viadutos e vias subterrâneas, criou praças e embelezou outras. No capítulo “História das praças”, de forma poética, o autor aborda o tema do espaço aberto fazendo uma analogia com um ser humano e sua própria vida:

Ver um espaço aberto e senti-lo como um ser vivo (...). E quando dizemos que ele também tem um espírito que se transmite de geração em geração, tomando de cada uma vivências preciosas para transmiti-las ao futuro, estamos identificando homem e espaço numa só missão cultural e histórica. Aos poucos todos vão percebendo que a história do espaço repete a história do homem, ou reflete, ou acentua, ou a amplia. Como a caixa do violino o faz com o som produzido nas cordas. E a caixa dos atabaques com o som percutido na pele que a reveste (p.142).

Sobre a importância dos espaços abertos na cidade, seus surgimentos e transformações, como os jardins, praças e parques, relata:

(...) as pessoas da época os quiseram de determinada forma para determinado fim. A relação entre a finalidade e a forma do espaço revela um momento da cultura – de uma cultura local –

que é também o reflexo da luta pela vida e pelo progresso. Essa relação oferece eloqüente correspondência entre o homem e o espaço porque, de certa forma, um explica o outro. A história do espaço conta a história do homem. Por isso ao visitá-lo nos ligamos ao passado e à nossa formação. Somos uma parte da evolução urbana quando queremos um espaço daquela forma ou de outra especial (97).

O historiador Charles Monteiro (1995) completa as idéias de Macedo enfatizando que as praças e jardins seriam construídos para o desfrute da burguesia, para o trabalhador integrado aos padrões da “sociedade moderna”, para os passeios familiares dos fins de semana, e para o “footing”.

Em 1901, foram realizadas as pavimentações e/ou ajardinamentos de diversos largos, convertendo-os em praças de lazer e recreação para a população. Uma das ações realizadas no tocante à prática de lazer foi a transformação do ex-potreiro de várzea, denominado campo da Redenção, em parque que, em 1935, recebeu o nome de Parque Farroupilha.

Com relação aos feitos e melhoramentos da cidade realizados pelo Intendente Dr. José Montaury, que ficara 27 anos na administração da Capital, de 15 de março de 1897 a 15 de outubro de 1924 entregando, nesta data, a Intendência ao Dr. Octávio Francisco da Rocha, destacam-se algumas benfeitorias, segundo relata o jornal *A Federação* que circulou no dia 15 de outubro de 1924:

Encerra-se, hoje, a administração de há longos 27 anos vem felicitando o município de Porto Alegre por sua alta probidade e seu brilhante conjunto de virtudes privadas a cívica, com essa personalidade notável que é o preclaro Dr. José Montaury. O seu nome há de ser repetido por longo tempo ainda, quando se quiser recordar a evolução de Porto Alegre, cidade sem hygiene, sem estética, de conforto precário que elle transformou na capital hoje, com foros de uma grande urbs. (...) feitos do Dr. Montaury foram o investimento na hygiene, na esthetica e conforto, enfrentou os problemas de instalação da municipalidade, da segurança e da hygiene (p.1).

No que tange ao investimento em praças especifica:

Todas as praças estão sendo remodeladas, a praça da Matriz, honraria de qualquer capital. A praça da Alfândega é digna da nossa cidade, as três praças novas: Dom Sebastião, Julio de Castilhos e Garibaldi são devido ao esforço útil do notável

administrador. O Campo da Redenção se não foi ainda embelezado, teve cuidados especiais, primeiros passos para aquele fim (p.2).

Na publicação do “Relatório dos Feitos de José Montaury”, no jornal *A Federação* de 20 de outubro de 1924, aparece dentre os muitos empreendimentos na cidade: o ajardinamento, o embelezamento, as benfeitorias, a remodelação das praças e a criação de novos “espaços verdes” que se destacaram como locais destinados a “recreio da população” ao longo do governo da intendência.

O relatório descreve o trabalho de melhorias das seguintes praças:

(...) As praças públicas destinadas ao recreio da população foram remodeladas. Para a Senador Florencio⁴ consegui graças aos esforços retirar o barracão secular, pertencente ao Governo Federal, quase em ruínas, servindo de mictório e que tomava uma grande área desse logradouro público que, além dessa construção, tinha diversos Kiosques, também retirados. Um aramado circundando o jardim foi retirado. Executaram-se obras de remodelação, aumentou-se a iluminação, substituíram-se os passeios de grês por passeios de mosaicos, collocou-se grande números de bancos ao longo dos passeios de mosaicos, e, no interior do jardim, substituíram-se as árvores velhas por outras de decoração. Com a construção dos edificios dos Correios e Telégraphos e a Delegacia fiscal, foi ampliado o ajardinamento desta praça e construído um passeio de mosaico. Foi nesta praça colocado um mictório de ardósia. Da Praça 15 de novembro foram demolidos diversos kiosques, retirado o gradil, remodelado o jardim, aumentada a iluminação e substituídas diversas árvores. Neste logradouro, foi construído um pavilhão de ferro e cimento, destinado a um baar, e collocado um mictório de ardósia. A praça Martins de Lima (da Harmonia).⁵ passou também por uma reforma, sendo demolido o chalet de madeira em ruína e que havia servido para o exercício de patinação. Como as duas primeiras, essa praça teve a iluminação sensivelmente aumentada. A Praça Marechal Deodoro⁶, então cercada por um gradil, pela topographia do terreno em declive, devido às chuvas e apesar de incessantes cuidados, encontravam-se, continuamente, sulcos produzidos pelas águas. O gradil foi retirado, sendo os seus passeios no interior calçados em mosaicos, e sua iluminação aumentada. Passou por uma completa transformação o seu plano de

⁴ A praça Senador Florêncio é a conhecida Praça da Alfândega, que abriga hoje a Feira do Livro de Porto Alegre.

⁵ A antiga praça Martins de Lima, originariamente e popularmente conhecida por Harmonia, denomina-se atualmente de Praça Brigadeiro Sampaio.

⁶ A Praça Deodoro da Fonseca é popularmente conhecida como Praça da Matriz.

ajardinamento. Foi essa praça ampliada a um terreno outr'ora ocupado pelo edificio da antiga Bailante e cedido pelo Governo do Estado. Nas mesmas condições, de terrenos em declive achavam-se as Praças General Marques⁷ e Dom Feliciano, que foram completamente reformadas, construídos passeios com empedramento em mosaico, balaustrada sobre um muro para a sustentação das terras, etc. Três novas praças, a D. Sebastião, Julio de Castilhos e Garibaldi foram construídas, precisando-se de escavações e nivelamento. A última foi completamente construída com escavações feitas para a retificação do Arroio do Riacho, afim de evitar as freqüentes inundações. Depois dos trabalhos de terraplenagem procedeu-se ao ajardinamento daquelles logradouros públicos. Por estarem afastados do centro da cidade, foram elles fechados por gradis de ferro sobre muros de alvenaria, afim de evitar, á noite, a destruição dos jardins por animaes. Da primeira destas praças, por não ser mais preciso, foi há pouco retirado o gradil. Mais distante do centro da cidade foi preparado com trabalhos de terraplenagem e ajardinada a Praça Jayme Telles, bem como as situadas no fim das linhas dos bondes Theresópolis e Glória foram igualmente preparadas e arborizadas. O vasto logradouro, com cerca de sessenta hectares, como é o Campo da Redenção, ao assumir a direção da intendencia, constituia um ponto de despejo de lixo, de entulhos de obras e outras materiais putrescíveis prejudiciais à saúde pública, com diversas pequenas moitas de capoeiras, servindo de esconderijos a desordeiros e para actos attentatórios à moral, não permittia aquelle logradouro o trânsito pelo seu interior em virtude dos atoleiros que nelle existiam, e devido à enorme quantidade d'águas pluviais, que recebia das ruas da Independência e Duque de Caxias, as que, sem escoamento, se infiltravam em terreno permeável. A intendência mandou construir três collectores de cimento, todos de grande desenvolvimento, esses collectores permitiam o escoamento das aguas pluviais que transformavam o referindo logradouro em um lago após as chuvas torrenciais (p.8).

Viver, se apropriar, se entreter, contemplar, brincar, jogar tem sido uma prática dos porto-alegrenses, ao longo da história da cidade, nos espaços abertos, como seus jardins, praças, campos de várzea e parques. Há aqui o centenário Parque Farroupilha, que guarda nas suas árvores, recantos, equipamentos, os sons das risadas das crianças, jovens e adultos que lá passaram, os cheiros de pipoca, algodão doce, perfume das flores, os cheiros de gente que foi criança e que hoje já é idoso, e ainda se utiliza deste espaço como forma de lazer. Os parques, jardins e praças como a antigas 15 de

⁷ A praça General Marques, foi chamada oficialmente de Praça do Conde de Porto Alegre, popularmente conhecida como Praça do Portão.

Novembro e Montevideu, além de outras praças que foram se desenhando na região central da cidade como: a Praça da Alfândega, a Praça da Matriz, a Praça Garibaldi, a Praça Pinheiro Machado, a Praça Florida, a Praça São Geraldo têm nas suas almas os encontros e desencontros das pessoas. Possuem as lembranças das suas infâncias, que poderiam fazer delas uma extensão do quintal das suas casas, onde cada canto era explorado e guardava um encanto, uma lembrança, uma história.

Os espaços abertos de Porto Alegre se incorporaram à vida da cidade. Uma das capitais brasileiras com maior quantidade de praças, parques, campos de várzeas, somando uma grande área verde no espaço urbano, qualificando a vida dos cidadãos. A comunidade os utiliza, no seu dia a dia, das mais variadas formas, como possibilidade de melhorar a saúde, oportunizar as relações com os outros e valorizar sua própria existência. Famílias, crianças, jovens e adultos se oxigenam andando de bicicleta, caminhando, correndo, contemplando, brincando, namorando, praticando algum esporte, enfim, relacionando seu corpo e alma, deixando nos espaços as suas marcas e vestígios.

O costume da comunidade de frequentar os parques e praças é uma tradição antiga de Porto Alegre, há mais de 80 anos, onde os locais foram especialmente planejados e equipados para as práticas esportivas, de ginástica e de recreação. Com o movimento mundial da Educação Física no início do século XX, a partir de 1926, a capital gaúcha começava a empenhar-se na institucionalização da recreação pública criando serviços e profissionais técnicos, à disposição da população nos parques, praças e balneários para propiciar aos usuários a sociabilidade, o entretenimento, a saúde, o esporte, a recreação, a cultura e o conagraamento da comunidade, abrangendo diversas faixas etárias.

Richard Sennett (2001, p.17), ao analisar a circulação dos corpos nas cidades modernas, faz uma pergunta interessante a respeito do espaço, referindo a questão da passividade ou não das pessoas nas relações urbanas que muitas vezes se tornam passivas e isoladas. “Então, o que devolverá o corpo aos sentidos? O que poderá tornar as pessoas mais conscientes umas das outras, mais capacitadas a expressar fisicamente seus afetos? O próprio autor responde: “obviamente, as relações entre corpos humanos no espaço é que determinam suas reações mútuas, como se vêem e se ouvem, como se tocam ou se distanciam”.

O autor mostra que a reestruturação pela qual passaram as cidades contemporâneas foi isolando as pessoas, pela criação de condomínios fechados, pelo distanciamento da vida do centro e aglomerações nos bairros mais populares e

periferias, pelas diferenças entre pobres e ricos que ocupam espaços diferentes. Conforme Sennett:

A falta de contato entre as pessoas se evidencia pela dispersão geográfica das cidades contemporâneas, aliada às modernas tecnologias para entorpecer o corpo humano. Esta situação levou alguns críticos da nossa cultura a consignarem uma divisão profunda entre o presente e o passado. (...) As massas de corpos que antes aglomeravam-se nos centros urbanos hoje está dispersa, reunido-se em pólos comerciais, mais preocupadas em consumir do que com qualquer outro propósito mais complexo, político ou comunitário (p. 19).

Diz ainda que a “experiência da velocidade”, fez dos espaços, lugares de passagem, num tempo de deslocamento nunca antes imaginado, onde não se permite a contemplação, pois a “geografia da cidade”, com suas vias rápidas, não possibilita que as pessoas dos carros que conduzem, enxerguem o que acontece fora. Diferente de dirigir uma “carruagem” que permitia a visão de paisagens no passado.

Na relação corpo-cidade várias foram as alterações que aconteceram no cenário urbano desde a Modernidade. Dentre elas é possível ressaltar a construção de espaços destinados ao lazer. No Brasil, em algumas capitais como São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre, as administrações municipais foram investindo na reserva de áreas verdes e criando espaços de lazer, como parques, praças e jardins. (Medeiros, 1975, p.204).

Porto Alegre destaca-se como a cidade pioneira no Brasil que investiu em programas públicos de recreação. Em 1926, foi institucionalizado o Serviço de Recreação Pública, onde as aplicações dos conteúdos da Educação Física e da Recreação aparecem nas praças, parques, balneários públicos para beneficiar a comunidade. O lazer passou, então, a figurar como um problema social também de responsabilidade da Prefeitura Municipal da capital gaúcha. Este projeto teve como principal mentor e realizador o professor Frederico Guilherme Gaelzer que concretizou uma política de vanguarda, beneficiando crianças, jovens e adultos da cidade.

Frederico Guilherme Gaelzer: uma trajetória na educação física e na recreação nos espaços públicos de Porto Alegre no início do século XX

Foi no “Alto da Bronze”, Praça General Osório, que Porto Alegre, iniciava a história neste setor, através da criação dos “Jardins de Recreio”, em diferentes praças (GAELZER,1985, p.7). Na subida da Rua Duque de Caxias, na área central, foi criado um espaço onde a garotada se reunia para o futebol e lá se instalou, em 1926, o primeiro “Jardim de Recreio de Porto Alegre”⁸. Este era constituído por salas para jardim de infância, biblioteca e vários equipamentos na área externa. O “jardim” possuía brinquedos como balanço, escorregador, gangorra, passo do gigante⁹, tanque de patinhar¹⁰, canchas de bola ao cesto, volley-ball, baseball, law tennis¹¹. O “frontão”¹², era um esporte popular da época que era praticado no parques e praças da cidade, entre outros esportes.

As atrações eram diversificadas objetivando que crianças, jovens e adultos pudessem lá se divertir, conforme publicação da Prefeitura Municipal de Porto Alegre, Secretaria Municipal de Educação e Cultura:

E é só lá pela seis horas que o jardim toma nova feição. O encerramento das fábricas e casas comerciais e a terminação das atividades do dia trazem à praça de desporto pública a mocidade laboriosa que, aproveitando as últimas horas úteis do dia, procura reganhar physicamente o que foi estancado durante as horas sedentárias dos seus empregos. E é esta hora que a direcção da praça volta a sua atenção para este elemento que por certo é o mais merecedor, por ser o mais necessitado (1982, p. 17).

A idealização de efetivação deste projeto foi do Professor Frederico Guilherme Gaelzer, que conseguiu sensibilizar a vontade política do poder público, do então

⁸ Prefeitura Municipal Porto Alegre. Lazer, p.17.

⁹ **Passo do gigante** eram rodas giratórias com hastes e correntes que as crianças se suspendiam e voavam em círculo.

¹⁰ **Tanque de patinhar** era um lugar com água onde as crianças podiam molhar as “patinhas” e brincar.

¹¹ **Law tennis** é a outra denominação do tênis referindo-se a sua prática em quadra de grama.

¹² **Frontão** é um tipo de jogo de pelota, também chamado de jogo “Pelota Basca”. Pode ser jogado à mão, com bola, remonte cesta-punta. Pode ser executado individual, em duplas ou trinquete. O frontão de 30m ou frontenis é um frontão curto, onde os jogadores arremessam uma pelota na parede de rebote ou parede frontal, tem 10 m de altura por 10 m de largura. Tem muita semelhança com os paredões que se usam para treinar tênis. Há uma linha de saque para cada um dos pelotistas. Joga-se com uma raquete de tenista. O jogo decide-se em 30 pontos. Variedades de golpes são importantes para que se vença o jogo que utiliza uma bola que pesa 55 g para certas categorias e um grande número de mulheres praticando. Pesquisa bibliográfica realizada por Carlos Augusto Mota Calabresi e Felipe Salvador (UNESP/CEPESPE). Disponível em <<http://www.educaçãofísica.com.br>> Acesso em: 26 mar.2002.

Intendente Dr. Octávio Rocha, sobre a importância da recreação e do esporte para mocidade, como prevenção da delinquência, sendo estas atividades uma possibilidade de qualificar a sociedade.

Em declaração para o Correio do Povo, em 6 de setembro de 1923, o então “jovem rio-grandense F.G. Gaelzer”, que vinha de uma formação de cerca de cinco anos nos EUA, referiu-se assim à “educação physica”:

1º- Os desportos, como maior factor de desenvolvimento physico tendem cada vez mais a generalizar-se entre as massas e não a uma dúzia privilegiada de estrelas. (...) O fim, portanto a que se almeja chegar, é a generalização da actividade physica, e hoje educamos tempos em que criamos na sobrevivência do forte, e hoje educamos o fraco para luta da vida. 2º - Como a participação em algum ramo sportivo é um habito como todos os outros que adquirimos ao entrar na vida activa, chegou-se à conclusão de que é necessário incutir no espírito do athleta, quando elle ainda mui criança, o hábito da actividade physica. Dahi provem a necessidade urgente de introduzir em nossas escolas elementares a educação physica recreativa. Dessa forma incutiremos em nossa juventude o habito da competição athletica. A creança por instincto corre, salta e em seus brincados faz contorções difficeis de imitar-se na gymnastica mais profissional. Ora o fim que se deve almeja é conservar o corpo e o espírito jovem por toda vida; pois só é velho quem se sente velho (1924, sp.)

Sobre as “reais finalidades” da recreação pública argumentava também Gaelzer:

As reais finalidades do trabalho da recreação pública são intangíveis e como tais não admitem o exato tratamento das estatísticas. Movimentamos processos educativos em nossa lide pela recreação pública, esperando alcançar certas mudanças no comportamento humano, que, traduzidas em termos de alegria e felicidade, de saúde e redução da delinquência infantil crie um cidadão prestante¹.

O professor chefiou o Departamento Municipal de Praças Públicas e Jardins, depois Departamento Municipal de Educação Física e, posteriormente, o Serviço de

¹ Trecho de justificativa de orçamento de 1954 do Serviço de Recreação Publica, elaborado por Gaelzer, quando exerceu a função de diretor do Serviço de Recreação Pública de Porto Alegre. Cópia do documento original contida na pasta de documentações pessoais do professor. Acervo do Centro de Memória do Esporte da escola de Educação Física da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (CEME).

Recreação Pública. Gaelzer e sua equipe promoviam atividades esportivas, recreativas e culturais. Havia sessões de teatro infantil e amador, envolvendo crianças e adultos e as praças apresentavam espaços distintos tais como bibliotecas infantis, técnicas e ambulantes.

Existiam também parques balneários para ensino de natação e remo, além de parques esportivos, com amplo espaço para práticas de esporte e de recreação, nos quais eram realizados eventos, festas e campeonatos. A equipe da recreação pública promovia conferências e cursos especializados de acordo com as demandas comunitárias, desenvolvia exposições, promovia concertos, organizava excursões orientadas, comemorações cívicas e folclóricas e preparava, também, os desfiles carnavalescos.

Em entrevista ao jornal *Diário de Notícias*, publicado no dia 31 de março de 1929, o Gaelzer exalta o papel da educação no progresso de um país: “Quando um país quer revelar a medida do seu progresso, do alcance de suas instituições, do valor da sua raça, aponta o número de suas coisas de educação e abre-lhes as suas portas como que dizendo: Vede como se educa!” (p.31).

Na seqüência o jornalista entusiasmado com as feitorias municipais questiona:

Por que não diríamos nós as mesmas palavras do povo de Porto Alegre que, talvez, em sua grande maioria, ignora ainda a sympatica iniciativa da Municipalidade, dotando a nossa cidade de uma instituição útil e louvável, abrindo à nossa infância “Jardins de Recreio?” (idem)

Ao refazer o caminho da institucionalização da recreação de Porto Alegre, é possível perceber que este começou como “Systema de Jardim de Recreio” em 1926, depois passou a ser “Diretoria de Praças e Jardins”, ligada à Diretoria Geral de Obras e Viação, até 1942. Em 21 de setembro de 1942 é criado o “Departamento Municipal de Educação Física”, pela Lei 121 ligado ao Gabinete do Prefeito. Posteriormente, em 27 de novembro de 1950, foi criado, pela Lei 500, o “Serviço de Recreação Pública”, subordinado diretamente ao Gabinete do Prefeito.

Nos manuscritos do professor Gaelzer (1961) há uma descrição do desenvolvimento da recreação e atos dos intendentess e prefeitos envolvidos nesta história:

Algo de que os porto-alegrenses ainda não tem uma definida compreensão é de alcance de um dos serviços públicos mais modestos da municipalidade. Refiro-me ao Serviço de Recreação Pública. É necessário que se saiba ser ele entre os seus similares o mais atualizado em seu planejamento. Poucas cidades tiveram a oportunidade, de em seu período de desenvolvimento, de prever a função social de seus Parques de Recreação, incluindo-os formalmente em seus planos de urbanismo. Logo ao iniciar a sua explosão de crescimento, a clarividência de um Octávio Rocha, providenciou que fossem reservadas áreas próprias para Recreação Pública. Este empreendimento foi consubstanciado pelo prefeito que o seguiu, Alberto Bins, que com a Exposição Farroupilha de 1935, lançou as verbas bases para o norte de progresso de nossa capital. Em uma seqüência feliz todos os seus sucessores na prefeitura municipal empenharam-se no fomento deste setor da administração pública que é a recreação. Menção especial devemos fazer ao Dr. Ildo Meneghetti que com as leis 500 e 501 de 1950 deu foros legais a este interesse governamental, em orientar a juventude, forjando-lhe o caráter por meio da recreação. O valor deste serviço municipal também não passou despercebido a esclarecida mentalidade de Leonel Brizola, que durante a sua magistratura deu todo o amparo ao Serviço de Recreação, fornecendo-lhe verbas inusitadas e dando assim um novo surto a esta obra social. Hoje encontramos Porto Alegre preparada para enfrentar mesmo durante a sua expansão, a imprescindível ação de espaços livres, aparelhando-os e planejando atividades para que todos dignamente possam refazer-se com a recreação dos laboriosos afazeres diários. Nossa Capital, hoje em dia, é uma cidade que pode vangloriar-se de ter em uma zona operária, a primazia de apresentar num raio de 500 metros locais de recreação para todos os munícipes. Entre os recantos infantis, praças de recreação, parques tenísticos, parques balneários e parque florestais possuímos no Serviço de Recreação Pública mais de cinquenta unidades. Este poderio educacional, uma vez bem dirigido, é de tamanha importância, que bem merece ser realçado; afim de que não percamos mais tempo em reconhecer o seu valor (s.p).

Com a imagem e feitos do Professor Frederico Guilherme Gaelzer, impressa nesta história, posso referendar que a Cidade de Porto Alegre deve ficar orgulhosa pelos seus 35 anos dedicados ao trabalho na Prefeitura Municipal. Seu espírito inovador qualificou e democratizou a recreação pública da nossa capital que, desde então, desenvolve um trabalho de esporte e lazer para população em todas as faixas etárias, nos bairros e comunidades da periferia .

Os diversos espaços vividos, os lugares de brincar com equipamentos de esporte, recreação e lazer estão retidos na nossa memória através de imagens que vão passando feito um filme. As lembranças que afloram de fatos de nossa existência sempre são ligadas a um determinado espaço. Desde a casa paterna, o quintal, a escola, a rua, a praça... Os espaços onde estamos vão determinando a nossa vida. Para Bachelard em sua obra *Poética do Espaço*:

É pelo espaço, é no espaço que encontramos os belos fósseis de duração concretizados por longas permanências. O inconsciente permanece nos locais. As lembranças são imóveis, tanto mais sólidas quanto mais bem espacializadas (2005, p.29).

Porto Alegre tem espaços criados, espaços pensados, espaços sonhados, espaços destruídos, espaços desaparecidos. Porto Alegre tem espaços com as memórias e os devaneios do seu povo. Tem espaços de história e de poesia. Porto Alegre tem espaços de brincar, tem espaços de correr, de “chimarrear”. Tem também espaços de violência e espaços de tristeza.

Como nos diz Bachelard “o valor humano dos espaços de posse, dos espaços defendidos contra as forças adversas, dos espaços amados, são espaços louvados, pois é o espaço vivido” (2005, p.19).

Ao finalizar esse texto reafirmo minha crença na Recreação Pública como um direito do cidadão e dever do Estado, que pode possibilitar aos idosos, adultos, jovens e crianças, indiscriminadamente, ter o acesso e a utilização dos espaços como um lugar de lembranças, de devaneios, de prazer, de contemplação, de interação, de possibilidades concretas de brincar, de aprender, de relações com a natureza e interpessoais.

Referências

Jornal A Federação, Porto Alegre, 15 de outubro de 1924.

Jornal A Federação, Porto Alegre, 20 de novembro de 1924.

Jornal Correio do Povo, Porto Alegre, 6 de setembro de 1923

Jornal Diário de Notícias, Porto Alegre, 31 de março de 1929.

BACHELARD, G, *A poética do espaço*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

GAELZER, F. G. *Manuscritos de Recreação II*, 29 de abril, 1961. CEME/ ESEF/UFRGS.

GAELZER, L. *Histórico - Liderança Recreacional Atividades de Grupo na Recreação: Formação de Clubes*. 2ª ed. Porto Alegre: UFRGS, 1985.

GOELLNER, S. V. *Prefácio* in: Melo, Victor. *História da educação física e do esporte no Brasil: panoramas e perspectivas*, São Paulo: IBRASA, 1999.

MACEDO, F. R. de. Porto Alegre. *História e Vida da Cidade*, Porto Alegre: Universidade Federal do rio Grande do sul, 1973.

MELO, V. A. *História da educação física e do esporte no Brasil panorama e perspectivas* - São Paulo: IBRASA, 1999.

MONTEIRO, C. *Urbanização e Modernidade. A construção social do espaço urbano*, Porto Alegre: EDIPUCR. 1995

PESAVENTO, S. J. *O imaginário da cidade: visões literárias do urbano - Paris, Rio de Janeiro, Porto Alegre*. Porto Alegre: ed. Universidade/ UFRGS, 1999.

PORTO ALEGRE, Prefeitura Municipal. *Lazer*, Secretaria Municipal da Educação e Cultura, Porto Alegre, 1982.

SENNET, R. *Carne e pedra - O corpo e a cidade na civilização ocidental*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SOARES, C. L. *Educação física: raízes européias no Brasil*. Campinas, Sp: Autores Associados, 2001.

MEMÓRIAS DA PARTICIPAÇÃO DOS CLUBES ESPORTIVOS NAS
COMEMORAÇÕES DA “SEMANA DA PÁTRIA” EM PORTO ALEGRE
(DÉCADAS DE 1930 E 1940)

Janice Zarpellon Mazo²
Luis Henrique Rolim³

Introdução

Desfiles em verde e amarelo com a presença de atletas medalhados e inúmeras competições esportivas são alguns fragmentos da memória porto-alegrense acerca da participação dos clubes esportivos nas comemorações da saudosa “Semana da Pátria” nas décadas de 1930 e 1940 (MAZO, 2003; PIMENTEL, 1945; REVISTA DO GLOBO, 1938). A promoção destas comemorações foi intensificada no período do Estado Novo (1937-1945), visando despertar um sentimento de pertencimento ao Brasil (CARONE, 1976). Buscava-se afirmar uma idéia de nação brasileira, através das comemorações de datas cívicas, com destaque especial ao dia da Independência do Brasil: o “Sete de Setembro”. As comemorações e outras ações faziam parte da campanha de nacionalização, instituída pelo governo brasileiro no final da década de 1930.

A campanha de nacionalização alicerçava-se na idéia de que as ações de caráter comemorativo das datas cívicas brasileiras contribuiriam para a construção da identidade nacional brasileira. No Estado Novo, as comemorações se constituíram enquanto um meio de educação cívica, que buscava inculcar na memória dos brasileiros as representações da identidade nacional. De acordo com Smith (1997, p.177), “a identidade nacional revela-se em toda uma variedade de pressuposições e de mitos, de valores e de memórias, bem como, na linguagem, nas leis, em instituições e cerimônias”.

Nesse sentido, a identidade nacional estabelece conexões intimamente relacionadas com elementos da cultura. No Brasil, segundo Santos (1993), identidade cultural é sinônimo de identidade nacional. Portanto, as comemorações almejavam a formação de elos de identificação cultural entre os brasileiros.

² Professora do Programa de Pós-Graduação em Ciências do Movimento Humano da Escola de Educação Física da UFRGS.

³ Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Ciências do Movimento Humano da ESEF/UFRGS.

As cerimônias, enquanto uma manifestação cultural, apresenta um forte apelo à reunião, à unificação e ao patriotismo. Para Hobsbawm (1990, p.23), o patriotismo se converteu numa espécie de “religião laica”, com seus “deuses” – heróis, “sacerdotes” – dirigentes, “templos” – as praças e os estádios, “imagens” – os monumentos e “ritos” – festas cívicas. Os feriados nacionais, a bandeira e o hino nacional, segundo Thiesse (2000) são partes da construção de uma memória nacional capaz de organizar e disciplinar os indivíduos.

Nesta perspectiva, foram acionadas estratégias representacionais (HALL, 1997), que vislumbravam a homogeneização cultural do Brasil. Para tanto, as ações nacionalizadoras foram incisivas em alguns pólos regionais, principalmente, onde havia a presença marcante de imigrantes europeus. No Rio Grande do Sul, os imigrantes alemães e italianos produziram representações culturais identificadas com a Pátria de origem. Sendo assim, tornaram-se foco de atenção da campanha de nacionalização que tentou eliminar as fronteiras culturais.

Tendo em vista a necessidade de consolidar a relação de pertencimento ao Brasil foram produzidas algumas práticas culturais e simbólicas, cuja repetição objetivava atualizar, constantemente, a adesão imaginária do indivíduo à sociedade. Dentre estas práticas, as comemorações são consideradas os aspectos mais duradouros e poderosos na afirmação de identidades. Tais eventos encarnam os conceitos básicos do nacionalismo, “tornando-os visíveis e distintos para todos os membros, transmitindo os princípios de uma ideologia abstrata em termos palpáveis e concretos, que suscitam reações emocionais instantâneas de todos os estratos da comunidade” (SMITH, 1997, p.102).

Os desfiles, também conhecidos como paradas, produzem um espetáculo que traduz as grandes referências identitárias culturais de forma ordenada e harmoniosa. Nestes eventos figuram “os diversos componentes do conjunto nacional – identificados, nomeadamente, pelos trajes regionais – sob a égide de representantes do Estado e de eleitos da nação” (THIESSE, 2000, p.234). São verdadeiros espetáculos nos quais se sucedem uma narrativa permeada por ideais nacionalistas, seja ela real ou inventada (HOBSBAWM, 1984), a ser compartilhada por todos.

Segundo Ryan (1992), a parada representa a história que um povo conta sobre si mesmo. É um meio de difundir o patrimônio da nação despertando na população o sentimento de pertencimento comum. As paradas/desfiles contribuem no processo de educação para o cultural. Este trabalho de educação é compartilhado com a escola e “em

todas as atividades de lazer da população” (THIESSE, 2000, p. 236). Os clubes esportivos por serem espaços privilegiados para o lazer e sociabilidades, podem se configurar em lugares de educação para o cultural.

Os clubes esportivos, desta forma, favoreceram a construção de uma identificação cultural, através da intensa participação nas comemorações cívicas e da realização expressiva de competições esportivas. Tanto os desfiles quanto as competições são compreendidos enquanto práticas culturais simbólicas, que impuseram crenças comuns à população ao traçarem imagens fundadoras da nacionalidade.

As paradas são espaços de excelência do processo de educação cívico-esportiva em decorrência do seu aspecto pedagógico e do caráter performático dos clubes esportivos. Da mesma forma, as competições cumprem um papel fundamental na educação para o cultural. Com base nessas considerações, o estudo busca recuperar a memória da participação dos clubes esportivos nas comemorações da “Semana da Pátria” em Porto Alegre nas décadas de 1930 e 1940.

A reflexão buscou apoio em autores que representam a chamada “Nova História Cultural” (BURKE, 2005; CHARTIER, 2000), que por seus pressupostos teórico-metodológicos permitem uma abordagem analítica do objeto de estudo. Nessa perspectiva, foram consultadas fontes impressas e gravados depoimentos orais de dirigentes e atletas dos clubes esportivos de Porto Alegre, que são citados no texto pelas letras iniciais de seu nome e sobrenome para preservar sua identidade. Na seqüência são apresentadas as informações obtidas através da pesquisa documental e das fontes orais.

A presença marcante dos clubes esportivos nas comemorações da “Semana da Pátria”

A participação dos clubes esportivos nas comemorações da “Semana da Pátria” não era determinada aleatoriamente. Havia uma entidade que cuidava das comemorações das datas cívicas brasileiras para serem transformadas em eventos de educação cívica: a Liga de Defesa Nacional (LDN). Suas principais finalidades eram: manter em todo o país à idéia da coesão e integridade nacional, propagar a educação popular e profissional e, ainda, difundir nas escolas, lares, oficinas, corporações, associações e clubes, a educação cívica, o amor à justiça e o culto do patriotismo (BOLETIM DA LIGA DA DEFESA NACIONAL, 1983). A LDN atuava no processo de nacionalização através de manifestações patrióticas e cívicas, realizando festas

comemorativas à Independência do Brasil e as demais datas cívicas, com inflamadas demonstrações de brasilidade.

No Rio Grande do Sul, a LDN foi instalada em 12/10/1937, tendo o general Osvaldo Cordeiro de Farias – interventor federal do Rio Grande do Sul – como presidente de honra do Diretório Regional e Getúlio Vargas, no cargo de presidente de honra do Diretório Central da LDN (PIMENTEL, s/d). O Diretório Regional da LDN, sob a coordenação do Major Inácio de Freitas Rolim, ficou responsável pela coordenação das atividades comemorativas da “Semana da Pátria”, que começavam, geralmente, no final de agosto e estendiam-se até o dia “Sete de Setembro”. Após o encerramento das comemorações, a LDN conferia aos clubes esportivos que participavam da “Semana da Pátria” um diploma (BÖHM e CARVALHO, 2001).

Além, da LDN, as comemorações contavam com o apoio do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), criado pelo Decreto-Lei n. 1.915 de 27/12/1939, cuja finalidade era restringir a liberdade de expressão dos meios de comunicação (BOBBIO, 1945). O DIP também supervisionava os desfiles e demais cerimônias cívicas, as quais contavam com o apoio das quatro associações cívicas existentes em Porto Alegre em 1940 (FRANCO; SILVA & SCHIDROWITZ, 1940, p. 19).

As comemorações nas quais se destacavam a participação dos clubes esportivos eram a parada do “Sete de Setembro” e, claro, as competições esportivas.

A Parada do “Sete de Setembro”

A parada do “Sete de Setembro”, data da Independência do país, era um dos principais acontecimentos do ritual patriótico dos brasileiros. Os desfiles formulados à imagem da nação brasileira se constituíram no ponto central do feriado de “Sete de Setembro”. Pimentel (s/d, p.18) refere que este evento congregava “representações das forças vivas da nacionalidade num préstito inédito, intercalando o desfile, bandas de clarins e conjuntos militares de música”. A comemoração concentrava todos os elementos da mocidade da capital: “mundo esportivo completo, colégios, escoteiros, associações, forças militares, Tiros de Guerra, operários, etc. com grande quantidade de bandeiras na sua evolução completa” (PIMENTEL, s/d, p.18).

De acordo com registro de Franco; Silva & Schidrowitz (1940, p.318), “o desfile da mocidade é o ponto máximo das comemorações. Quem o assistiu não esquece”. Os depoimentos orais de ex-atletas reforçam esta afirmação. Conforme a entrevistada LB “havia uma expectativa com relação aos desfiles; a gente se preparava,

era uma festa!”. O entrevistado LA ao relatar sua primeira participação nos desfiles ficou visivelmente emocionado (olhos vermelhos, embargados): “eu me lembro como se fosse hoje”.

O local do encontro dos participantes desse desfile era o Parque Farroupilha (REVISTA DO GLOBO, 1941). As paradas eram realizadas na rua principal da cidade pela Avenida Borges de Medeiros e “congregava um número expressivo de participantes. Havia um clube que desfilava com 600 pessoas, todos com mastros grandes e bandeiras nacionais grandes, todas iguais” (entrevistado NA). A população posicionada nas calçadas aplaudia e prestigiava o desfile dos atletas marcado pela grande expressividade estética.

Para Franco; Silva & Schidrowitz (1940, p. 319) os desfiles eram “magníficos espetáculos”. Os depoimentos coletados referem detalhes do caráter performático dos desfiles. O entrevistado AT relatou que “aquilo era um acontecimento, por que todo mundo ia fardado, de acordo com a época”. Descreveu as roupas usadas nos desfiles: “geralmente calça branca e a camiseta do clube, e pendurava todas as medalhas na camiseta. Tinha gente com uma quantidade imensa de medalhas, nas costas, na frente, que era tudo atração”. O entrevistado era remador com títulos em competições locais e regionais e por isso desfilava uniformizado “com várias medalhas presas na camiseta”. Inclusive, durante a gravação da entrevista levantou-se da poltrona e foi em direção à parede onde estava fixado um quadro de vidro com uma fotografia na qual ele está vestido para o desfile e disse em um tom de voz alto e enfático (com uma expressão facial de alegria): “aqui eu tenho uma medalha bonita que usei no desfile. Eu sempre saia todo medalhado!”. Outra lembrança do desfile foi mencionada pela entrevistada IS: “tinha que botar tudo quanto era medalha. Todo mundo tinha que desfilar com o peito cheio de medalhas, em cima de jipes, com bandeiras do Rio Grande do Sul”. Já os ciclistas, além das medalhas desfilavam com suas bicicletas enfeitadas. A entrevistada LB contou que “todo o rodado da bicicleta era feito com fita crepom, verde e amarelo”.

Os desfiles realizados durante a “Semana da Pátria”, também conhecidos como “Parada da Mocidade” contava com a participação maciça dos clubes esportivos em Porto Alegre (JORNAL CORREIO DO POVO, 1938, p. 12). O Jornal Correio do Povo (1938, p. 15) publicou reportagem de uma página intitulada “A grande parada da mocidade”, na qual anunciava: “alcançou êxito notável o desfile das formações desportivas e de educação física da cidade – milhares de pessoas compareceram a imponente manifestação”. Os depoimentos evidenciam que a participação dos clubes

nas comemorações da “Semana da Pátria” em Porto Alegre era intensa: “tinha a Parada da Pátria, onde os clubes era o destaque principal da parte civil, na parada. Era a Parada da Mocidade, que chamavam” (entrevistado LA).

Os clubes esportivos, no princípio, desfilavam junto com os militares. Com o crescimento do número de participantes foi organizado um desfile civil e um desfile militar “por que não dava, era grande demais” (entrevistado HL). O entrevistado relatou que “os desfiles ficaram de tal ordem, cresceram de tal ordem tanto na capital como no interior, mas mais na capital, que praticamente era um mês, o mês de setembro era a programação”. O entrevistado AB conta que “vinham às corporações do interior, bandas militares a cavalo, eu nunca tinha visto né, vinham todos estes, não sei quantos, quantos milhares de... desfilavam em Porto Alegre, era uma coisa fantástica”. Para o entrevistado HL as festividades “passaram a ser muito bonitas, e participava desde o aluno do curso primário, do ginásio, o universitário, sindicatos e clubes”. Posteriormente, foi necessário limitar o número de participantes por representação de entidade “porque começava às 8h30min, e era pontual e terminavam às duas da tarde, sem parar” (entrevistado HL).

Decorrente da reestruturação do desfile foi organizado o Desfile do Préstito Alegórico, no qual participavam carros, que conduziam imagens dos heróis nacionais, cartazes de divulgação do trabalho das instituições e equipamentos representando a indústria, o comércio, a agricultura, a pecuária, as artes e os esportes (JORNAL CORREIO DO POVO, 1940, p. 11). Nas comemorações da “Semana da Pátria” de 1941, a SOGIPA apresentou um carro alegórico denominado “A Arte nos Esportes”, com ginastas imitando atletas gregos (AMARO JR., 1942, p.34).

A participação das associações teuto-brasileiras, como a SOGIPA, era marcante nos desfiles. Todavia, nas comemorações da Semana da Pátria de 1942 foi inexpressiva, pois passaram a ser vistas como “inimigas” (depoimento AB). O período coincide com o ingresso do Brasil na Segunda Guerra Mundial declarando-se contrário à Alemanha. Foi justamente em 1942 que o clube foi forçado a mudar seu nome original em alemão – *Turnerbund* – para “Sociedade Ginástica Porto Alegre, 1867” – SOGIPA. Esta e outras medidas eram tentativas para se criar um denominador sócio-cultural comum através da vigilância das atividades físico-esportivas e sócio-culturais dos clubes.

O entrevistado HL lembrou dos desfiles cívicos promovidos durante o Estado Novo: “começaram aqueles desfiles da juventude dos quais eu participei de vários porque era obrigado”. Da mesma forma, a entrevistada IS referiu que “as grandes

comemorações e festividades foram muito incentivadas, até meio a força, pela ditadura do Getúlio Vargas, que bateu sempre muito forte nisso”. Contudo para a entrevistada LB “ninguém desfilava por obrigação, a gente gostava daquilo. Eu desfilei várias vezes”. Conforme o depoimento do ex-atleta AB, o desfile “era muito bonito, era interessante! Descontados os exageros até que era interessante, e hoje não tem mais. Não tem civismo, não tem nada. Era um momento cívico meio forçado, mas era”. Ele conclui a fala dizendo: “eles empurravam o civismo pra gente”. A reportagem publicada pelo Jornal Correio do Povo (1938, p. 5) refere o forte caráter cívico dos desfiles: “num ambiente de intensa vibração e civismo foram encerradas as comemorações da Semana da Pátria”. Os entrevistados, embora tenham percebido os “exageros” e “imposições” das comemorações, lamentaram o enfraquecimento do civismo.

As Competições Esportivas

Houve grande incentivo à realização de competições esportivas com forte conotação cívica, a partir da segunda metade da década de 1930. Um número especial da Revista do Globo (1933) anunciava a proliferação de competições esportivas nas mais diversas modalidades. O ex-atleta AB relatou que “participava das demonstrações, competições e de tudo que era esporte relacionado com a parte cívica que era exatamente da “Semana da Pátria”. Aí incluía tudo: atletismo, ciclismo, basquete, vôlei, todos os esportes”. A “Corrida Rústica Semana da Pátria”, a “Prova Semana da Pátria de Bicicletas” e o “Torneio Cívico de Futebol” eram alguns exemplos das competições realizadas nas comemorações da “Semana da Pátria”, que homenageavam os heróis da Pátria brasileira e as datas nacionais (JORNAL CORREIO DO POVO, 1938, p. 12).

De acordo com a Diretoria de Estatística Educacional da Secretaria da Educação e Saúde Pública de Porto Alegre, as 156 associações da cidade, promoveram 3.609 competições esportivas no ano de 1937. No ano seguinte, as associações esportivas se multiplicaram, totalizando-se 254, sendo que houve um grande crescimento das associações de futebol até o final da década de 30. Foram promovidas 5.023 competições, das quais participaram 23.092 atletas distribuídos nas seguintes modalidades: 3.971 no futebol, 3.634 na ginástica geral, 3.120 no atletismo, 1.798 na natação, 1.490 no remo, 1.146 no basquetebol, 1.190 no voleibol, 653 no tênis e 653 no bolão (REVISTA VIDA POLICIAL, 1939).

As competições privilegiavam a juventude brasileira, mas também passaram a incluir as mulheres. Em 1938, a participação feminina foi mais numerosa nas seguintes

práticas esportivas: ginástica (371), natação (325), tênis (148), atletismo (90), bolão (55) e voleibol (52) (REVISTA VIDA POLICIAL, 1939). A visibilidade das mulheres no cenário esportivo foi evidenciada na realização do I Campeonato Nacional de Atletismo Feminino, no Estádio Ramiro Souto em Porto Alegre, no ano de 1940 (AMARO JR., 1949, p. 138).

As competições esportivas eram realizadas durante o mês de setembro tendo o caráter comemorativo da “Semana da Pátria”. Geralmente, as competições eram precedidas pelo hasteamento da bandeira brasileira ao som do hino nacional cantado pelos atletas constituindo-se em “um ato de caráter cívico” (PIMENTEL, 1945, p. 19). Exemplo disso, era a cerimônia cívica realizada na abertura das regatas pela Liga Náutica Rio Grandense, que contava com a presença de figuras representativas do governo. Além de autoridades militares, de representantes da Secretaria de Educação do Estado, era comum a presença dos interventores federais do Rio Grande do Sul, com destaque para o Coronel Osvaldo Cordeiro de Farias e Ernesto Dornelles.

Desta forma, a Liga Náutica Rio Grandense procurava demonstrar sua posição favorável à política de nacionalização, exibindo-se enquanto uma notável escola de civismo (COERTJENS; GUAZELLI; WASSERMAN, 2004). Para além das competições festivas da “Semana da Pátria”, a Liga procurava manifestar seu sentimento cívico-patriótico em outros eventos. Por ocasião do 50º aniversário do Clube de Regatas Guaíba - Porto Alegre (GPA) em 1938, o presidente da Liga Náutica Rio Grandense, capitão Darcy Vignoli fez um pronunciamento saudando o clube:

Passai um olhar por essas grandes aglomerações raciais e vereis que povos fortes, povos dominadores, povos que tem capacidade para sancionar o que julgam ser seu Direito, são os povos cuja mocidade é sã, é alegre, é disciplinada, povos cuja juventude goza saúde, usufrui a alegria de viver. Povos cujos adolescentes dedicam todos os ócios da luta pela vida à prática salutar dos desportos. Povos que fazem da educação física, dos jogos desportivos, uma religião dos seus moços. Povos cujos governos amparam, acionam, oficializam, obrigam seus jovens à prática da educação física, como base da saúde, do poder da nação. (PIMENTEL, 1945, p.158).

As palavras do capitão Vignoli apresentam a função atribuída às práticas esportivas e a educação física no final da década de 1930. O discurso enfatiza as

atividades físicas e esportivas, enquanto alicerces para a construção da identidade cultural brasileira. O fato de fazer este pronunciamento no tradicional Clube de Regatas Guaíba - Porto Alegre indica que este clube esportivo atravessava um processo de recomposição de sua identidade cultural devido à política nacionalizadora do Estado Novo.

A trajetória histórica desta entidade estava vinculada aos imigrantes alemães e seus descendentes (teuto-brasileiros), que além desta entidade fundaram os dois primeiros clubes de remo em Porto Alegre na segunda metade do século XIX. Porém, o passado da Liga Náutica é recuperado no sentido de reforçar seu caráter patriótico: “A Liga Náutica, atualmente Federação Aquática do Rio Grande do Sul, tem um passado tão nobre, tão belo, tão patriótico que ela se fez uma das maiores expressões do remo no país” (PIMENTEL, 1945, p.156). Segundo Coertjens; Guazelli; Wasserman (2004, p.38), “os valores cultuados no remo serviram num primeiro momento, para o fortalecimento da identidade teuto-brasileira e, mais tarde, para incorporar esse grupo étnico num exigente processo nacionalizador”.

A diretoria da Liga Náutica Rio Grandense alinhou-se ao processo de nacionalização do país na década de 1940: “A Liga Náutica tem cooperado decisivamente em todas as grandes realizações de caráter social, desportivo e patriótico que tiveram lugar em Porto Alegre, contribuindo em muito para o brilhantismo das mesmas” (FRANCO; SILVA & SCHIDROWITZ, 1940, p.643). A Liga Náutica era uma entidade que se destacava em Porto Alegre, pois “possuía mais de 5.000 remadores, sócios dos clubes federados a mesma Liga, em 1940” (PIMENTEL, 1945, p. 159). Além disso, promovia muitas competições, como exemplificam os números da temporada 1940-1941: 75 competições de remo totalizando 1.803 participantes (AMARO JR., 1942, p. 99).

Os clubes de remo vinculados a Liga Náutica, também procuravam demonstrar seu caráter patriótico. O Grêmio Náutico União, fundado por teuto-brasileiros, foi apontado como um exemplo: “a tenacidade, o esforço hercúleo, o dinamismo aliado ao patriotismo, toda sorte de dedicações fizeram do clube onde se tornou *sportman* consagrado o capitão Darcy Vignoli, uma potência possuidora das melhores instalações aquáticas da capital” (PIMENTEL, 1945, p.160). O capitão Darcy Vignoli destacava-se não apenas como atleta deste clube esportivo, mas pelo fato de ocupar o cargo de presidente da LDN em 1941, e dois anos depois ser empossado chefe da Polícia do Estado do Rio Grande do Sul (REVISTA VIDA POLICIAL, Setembro de 1943, p. 41-

43). O novo cargo rendeu-lhe homenagem na sede do *Club de Regatas Vasco da Gama* – tradicional clube de remo que congregava luso-brasileiros (REVISTA VIDA POLICIAL, Outubro de 1943, p. 67; REVISTA VIDA POLICIAL, Novembro de 1943, p. 9).

A visita das autoridades políticas e militares de Porto Alegre e do Estado do Rio Grande do Sul às instalações dos clubes de remo foi uma estratégia de consolidação do compromisso dos clubes com a campanha de nacionalização. Afinal, estas instituições durante um largo período de tempo foram identificadas com a comunidade teuto-brasileira (MAZO, 2003). Porém, o panorama social e político exigiam dos clubes teuto-brasileiros a construção de outras representações identificadas com a cultura brasileira.

Na capa do programa oficial de regatas do ano de 1943 estava registrada a frase de autoria do coronel Osvaldo Cordeiro de Farias (interventor federal no Rio Grande do Sul): “O desporto náutico tem sido a pedra angular de campanha cívica em nosso Estado” (HOFMEISTER, 1978, p.82). Os dados demonstram que o remo foi uma das práticas esportivas escolhidas para afirmar um sentimento de pertencimento ao país. Talvez, isto tenha acontecido porque os clubes de remo não ofereceram tanta resistência ao processo de nacionalização quanto às sociedades de ginástica em Porto Alegre.

Todavia, assim como aconteceu com os clubes de remo, outras associações esportivas que tinham forte vínculo com a comunidade teuto-brasileira foram forçadas a se engajar nas comemorações cívicas ou contribuir para a realização das mesmas. A LDN solicitou uma contribuição em dinheiro da SOGIPA para a realização de atividades cívicas em 1942 (SILVA, 1997). Diante do panorama político, os dirigentes da SOGIPA não resistiram a esta imposição e tantas outras demonstrações de “brasilidade”.

Neste contexto, gradualmente, o futebol porto-alegrense foi construindo sua identificação enquanto uma prática esportiva brasileira. Os jornais, como por exemplo, o Jornal Folha da Tarde de Porto Alegre dedicava uma atenção especial ao futebol no período. O Campeonato Popular de Futebol de Porto Alegre era destacado pela imprensa gaúcha, como o maior neste gênero realizado no país. O número de clubes participantes crescia a cada ano: em 1937 foram 60; em 1938 aumentou para 102; em 1939 totalizou 106; em 1940 computou-se 172 associações esportivas. As disputas eram precedidas de uma grande parada olímpica, com grande sucesso devido ao número de participantes em torno de 4.000 pessoas (MAZO, 2003).

Através das competições, o futebol estendeu-se a todas as camadas da população. Era uma forma das comunidades se fazerem representar no projeto nacional brasileiro. Neste período, Porto Alegre ainda não possuía um grande estádio de futebol aos moldes do Estádio Maracanã no Rio de Janeiro e do Pacaembu em São Paulo (AMARO JR., 1949). Contudo, a prática do futebol tomava conta dos espaços disponíveis e alargou-se para todos os estratos sociais da população porto-alegrense. Os espaços públicos tornaram-se palco não apenas do futebol, mas de eventos esportivos de outras modalidades, como por exemplo, o Torneio de Basquete e Vôlei realizado na Praça Dr. Montauray em 1938 (PIMENTEL, 1945, p. 433).

Além das competições, eram realizadas outras atividades que promoviam as práticas esportivas. A Campanha Pró-Natação, que visava à realização de conferências de caráter cultural-esportivo nas sedes dos clubes esportivos da cidade, é um exemplo (PIMENTEL, 1945, p. 19). Como resultado desta campanha, na temporada de 1940-1941 a Federação Aquática do Rio Grande do Sul (FARGS) promoveu diversas competições, que totalizaram 1.224 participantes nas seguintes provas: 90 provas de natação infantil, 16 de natação escolar, 4 de natação escoteira, 113 de natação para adultos, além das 13 provas de saltos ornamentais e 8 de pólo aquático.

As competições esportivas multiplicavam-se, como pode ser observado no quadro abaixo. Estas manifestações esportivas sugerem a introdução de novos objetivos, novos ideais, contemplando uma população mais abrangente, visando uma educação cívica e patriótica dos brasileiros. Os eventos esportivos evidenciam que até mesmo as pessoas pertencentes as menores escalas econômico-social, como os trabalhadores operários podiam integrar-se a nação brasileira.

NOME DA COMPETIÇÃO	ANOS
I Campeonato Nacional de Atletismo Feminino	1940
Circuito Motociclístico Folha da Tarde	1937/1940
Campeonato Popular de Ping-Pong	1938/1939/1940/1941
Corrida Pedestre de Rua	1937/1938/1939/1940/1941
Campeonato Citadino de Bolão	1939
I Campeonato Ginásial de Natação do RS	1939
Campeonato Popular de Basquete	1938/1940
Regatas Internacionais no Clube Navegantes	1940
Primeira Olimpíada Militar	1940
Campeonato Popular de Natação	1940
Corrida Infantil de Carrinhos de Lomba	1940
Travessia de Porto Alegre a Remo	1938/1939/1940
Circuito Ciclístico Porto Alegre-São Leopoldo-PoA	1938/1939/1940/1941

Campeonato Popular de Tênis	1940
Torneio Universitário de <i>Foot-ball</i>	1938
Torneio de Vôlei Feminino	1940
Campeonato Popular de Futebol de Porto Alegre	1937
Campeonato Popular de Futebol de Porto Alegre	1938
Campeonato Popular de Futebol de Porto Alegre	1939
Campeonato Popular de Futebol de Porto Alegre	1940
Torneio de Basquete e Vôlei	1938

Quadro 1: As competições esportivas no período de 1937-1941.

Considerações Finais

A participação dos clubes esportivos nas comemorações da “Semana da Pátria” em Porto Alegre nas décadas de 1930 e 1940 foi marcante, conforme pode ser constatado nas fontes impressas e orais. Através do engajamento nos desfiles e da promoção de competições na “Semana da Pátria”, os clubes esportivos demonstravam o sentimento patriótico. O patriotismo dos clubes esportivos era atestado pela Liga de Defesa Nacional, que conferia um diploma para as associações que desfilavam na “Semana da Pátria”.

As festividades do “Sete de Setembro” não se reduziram a comemoração de uma data memorável; ao contrário, procurou envolver os clubes esportivos na tarefa de construir a identidade cultural brasileira. Apesar do descompasso cultural dos clubes fundados pelos imigrantes europeus, esses tiveram que recuperar alguns fragmentos de sua história e inscreverem-se no processo de construção da nação brasileira. Esta situação gerou o confronto simbólico dos clubes esportivos identificados com os imigrantes em relação aos clubes considerados nacionais. Como fruto desta dinâmica ocorreu à recomposição da identidade cultural dos clubes fundados pelos imigrantes alemães e italianos.

Havia a preocupação dos dirigentes e atletas dos clubes esportivos em afirmar a identidade nacional brasileira durante um período de elevada oposição a outras identidades culturais. Estas identidades construídas, historicamente, pelos clubes esportivos fundados pelos imigrantes europeus em Porto Alegre eram unificadas através das “Paradas da Mocidade”. Desfilavam as equipes esportivas, os dirigentes dos clubes, atletas conduzindo troféus, medalhas, equipamentos esportivos e o principal: a bandeira nacional. Desta forma, produzindo representações da identidade cultural brasileira os clubes esportivos expressavam seu orgulho cívico.

Os desfiles dos clubes e as competições esportivas conferem diferentes formas de participação e vivências. Contudo, este breve estudo sugere que estas comemorações eram perpassadas por um viés nacionalista. As comemorações da ‘Semana da Pátria’ se constituíram num momento de preservação e afirmação da memória nacional brasileira. Portanto, a recuperação da memória da participação dos clubes esportivos nestas comemorações pode revelar as complexas relações que se estabeleceram no passado do associativismo esportivo em Porto Alegre e sua relação com o presente e futuro dos clubes esportivos.

Referências

- AMARO Jr., J. (org.). *Almanaque Esportivo do Rio Grande do Sul*. Pôrto Alegre: Tipografia Esperança, 1º ano, 1942.
- AMARO JR., J. *Almanaque Esportivo do Rio Grande do Sul*. Pôrto Alegre: Tipografia Esperança, 6º ano, 1944.
- AMARO Jr. (org.). *Almanaque Esportivo do Rio Grande do Sul*. Pôrto Alegre: Tipografia Esperança, 8º ano, 1949.
- BOBBIO, P. *Lex: Coletânea de Legislação*. São Paulo: LEX, 1937-1945.
- Boletim da Liga da Defesa Nacional*. Diretoria Estadual do Rio Grande do Sul. Atividades Cívicas. Porto Alegre, 1983.
- BÖHM, L.; CARVALHO, L. *História do Veleiros do Sul Sociedade Náutica Desportiva: da fundação até a transferência da sede para o Bairro Cristal*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2001, volume 1.
- BURKE, P. *O que é história Cultural*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.
- CARONE, E. *O Estado Novo (1937-45)*. São Paulo: DIFEL, 1976.
- CHARTIER, R. *A história cultural - entre práticas e representações*. 2ª ed. Lisboa: DIFEL/Bertrand, 2000.
- COERTJENS, M.; GUAZELLI, C.; WASSERMAN, C. Club de Regatas Guahyba-Porto Alegre: o nacionalismo em revistas esportivas de um clube teuto-brasileiro (1930 e 1938). *Revista Brasileira de Educação Física e Esporte*. São Paulo, vol. 18, n. 3, julho/setembro 2004, p. 249-262.
- FRANCO, A.; SILVA, M. & SCHIDROWITZ, J. (orgs.). *Pôrto Alegre: biografia duma cidade*. Porto Alegre: Tipografia do Centro. Livro Comemorativo do Bicentenário da Fundação da Cidade, 1940.
- HALL, S. *Representation: cultural representations and signifying practices*. Londres: Sage/The Open University, 1997.
- HOBSBAWM, E.; RANGER, T. (orgs.). *A invenção das tradições*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.
- HOBSBAWM, E. *Nações e Nacionalismos desde 1780: programa, mito e realidade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

- HOFMEISTER, C. *Pequena história do remo gaúcho*. Porto Alegre: CORAG, 1978.
- Jornal Correio do Povo*. Os desportos na Semana da Pátria. Porto Alegre, 03/09/1938.
- Jornal Correio do Povo*. As comemorações da Semana da Pátria. Porto Alegre, 06/09/1939.
- Jornal Correio do Povo*. O Préstito Allegorico constitui outro acontecimento de relevo das festividades. Porto Alegre, 04/09/1940.
- MAZO, J. A Emergência e a Expansão do Associativismo Desportivo em Porto Alegre (1867-1945): espaço de representação da identidade cultural teuto-brasileira. Porto, Portugal, 2003. *Tese (Doutorado em Ciências do Esporte)* - Universidade do Porto.
- PIMENTEL, F. (org.). Liga de Defesa Nacional: 5 anos de atividades (1937-1942). *Coletânea*. Porto Alegre, s/d.
- PIMENTEL, F. *Aspectos Gerais de Porto Alegre*. Imprensa Oficial. Porto Alegre, 1945.
- Revista do Globo*. Os esportes. Porto Alegre, n. 226, 1933. In: MAZO, Janice. *Catálogo do Esporte e da Educação Física na Revista do Globo*. Porto Alegre: PUCRS, 2004.
- Revista do Globo*. A mocidade brasileira vibra de entusiasmo durante a Semana da Pátria. Porto Alegre, n. 326, 12/09/1938, p. 25-29. In: MAZO, Janice. *Catálogo do Esporte e da Educação Física na Revista do Globo*. Porto Alegre: PUCRS, 2004.
- Revista do Globo*. O Grande Desfile da Juventude. Porto Alegre, n. 303, 13/09/1941, p. 37. In: MAZO, Janice. *Catálogo do Esporte e da Educação Física na Revista do Globo*. Porto Alegre: PUCRS, 2004.
- Revista Vida Policial*. Órgão da Repartição Central de Polícia do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, Ano II, n. 17, dezembro de 1939.
- Revista Vida Policial*. Órgão da Repartição Central de Polícia do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, Ano VI, n. 62, Setembro de 1943.
- Revista Vida Policial*. Órgão da Repartição Central de Polícia do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, Ano VI, n. 63, Outubro de 1943.
- Revista Vida Policial*. Órgão da Repartição Central de Polícia do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, Ano VI, n. 64, Novembro de 1943.
- RYAN, M. A parada norte-americana: representações da ordem social do século XIX. In: Hunt, Lynn. (org.). *A nova história cultural*. São Paulo: Martins Fontes, p.178-209, 1992.
- SANTOS, B. *Portugal um retrato singular*. Porto: Afrontamento, 1993.
- SILVA, H. *SOGIPA: uma trajetória de 130 anos*. Porto Alegre: Gráfica Editora Pallotti, Editores Associados Ltda, 1997.
- SMITH, A. *A identidade nacional*. Lisboa: Gradiva, 1997.
- THIESSE, A. *A criação das identidades nacionais*. Lisboa: Temas e Debates Actividades Editoriais, 2000.

GARIMPANDO MEMÓRIAS: ESPORTE, EDUCAÇÃO FÍSICA, LAZER E DANÇA NO RIO GRANDE DO SUL⁴

Silvana Vilodre Goellner⁵ Johanna Coelho von Muhlen⁶,
Anna Maurmann⁷ e Camile Saldanha Bueno Romero⁸

Não há dúvidas que as práticas corporais e esportivas configuram, hoje, um fenômeno cultural com grande abrangência e visibilidade no cenário mundial. As diferentes modalidades esportivas, a dança, a educação física escolar, as atividades de lazer, as lutas e as práticas corporais alternativas, por exemplo, envolvem sujeitos em diferentes contextos culturais, seja como praticantes, seja como espectadores. São práticas regulares que se desenvolvem no cotidiano das cidades modernas despertando interesse, mobilizando paixões, evocando sentimentos, criando representações de corpo e saúde, enfim, convocando nossa imediata participação.

Ainda que estas sejam práticas que adquiriram centralidade na vida moderna, há que referenciar que não são invenções do presente. Resultam de conceitos e práticas há muito estruturadas no pensamento ocidental cujos significados foram e são alterados não só no tempo, mas também no local onde aconteceram e acontecem. Em outras palavras, possuem história. História feita pela ação de diferentes homens e mulheres que, a seu tempo, realizaram ações que consolidaram estas práticas influenciando, de certa forma, o que hoje vivenciamos.

A complexidade do mundo contemporâneo, o crescente e rápido processo de individualização do sujeito urbano, o acelerado ritmo das modificações tecnológicas, a profusão de informações a interpelar homens e mulheres cotidianamente e mesmo a superficialidade com que, muitas vezes, essas informações são veiculadas têm diminuído o poder seletivo da memória, ou seja, a capacidade de eleição do que é ou não importante armazenar. Tal perda tem sido apontada, por profissionais que atuam no campo da informação, como um elemento a colaborar na estruturação de sociedades do esquecimento (Simson, 2001). Para evitar o esquecimento, há que preservar a memória e reconstruir histórias.

⁴ Projeto de pesquisa apoiado pelo CNPQ

⁵ Professora Programa de Pós-Graduação em Ciências do Movimento Humano/ESFE/UFRGS. Bolsista Produtividade em pesquisa do Cnpq

⁶ Professora de Educação Física e Especialista em Pedagogia do Corpo e da Saúde/ESEF/UFRGS. Bolsista Apoio Técnico do Cnpq

⁷ Acadêmica do Curso de Educação Física/ESEF/UFRGS. Bolsista Iniciação Científica do Cnpq

⁸ Acadêmica do Curso de Educação Física/ESEF/UFRGS. Bolsista Iniciação Científica do Cnpq

Entendendo que as práticas corporais e esportivas são constituidoras não apenas da vida cotidiana de um país, mas de referências identitárias de sua cultura e sua população, percebemos como de extrema importância o papel desempenhado pelos museus esportivos, centros de memória e de documentação, na medida em que sua intervenção política se destina não somente a agrupar dados, objetos, documentos, experiências individuais e coletivas mas, fundamentalmente, a preservar e transmitir informações oriundas de suas coleções às novas gerações, por entender que ali se alojam conhecimentos de grande significação social. São, portanto, lugares da memória que devem, sobretudo, disponibilizar informações específicas a quem por elas se interessar. Em outras palavras: um centro de memória ou museu não é um espaço onde se depositam velhas imagens, idéias, objetos e palavras. Ao contrário, nele reúnem-se vivas experiências que ajudam a entender o presente não no sentido de justificá-lo, mas de buscar várias possíveis respostas aos vários questionamentos que hoje podemos empreender. Afinal, a memória não nos aprisiona ao passado mas nos conduz a indagar o presente (Goellner, 2003).

Decorrente dessa percepção nasceu, em 2003, Projeto Garimpando Memórias⁴ cujo objetivo geral é a reconstrução e preservação da memória das práticas corporais e esportivas do Rio Grande do Sul. Sua principal ação está direcionada para coleta de depoimentos de pessoas que tiveram e tem relevância no campo da estruturação e legitimação dessas práticas, sejam elas individuais, de grupos/clubes sociais e de instituições.

Ainda que diferentes ações desdobrem-se a partir do contato com as pessoas, o foco da pesquisa é a realização das entrevistas cuja realização e processamento insere-se dentro da perspectiva teórica-metodológica da História Oral, entendida aqui a partir de três grandes atribuições: como uma técnica de produção e tratamento de entrevistas; como um método de investigação científica; como uma fonte de pesquisa. Mais do que definir exatamente o que seja História Oral é pertinente pensar que, desde meados do século XX, vários pesquisadores/as e autores/as a têm empregado de diferentes formas e em diferentes campos disciplinares, e através dela produzido muitos textos acadêmicos, científicos e literários. Talvez uma dificuldade encontrada para a sua definição está situada no fato de que a História Oral não pertence a um domínio estrito

⁴ Projeto de pesquisa coordenado pela profa. Silvana Vilodre Goellner. Está vinculado ao Centro de Memória (CEME) da Escola de Educação Física da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (ESEF-UFRGS) e tem apoio do CNPq, FAPERGS, PROPESQ-UFRGS e Ministério do Esporte.

do conhecimento, ela não encerra um estatuto independente sendo que uma das suas especificidades reside no fato de que ela pode ser utilizada em diferentes abordagens e assim transitar em um terreno pluridisciplinar (Camargo, 1989; Thompson, 1992; Ferreira e Amado, 1996).

Essa forma de atuar com História Oral, associando pesquisa e documentação, data da segunda metade do século XX quando se constituiu na historiografia mundial, um movimento de contraposição à História positivista que, entre outras referências, atribuía “status” de documento apenas aos documentos escritos e, preferencialmente, oficiais. Ou seja, é no âmbito de um movimento epistemológico da própria historiografia que a História Oral ganha espaço e conquista respeito como um método de investigação.

Com relação ao projeto “Garimpendo Memórias” cabe destacar algumas de suas especificidades: a primeira delas é que, ao utilizar as entrevistas como forma de coletar informações/depoimentos, não está sendo proposto um trabalho que busque a verdade. O documento (a entrevista) não é observado como um relato do que efetivamente ocorreu, mas como uma versão do entrevistado. Afinal, a memória pode falhar, pois entre o acontecido e o narrado há um tempo decorrido. O ato de rememorar, além de estar atrelado ao que se quer e se pode rememorar, pode conter distorções, descompassos, deslocamentos, ênfases e ocultamentos. O importante, então, é incluir essas ocorrências na trajetória da pesquisa tentando apreender as razões pelas quais a pessoa concebe o passado de uma forma e não de outra.

Outra especificidade reside na percepção de que o documento a ser produzido a partir do depoimento oral, privilegia a recuperação do vivido conforme concebido por quem viveu. Razão pela qual, não se pode pensar em História Oral sem pensar em biografia e em memória pois narrar histórias é reconstruir a memórias, Ou seja, trazer do passado experiências individuais e coletivas, pois ainda que a memória seja guardada por um indivíduo e tem como referência suas experiências e vivências, essa memória está marcada pelo grupo social onde conviveu e se socializou. E esse caráter social constitui-se em um elemento essencial da formação de sua identidade, da percepção que tem de si mesmo e dos outros. Cabe ressaltar, como bem expressou Henry Rousso:

Se o caráter coletivo de toda a memória individual nos parece evidente, o mesmo não se pode dizer da idéia de que existe uma “memória coletiva”, isto é, uma presença e portanto uma representação do passado que sejam compartilhadas nos

mesmos termos por toda uma coletividade (ROUSSO,1996, p. 95).

Assim como a entrevista está intimamente relacionada à memória, entendida como a capacidade humana de reter fatos e experiências do passado, seu processamento articula, simultaneamente, pesquisa e documentação porque possibilita, também, a produção de um documento histórico. Daí sua riqueza, pois “a evidência oral, transformando os “objetos” de estudo em “sujeitos”, contribui para um história que não só é mais rica, mais viva e mais comovente, mas também *mais verdadeira*” (Thompson, 1992, p. 136). Não no sentido de que o que está sendo relatado efetivamente aconteceu assim, mas de que há ali uma vida a ser exposta a partir de quem a viveu. Nesse sentido, muitos devem ser os cuidados para a realização e processamento da pesquisa onde se torna fundamental saber respeitar a pessoa entrevistada sem alterar o significado do que pensa, relata e conta.

Tendo em vistas estas considerações e seguindo os caminhos metodológicos necessários à construção de uma cuidadosa pesquisa baseada na coleta de depoimentos e a transformação destas em fontes de pesquisa, descrevemos, a seguir, os procedimentos metodológicos adotados:

1. Identificação das pessoas a serem contatadas para as entrevistas - a partir das questões norteadoras mapear nomes em arquivos, jornais, atas, registros, revistas, enfim, naqueles arquivos/acervos onde é possível acessar alguma informação inicial;
2. Elaboração de roteiros para cada entrevista – Este procedimento é realizado depois de haver garimpado algumas informações sobre o/a entrevistado/a e sua relação com o tema da entrevista, o que requer pesquisa prévia. Dois podem ser os eixos a conduzir a entrevista: a História de vida e/ou a temática central da pesquisa;
3. Realização da entrevista – A entrevista é gravada mediante a atuação de dois/duas entrevistadores/as. Um/uma se responsabiliza pela parte técnica (gravador, microfone, informações a serem coletadas depois da entrevista) e outro/a conduz todo o processo de entrevista tentando captar informações a partir da temática da pesquisa. Não raras vezes os/as entrevistados/as incluem em suas falas informações que pouco dizem aos objetivos da pesquisa. Cabe, então, a este/a entrevistador/a estar muito atendo/a as respostas e ao conteúdo da entrevista de forma a não perder informações importantes para a elaboração da pesquisa;

4. Processamento da entrevista - refere-se ao processo envolvido na passagem do depoimento da forma oral para a escrita, incluindo as seguintes etapas: a) Transcrição – passagem do documento da forma oral para a forma escrita constituindo-se na primeira versão escrita do documento. Segue algumas normas objetivando a padronização de todas as entrevistas, como por exemplo: cabeçalho, marcações na entrevista (risos, emoção, ênfases, palavras em língua estrangeira, siglas, etc), interrupção de fita, troca de fita, enunciados incompletos, etc.; b) Conferência de fidelidade – Consiste em conferir se o que está gravado foi transcrito. É realizada escutando-se o depoimento e ao mesmo tempo lendo sua transcrição corrigindo, no papel, erros, omissões e acréscimos indevidos feitos no processo da transcrição. Nessa etapa é possível fazer pequenas alterações visando adequar o depoimento a sua forma escrita e, assim, viabilizar sua consulta; c) Copidesque – Depois de feita a conferência de fidelidade, a entrevista necessita de um último tratamento para poder ser consultada em sua forma escrita e, assim, se constituir como fonte para outras pesquisas e consultas. Consiste em dar ao depoimento oral uma forma escrita sem modificar a entrevista respeitando a correspondência entre o que foi dito e o que está escrito. A ação do copidesque limita-se a corrigir erros de português, (concordância, ortografia, acentuação), ajustar o texto às normas de padronização da pesquisa (maiúsculas e minúsculas, numerais, aspas, negrito, asterisco, etc) supressão de cacoetes de linguagem e de expressões de acompanhamento do entrevistador. Enfim, esse é um momento do processamento que exige muito cuidado e sensibilidade para que não seja alterado o significado do que foi dito mas apenas se dê ao documento escrito uma forma que se torne de fácil entendimento;
5. Pesquisa – depois de feito o copidesque, a entrevista passa por um processo de pesquisa onde as informações nela contidas são conferidas cuidadosamente visto tratar-se de um documento a ser disponibilizado para consulta. Nesse momento é necessário recorrer a dicionários, enciclopédias, pesquisas em arquivos de jornais, Internet, livros, ao próprio entrevistado ou outras pessoas que tenham conhecimento sobre o tema. A pesquisa objetiva conferir mais verossimilhança ao documento, isto é, a partir do que foi dito tentar aproximá-lo o mais possível do acontecido e narrado. Informações sobre nomes próprios, datas, clubes, escolas, times, parques, eventos, palavras não comuns, títulos de livros, periódicos, jornais, siglas, passagens

obscuras das entrevistas, são pesquisadas em diferentes fontes conferindo ao documento a maior plausibilidade possível.

6. Elaboração do sumário – Objetivando facilitar posteriores consultas, cada entrevista apresenta um sumário e uma pequena biografia do/a entrevistado/a.
7. Devolução da entrevista na linguagem escrita para conferência do/a entrevistado/a. Esse procedimento é feito apenas quando a pessoa solicita ler a entrevista antes de assinar a carta de cessão dos direitos autorais.
8. Carta de cessão de direitos autorais – Consiste na assinatura, por parte do/a entrevistado/a, de um documento concedendo ao Centro de Memória do Esporte do Esporte da Escola de Educação Física a propriedade e os direitos autorais do depoimento de caráter histórico e documental. Geralmente a carta é assinada no momento da entrevista salvo em alguns casos, quando a pessoa solicita a leitura da entrevista antes de assiná-la.
9. Catalogação da entrevista – realizada conforme orientações específicas do Centro de Memória do Esporte visando a organização do acervo de memórias;
10. Disponibilização do documento escrito para consulta *in loco* e *on line* e do áudio para consulta *in loco*.

Cumpridos estes procedimentos inicia-se a construção das Histórias, pois o que foi feito até esse momento é a escolha e a fabricação do documento, no caso oral e também escrito. O documento é um registro da memória dos sujeitos e dar-lhe significação é tarefa do/a historiado/a. Ou seja, a partir dos dados da memória produzir

História. Afinal,

não se pode esquecer que os problemas que caracterizam os inquéritos da historiografia – formulados de acordo com regras e especificidades metodológicas próprias – só poderão nascer no seio da memória (pessoal e colectivas) adquiridas por experiência pessoal e por transmissão oral e escrita (CATROGA, 2001, p. 57).

Para além da realização e processamento das entrevistas, o Projeto Garimpendo Memória atua em outras direções tais como a coleta, restauração e preservação de fontes documentais e/ou iconográficas cedidas pelos entrevistados e/ou doadas ao CEME. O fato de estar alojado no Centro de Memória permite, ainda, que os dados reunidos sejam não apenas preservados mas também disponibilizados para a comunidade em

geral, seja através de consulta in loco ou on-line, seja através da realização de oficinas temáticas, exposições fixas e itinerantes, cursos e palestras, entre outras⁵.

A realização de pesquisas tem sido outra forma de garimpar memórias. Desde a sua criação vários/as bolsistas envolveram-se no Projeto e desse envolvimento emergiram temas individuais de pesquisa. Uma delas analisou a criação da Maratona de Porto Alegre⁶, competição que já se encontra em sua 23ª edição. O texto analisou a emergência, no Brasil do chamado "movimento de corridas de rua", que buscou difundir esta prática pelas principais capitais brasileiras, criando clubes de corredores e competições específicas. No contexto de Porto Alegre, enfatizou a criação do CORPA (Clube dos Corredores de Porto Alegre), em 1981, órgão responsável pela organização Maratona de Porto Alegre, que teve sua primeira edição em 1983. A pesquisa analisou, ainda, as condições que propiciaram a criação desta Maratona que, de uma prática corporal de lazer foi, gradativamente, transformando-se em um grande evento esportivo.

*O elegante esporte da rede: a estruturação do voleibol feminino no Rio Grande do Sul*⁷, foi o título de uma pesquisa que analisou o voleibol feminino gaúcho entre as décadas de 1940 e 1970. O recorte temporal se deu em função da ascensão e difusão desta modalidade esportiva no Estado que, neste período, teve ampla divulgação na mídia, em especial escrita, onde figuravam não apenas reportagens sobre os jogos mas muitas imagens e fotografias das jogadoras. As atletas entrevistadas, em sua maioria, identificaram que a visibilidade que as moças atingiam ao dedicarem-se ao voleibol possibilitou a ampliação da sua ação em outros espaços sociais visto que, de certa forma, sua participação no esporte movimentava representações do feminino e masculino fazendo emergir tensionamentos e discutindo os espaços da mulher na sociedade riograndense.

Considerando que as primeiras sociedades de ginástica no Brasil foram fundadas por imigrantes alemães, muitos deles estabelecidos no Rio Grande do Sul, a ginástica olímpica também foi um tema de investigação. A pesquisa denominada *História da*

⁵ Maiores informações podem ser encontrados no *site* do Centro de Memória do Esporte: <http://www6.ufrgs.br/esef/ceme/>.

⁶ Intitulada *Memórias da criação da Maratona de Porto Alegre* foi a monografia de conclusão do curso de Licenciatura em Educação Física (ESEF-UFRGS) de Giovanni Felipe Ernst Frizzo. Publicada em setembro de 2006 na Revista Digital Lecturas: Educacion Física y Deporto. Endereço: <http://www.efdeportes.com/efd100/maratona.htm>

⁷ Monografia de conclusão do curso de Licenciatura em Educação Física (ESEF-UFRGS) de Karine Dalsin. A pesquisa foi publicada na Revista Movimento Volume 12, número 1, Ano 2006, pp. 153-171 sob o título *O elegante esporte da rede: o protagonismo feminino no voleibol gaúcho dos anos 50 e 60*.

*Ginástica Olímpica em Porto Alegre*⁸ analisou a relação entre a estruturação da ginástica olímpica e o germanismo, mais especificamente, o fortalecimento da identidade alemã através do pertencimento clubístico.

Em *Da estruturação à consolidação do remo no cotidiano esportivo da cidade de Porto Alegre*⁹ foi desenvolvida uma análise que privilegiou o período compreendido entre as décadas de 40 e 60 do século XX, momento no qual o remo se estruturou e se consolidou como uma importante manifestação cultural da cidade de Porto Alegre. Foram realizadas treze entrevistas com pioneiros desta prática esportiva na cidade de Porto Alegre cujas análises permitiram afirmar que as modificações políticas que aconteceram em função do Estado Novo e da Segunda Guerra Mundial alteraram o cotidiano das agremiações de remo possibilitando que mulheres, trabalhadores de média/baixa renda e universitários pudessem participar de um esporte, anteriormente atrelado às elites da cidade.

A pesquisa *História do Movimento Estudantil de Educação Física no Rio Grande do Sul (1956-1964)*¹⁰, tematizou a organização dos estudantes de Educação Física no Brasil e, mais especificamente, em Porto Alegre. Através do depoimento de ex-dirigentes do Movimento Estudantil e de uma gama de fontes documentais foram analisados importantes atuações deste Movimento, tais como: a) a greve dos estudantes da Escola Nacional de Educação Física e Desportos da Universidade do Brasil; b) a fundação da União Nacional de Estudantes de Educação Física; c) a organização do primeiro Congresso Nacional de Estudantes de Educação Física, ocorrido no Rio de Janeiro e d) a criação do Diretório Acadêmico da Escola de Educação Física da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Em relação à ESEF-UFRGS, a pesquisa narrou algumas das principais atuações do seu Diretório Acadêmico como, por exemplo, a mobilização que exigia a demissão de um de seus diretores na década de 70 bem como a articulação que teve junto ao Movimento Nacional de Estudantes de Educação Física que possibilitou que fossem realizados, em Porto Alegre, dois de seus congressos nacionais.

⁸ Monografia de conclusão do curso de Licenciatura em Educação Física (ESEF-UFRGS) de Bárbara Guaragni Calza (2005).

⁹ Monografia de conclusão do curso de Licenciatura em Educação Física (ESEF-UFRGS) de Luanda dos Santos Dutra (2004).

¹⁰ Monografia de conclusão do curso de Licenciatura em Educação Física ESEF – UFRGS de Leon Frederico Kaminski (2005).

O texto *ESEF 65 Anos: entre memórias e histórias*¹¹ se originou de uma pesquisa desenvolvida coletivamente ao longo de um ano. Foi realizada em comemoração aos sessenta e cinco anos da fundação da Escola de Educação Física, completados no mês de maio de 2005. Foram realizadas 48 entrevistas com professores, servidores técnicos-administrativos e acadêmicos que ainda estavam atuando na Escola ou que já fizeram parte de seus quadros. Ao privilegiar a memória dos entrevistados a pesquisa foi desenvolvida de forma a não se constituir como uma história oficial da instituição, mas fundamentalmente, como uma narrativa construída por quem vivenciou parte da história dessa instituição.

Atualmente estão em andamento algumas pesquisas das quais destacamos:

a) *Jogos Abertos Femininos: espaço de visibilidade das mulheres no esporte gaúcho*¹² que objetiva construir a história dos Jogos Abertos Femininos, evento esportivo que acontecia, anualmente, em Porto Alegre entre 1954 a 1963. A pesquisa analisa como fontes primárias de investigação o Jornal Folha da Tarde, que promovia e dava cobertura aos jogos, os arquivos dos clubes esportivos de Porto Alegre, dentre os quais o da Sociedade Ginástica Porto Alegre, que sediava grande parte das competições bem como os acervos do Correio do Povo, do Museu Hipólito da Costa e do Centro de Memória do Esporte. Analisando alguns desses documentos, é possível afirmar que o Jornalista Túlio de Rose idealizou esses jogos, inspirado nos Jogos da Primavera realizados no Rio de Janeiro. Dentre os aspectos que deram maior visibilidade aos Jogos Abertos, podemos destacar a emergência de algumas modalidades esportivas que, a partir da realização dos Jogos Abertos, passaram a ser praticadas em maior número pelas mulheres, tais como o tiro ao alvo, a pesca e o tênis de mesa.

b) *Geny Mascarello: um ícone feminino do esporte gaúcho*¹³. Esta pesquisa busca analisar a trajetória desta importante corredora gaúcha cuja trajetória esportiva proporcionou maior visibilidade às mulheres no campo dos esportes de rua, em especial as corridas. A partir dos depoimentos de Geny e de outras participantes de corrida de

¹¹ Pesquisa coordenada por Silvana V. Goellner e que contou com a participação efetiva, em todas as etapas de seu desenvolvimento, de Karine Dalsin, Luanda dos S. Dutra, Giovanni E. Frizzo, Johanna C. von Muhlen, Camile S. Romero, Ana Paula Duarte, Heloisa P. Carmona e Leila C. Mattos. Foi publicada na Revista Movimento, Volume 11, n. 3, p. 201-218, 2005.

¹² Pesquisa desenvolvida por Anna Maurmann, bolsista Iniciação Científica do CNPq.

¹³ Pesquisa desenvolvida por Rossana Vicenti Ramos, bolsista do Programa de Educação Tutorial (PET-ESEF-UFRGS).

rua já é possível afirmar que sua carreira é tomada como exemplar e mesmo como motivadora para a prática da corrida por várias jovens atletas.

c) A pesquisa *Memória do judô feminino do Rio Grande do Sul: histórias a serem contadas*¹⁴ parte do princípio de que, ao longo da história do esporte, não raras vezes é possível identificar que a prática de esportes considerados violentos foi dificultada para as mulheres devido a aspectos sociais e culturais, cujas justificativas apoiam-se no aspecto biológico do corpo, atribuindo à mulher características de fragilidade. Esta pesquisa objetiva analisar a inserção da mulher gaúcha numa modalidade habitualmente considerada como masculina: o judô. Pretende, mais especificamente, reconhecer quais foram as primeiras praticantes da modalidade na cidade de Porto Alegre, tendo como ponto de partida a carreira esportiva de Léa Maria Chaves Linhares, a primeira judoca a se tornar faixa preta no Rio Grande do Sul. A pesquisa se encontra em fase inicial, no entanto, é possível identificar que a inserção da mulher gaúcha no judô, foi plena de contradições. Ao mesmo tempo em que havia grande divulgação nos jornais de Porto Alegre do judô para mulheres como prática de defesa pessoal, não havia divulgação nem incentivo para competições femininas.

d) *Memórias da dança no Rio Grande do Sul: João Luiz Rolla*¹⁵, aborda a trajetória de um homem num espaço cultural predominantemente associado ao feminino. Analisa diferentes momentos da carreira de João Luiz Rolla (1912-1999) desde sua inserção no *ballet* clássico como bailarino e, posteriormente, como professor e coreógrafo.

Para além da realização das entrevistas, do seu processamento para constituírem-se como fontes primárias e da realização de pesquisas de cunho historiográfico o projeto prevê, ainda, a restauração, conservação, digitalização, catalogação e disponibilização para consulta, tanto do seu acervo, como daqueles materiais cedidos ou emprestados ao CEME¹⁶. Uma outra fase traduz-se então na organização de uma série de atividades que buscam socializar as informações advindas destas entrevistas como, por exemplo, a realização de oficinas temáticas, exposições, cursos, mostras fotográficas e exibição de vídeos. Estas ações buscam não apenas divulgar os conhecimentos produzidos mas, fundamentalmente, sensibilizar crianças, jovens e adultos sobre a importância da preservação da memória como um dos elementos da construção da cultura, da

¹⁴ Pesquisa desenvolvida por Ana Paula Duarte, ex-bolsista Iniciação Científica do CNPq.

¹⁵ Pesquisa desenvolvida por Cecília Kilpp e Renata Sbroglio bolsistas do Programa de Educação Tutorial (PET-ESEF)

¹⁶ Todos os materiais doados ou emprestados para digitalização têm os direitos autorais cedidos ao CEME através de uma carta de cessão de direitos assinadas pelos entrevistados ou familiares.

identidade de sua cidade e das pessoas que nela vivem. Afinal, sem memória não há história.

Referências

- ALBERTI, V. *História oral e a experiência do CPDOC*. Rio de Janeiro: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, 1989.
- CAMARGO, A. Prefácio. In: ALBERTI, Verena. *História oral e a experiência do CPDOC*. Rio de Janeiro: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, 1989.
- FERREIRA, M de M. e AMADO, J. (orgs.) *Uso & Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1996.
- FRIZZO, G. F. E. Memórias da criação da Maratona de Porto Alegre. *Revista Digital Lecturas: Educacion Física y Deportes*. Buenos Aires, Ano 11, n. 100, setembro de 2006. Disponível em <<http://www.efdeportes.com/efd100/maratona.htm>>. Acesso em 12 outubro de 2006.
- GOELLNER, S. V. Informação e documentação em esporte, educação física e lazer: o papel pedagógico do Centro de Memória do Esporte. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, Campinas, v. 25, n. 1, p. 199-207, 2003.
- GOELLNER, S. V.; DAL SIN, K.; DUTRA, L. S.; ERNST FILHO, G. F.; MUHLEN, J. C.; ROMERO, C. S. de B. B.; DUARTE, A. P.; CARMONA, H. P.; MATTOS, L. C. ESEF 65 Anos: entre memórias e histórias. *Movimento*, Porto Alegre, v. 11, n. 3, p. 201-218, 2005.
- GOELLNER, S.V.; DAL SIN, K. O elegante esporte da rede: o protagonismo feminino no voleibol gaúcho dos anos 50 e 60. *Movimento*. Volume 12, número 1, pp. 153-171, 2006.
- JENKINS, K. *A História repensada*. São Paulo: Contexto, 2004.
- PESAVENTO, S. J. *História & História Cultural*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.
- ROUSSO, H. A memória não é mais o que era. In: FERREIRA Marieta de M. e AMADO, Janaína. (orgs.) *Uso & Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1996.
- SIMSON, O. R. de M. von. Memória, poder e cultura na sociedade do esquecimento: um exemplo do Centro de Memória da UNICAMP. In: FARIA FILHO, Luciano de (org.) *Arquivos, fontes e novas tecnologias: questões para a história da educação*. Campinas: Autores Associados; Bragança Paulista: Universidade São Francisco, 2001.
- THOMPSON, P. *A voz do passado: história oral*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

ENTRE LAMARCK E MENDEL:

Olhares eugênicos sobre a Educação Física brasileira

André Luiz Silva¹

Garimpendo memórias... Garimpar, procurar, revirar... O ato de lançar-se aos arquivos, vasculhar os vestígios e tentar trazer à tona os fragmentos do passado assemelha-se a um garimpo. Num imenso universo de fontes desconectadas, de vestígios perdidos, garimpar memórias é procurar, explorar, buscar encontrar aquilo que é precioso. Não raras vezes, o valor da descoberta está intimamente ligado a sua escassez, ao seu ineditismo.

Nesse processo de escavação, exploram-se as bibliotecas, os centros de memória e os arquivos, buscando-se encontrar as vozes esquecidas, as palavras silenciadas e os registros de um passado ainda não reconstruído. Na busca por vestígios, vasculham-se as possíveis guaridas desses fragmentos, e, nesse processo, revira-se não só o que é inédito, como também o corriqueiro.

Objetos, documentos, livros e artefatos antes já explorados sugerem outras leituras no momento em que são postos lado a lado com outros tantos vestígios. Revirar os fragmentos faz rearranjar as fontes que há muito são vistas. Numa nova configuração, suscita novos sentidos e possibilidades de outras interpretações.

Assim surge este texto. Garimpendo os vestígios deixados pelos eugenistas, encontramos o nome de Renato Kehl², cujo grande número de obras dificulta seu estudo. Posso dizer que, assim como imensamente valiosas, as obras de Kehl são abundantes³. Ao dirigir meu olhar aos seus dizeres, chamou-me especial atenção sua relação com a Educação Física, o que me guiou às obras de Fernando de Azevedo⁴.

¹ Professor de Educação Física e mestrando no Programa de Pós-Graduação em Ciências do Movimento Humano

² Importante médico eugenista brasileiro. Fundador da Sociedade Eugênica de São Paulo em 1918, é considerado o “pai” da eugenia brasileira.

³ Encontra-se na Fiocruz imenso acervo desse eugenista; além disso, é possível encontrar um grande número de suas obras nas bibliotecas da USP, assim como em diversas outras bibliotecas e centros de memória. Inúmeros são os estudos que têm como foco as noções de eugenia postas no Brasil. Dentre eles, podemos citar os trabalhos de Habib (2003), Reis (1994), Stepan (1996), etc.

⁴ Vários são os autores que focaram os textos de Fernando de Azevedo, dentre eles: Pagni (1994), Góis Júnior (2003 e 2006), Soares (1994), etc.

O garimpo que deu origem a este texto não se configura como a emergência de fontes nunca antes estudadas, mas de novas leituras sobre fragmentos já conhecidos. Dessa forma, obras como: *Lições de Eugenia* (KEHL, 1935), *Aparas Eugênicas* (KEHL, 1933), *Melhoremos e prolonguemos a vida* (KEHL, 1922), dentre tantas outras, nos sugeriram novas leituras e reinterpretações quando postas lado a lado com *Da Educação Física* (AZEVEDO, 1920) e *Antinoiis* (AZEVEDO, 1919).

Ao voltar-me para a Eugenia brasileira, seus contornos e contradições, busquei apontamentos de seu envolvimento com as atividades físicas sistemáticas. Imerso nas diversas teorias da hereditariedade que circulavam em fins do século XIX, foi possível pensar as bases teóricas da Eugenia e seus dizeres. Se pensarmos a Eugenia como a ciência da melhoria da espécie que atua em prol da boa hereditariedade e, partindo da noção de que os benefícios da Educação Física são impossíveis de ser transmitidos às gerações futuras, esbarramos nas seguintes questões.

Uma vez que a Educação Física não atua sobre as células germinativas e não interfere na descendência da população, qual espaço lhe foi reservado? Se considerada como elemento eugenizador, até que ponto o é?

Para responder essas questões, me pus a garimpar fontes⁵ que datam de 1920 a 1936, (re)pensando termos, discursos e contradições. Dialogando com algumas publicações de Renato Kehl e Fernando de Azevedo, estive atento ao contexto, às mudanças, aos encontros e descaminhos da ciência Eugenia e seus olhares sobre a Educação Física.

Aspectos basilares da ciência eugenia

Em momento de grande agitação intelectual na Europa, surge a Eugenia: movimento político-científico que visava a ampliar as qualidades daqueles que ainda estavam para nascer. Era uma ciência que pretendia legar boas características às gerações futuras. Para Galton⁶, considerado pai da Eugenia, a sociedade poderia fazer depressa o que a natureza fazia lentamente, selecionando o homem em prol da evolução de sua espécie.

⁵ Livros e publicações em eventos científicos, especialmente de Fernando de Azevedo, entusiasta da Educação Física, e de Renato Kehl, um expoente da Eugenia naquele momento, mas que não representava unanimidade em meio ao pensamento eugênico.

⁶ *Hereditary Genius*, 1869.

A primeira obra destinada a discutir esse assunto data de 1869. O livro intitulado *Hereditary Genius* é assinado por Francis Galton, que, ao longo de sua vida, se dedica a uma série de investigações para conferir à Eugenia cientificidade e legitimidade. Na primeira edição desse livro, o autor trouxe como parte integrante de seu estudo a teoria pangenética de Darwin⁷, a qual dizia que as características presentes no indivíduo, sejam elas herdadas, adquiridas ou latentes, são transmitidas a seus descendentes. Como veremos adiante, em períodos posteriores a 1890, quando foi reeditada e reimpressa a obra de Galton, várias foram as mudanças ocorridas quanto às teorias da hereditariedade; no entanto, a obra foi reeditada com o mesmo conteúdo⁸.

Em 1890, o biólogo August Weismann avança em sua teoria do “*germ plasm*”, na qual constata a independência deste do “*somaplasm*”⁹. Assim, as células germinativas, responsáveis pela hereditariedade, não sofreriam influências externas, ou seja, as características adquiridas ao longo da vida não seriam transmitidas aos descendentes. Weismann viria contrariar as teorias de Lamarck que pregavam a herança de caracteres adquiridos, em que influências externas poderiam alterar o “*germ plasm*” permanentemente (STEPAN, 1996). Galton, desde 1860, já recusava as idéias de Lamarck, assumindo sua preferência pela teoria pangenética de Darwin.

Em 1900, Gregor Mendel comprova as teorias de Weismann, dizendo que a variação e a recombinação do caráter hereditário é algo inerente às células germinativas, independentemente das células somáticas – mais um elemento a reforçar a teoria cromossômica da herança genética (BIZZO, 1995).

Imersa nessa agitação teórica, a Eugenia foi constituindo suas bases. Assumindo a teoria da hereditariedade, conferia status de ciência a seus dizeres. Entretanto, as bases teóricas que sustentam a Eugenia não foram vistas da mesma maneira em todos os lugares. Sofrendo influências dos contextos, a Eugenia se insere em diversos países, assumindo distintas teorias hereditárias. Pode-se dizer que, por mais que as teorias de Mendel tenham dado bons indícios da distinção entre células germinativas e células somáticas, o uso da teoria de Lamarck se fazia presente.

⁷ Primo de Francis Galton (BIZZO, 1995).

⁸ Galton desculpa-se por não ter tido oportunidade para rever o conteúdo, especialmente o capítulo final, o qual se refere à “teoria provisória da pangênese” (BIZZO, 1995).

⁹ Os termos “*germ plasm*” e “*somaplasm*” referem-se, respectivamente, a células germinativas e somáticas.

A eugenia brasileira: cores e formas em verde e amarelo

Os países europeus, desde há muito, eram símbolo de tudo o que inspirasse a civilização e o avanço para os “atrasados” países latino-americanos. O início do século no Rio de Janeiro e em São Paulo via materializar a ânsia por ser como a Europa (MORENO, 2001).

No entanto, por volta da segunda metade da década de dez, o colapso gerado pelo barbarismo europeu na primeira grande guerra ajudou a constituir um “espírito” nacionalista. Enquanto na Europa a guerra intensificou o medo da degeneração, no Brasil, gerou novo ânimo para a regeneração nacional. Esse momento político influenciaria a criação de diversas instituições nacionais, dentre as quais: Liga de Defesa Nacional (1916), Liga Nacionalista de São Paulo (1917), Liga Brasileira de Higiene Mental (1923) e Sociedade Eugênica de São Paulo (1918)¹⁰.

Envolvidos por um contexto marcadamente nacionalista, os intelectuais brasileiros, de posse de conhecimento biológico racista, passam a questionar-se quanto à Eugenia, que pregava a raça branca como superior, colocando o brasileiro e o Brasil em condição marginal. Apesar de essas teorias prestarem-se eficientemente à legitimação de uma situação de desigualdade¹¹, traziam problemas, como a idéia de que o Brasil estaria fadado ao subdesenvolvimento e a uma população incivilizada – um país modelo daquilo que não se queria ser (STEPAN, 1996).

Nessa perspectiva, urgia romper com as propostas fatalistas, dando um tom personalizado às teorias adotadas no Brasil, o que resultou no discurso da singularidade racial brasileira, elevando a miscigenação à categoria de regeneradora racial. Opera-se, então, uma mudança nos princípios teóricos racistas, enfocando questões de saneamento e educação.

Essa mudança no cenário teórico não se deu de forma radical, passando a negar postulados raciais, mas sim de forma enviesada, que permitiu ao intelectual brasileiro reconhecer no mestiço fatores de embranquecimento. Os ideais de branqueamento passados pela miscigenação apóiam-se na idéia de seleção natural, em que os negros e os índios, por serem considerados inferiores, estavam fadados ao desaparecimento. A superioridade branca transmitiria seus caracteres superiores, dando origem a mestiços

¹⁰ A fundação da Sociedade Eugênica de São Paulo por Kehl e Arnaldo Vieira de Carvalho é considerada o marco inicial das investidas eugênicas no Brasil (REIS, 1994).

¹¹ Desigualdade de classe, raça, sexo, etc.

de boa linhagem. A seleção natural, que guarda origem próxima ao eugenismo, serviria de elemento racional, argumento em prol de um branqueamento via mestiçagem (REIS, 1994).

Devido a forma peculiar como a Eugenia adentrou o Brasil, os eugenistas brasileiros passam a ser classificados como uma vertente alternativa das teorias lamarckianas. O neo-lamarckismo surge a partir da expectativa otimista quanto à melhoria ambiental, o que converge com ideais higienistas, tão em moda naquele momento. Além disso, a teoria de Lamarck dá um tom menos determinante às questões raciais. Apoiar-se em Mendel poderia gerar pessimismo quanto à população brasileira, negando qualquer possibilidade de intervenção das práticas ambientais. Outro elemento é o fato de a França possuir seus conceitos baseados na referida teoria de Lamarck, o que pode ter influenciado a postura brasileira (REIS, 1994).

A Educação Física no plano de ação eugênico

Acaba de aparecer um ótimo compêndio intitulado “Da Educação Physica – o que ella é, o que tem sido, o que deveria ser”, do Dr. Fernando de Azevedo, illustre especialista nessa disciplina que está destinado a prestar valioso concurso aos nossos educadores. (...) Aconselhamos esse livro a todos que se interessam pela cultura physica (KEHL, 1922, p. 183 e 184).

A propósito de um livro do Dr. Fernando de Azevedo, Renato Kehl escreve, em seu livro *Melhoremos e prolonguemos a vida* (1922), um capítulo intitulado “Exercícios Physicos”, no qual tece grandes elogios e recomendações à obra *Da Educação Physica* (KEHL, 1922, p. 181).

Fernando de Azevedo foi importante entusiasta das atividades físicas como fator educativo e higiênico do povo brasileiro. Representou importante papel dentro da história da Eugenia brasileira, sendo membro da Sociedade Eugênica de São Paulo. Discursou, em 25 de janeiro de 1919, na referida Sociedade Eugênica, sobre relações entre Eugenia e Educação Física, trabalho intitulado *O segredo da Maratona*¹².

¹² Nesse mesmo ano, o texto foi, juntamente com outros tantos, publicado no livro *Antinoüs* (1919).

Em 1916, publica *Da Educação Física*, obra reeditada em 1920 e 1960, composta por textos que tratam de diversos aspectos das atividades físicas. Dentre os vários capítulos que compõem essa obra, é possível perceber um especialmente produzido para falar da Educação Física da mulher e sua relação com a ciência da melhoria da espécie¹³. Entretanto, é importante ver com ressalvas as falas de Azevedo, cujos textos não tratam de qualquer concepção de Eugenia¹⁴. O autor relaciona fatores externos, como Educação, Higiene e Educação Física, como sendo elementos importantes na “criação” de um povo, forma de ver em consonância com a atmosfera política em que se encontrava o Brasil naquele momento¹⁵. Segundo Azevedo (1920, p. 22):

O exercício – esta maravilhosa acção mecânica, é que corrige e modela a estrutura humana. Quando, pois, persistindo a causa durante varias gerações, a herança fixa definitivamente os caracteres adquiridos, as modificações anatômicas assim produzidas tornam-se permanentes (...).

Seus dizeres em favor de questões culturais aproximam-no das proposições teóricas de Lamarck, as quais diziam que caracteres adquiridos seriam legados às futuras gerações. Para Azevedo (1919 e 1920), o indivíduo eugenicamente perfeito é aquele que traz harmonia física, moral e intelectual, resultado de um legado hereditário e de boas condições ambientais.

As noções postas por Azevedo são bastante consoantes com o discurso eugênico de Kehl entre fins da década de dez até meados dos anos vinte¹⁶. Como visto, é possível pensar na grande proximidade entre Azevedo e a Eugenia pelo fato de este ter discursado na Sociedade Eugênica de São Paulo, de ser membro

¹³ *Ainda a Educação Physica feminina: aspecto social do problema. Eugenia e plástica* (AZEVEDO, 1920).

¹⁴ Diversos eram os olhares sobre a Eugenia, indo das perspectivas mais brandas (a favor de melhorias ambientais e culturais) às mais radicais (a favor da esterilização e segregação dos degenerados). Cada olhar apoiava-se em argumentos teóricos específicos.

¹⁵ De acordo com Góis Júnior (2006), essas noções de Eugenia presentes nas obras *Da Educação Física* (1920) e *Antiniños* (1919), não se modificam em outros textos de Azevedo, escritos nas décadas de 30 e 40.

¹⁶ Não quero, ao ressaltar a proximidade dos dizeres de Kehl e Azevedo, dizer que havia total convergência entre esses autores, nem mesmo dizer que Azevedo poderia ser considerado um eugenista. Aponto as proximidades dos discursos e a proximidade com a Eugenia para conferir vulto às falas bastante significativas de Azevedo.

dessa instituição e, ainda, por Kehl ter escrito um capítulo de livro com o propósito de comentar sua obra.

Nesse sentido, a noção de melhoria da espécie por meio da melhora das condições ambientais, assim como o discurso em favor da cultura, revela convergência com o que diz Kehl: “instruir é eugenizar, sanear é eugenizar” (KEHL, 1925, p. 867). Tal fragmento sintetiza bem as noções postas por Kehl naquele momento, unindo a Eugenia à Educação, que pode ser entendida nas suas múltiplas possibilidades, seja na higiene, na construção de bons hábitos ou mesmo na Educação Física. Esses elementos são convergentes com as definições do que é Eugenia nesse período. Assim sendo, para Fontenelle (1925, p.484), Eugenia diz respeito “à utilização de todos os conhecimentos científicos que concorrem para melhoramento physico e mental das gerações futuras”¹⁷. Segundo Vianna (1927, p. 140):

é a geração sadia sob o tríplice aspecto dos seus attributos physicos, mentais e moraes; é o conjunto de normas, regras e preceitos todos inspirados num elevado e generoso ideal que conduza o homem pelo caminho da perfectibilidade (...).

Esses autores partilham das mesmas noções ou, melhor dizendo, definições de Eugenia que Renato Kehl¹⁸. Nos trilhos dessas concepções, a Educação Física seria elemento de grande valor, incentivada em inúmeras obras eugenistas¹⁹. A Educação Física é incorporada em um projeto de regeneração nacional e, com seus saberes próprios, vai fortalecer o corpo do cidadão a fim de despertar qualidades inatas antes adormecidas. A Educação Física, cientificamente prescrita durante várias gerações, seria capaz de legar às futuras proles os benefícios de suas práticas. Vejamos Azevedo (1920, p. 229):

¹⁷ Fontenelle, *op. cit.*, p. 484.

¹⁸ Não quero com isso dar a entender que as definições de Eugenia eram uníssonas naquele momento. O uso que faço desses autores é intencional para dar ênfase à noção de Eugenia aberta a várias possibilidades de intervenção, e não restrita unicamente aos campos da genética.

¹⁹ Podemos citar Kehl em *A cura da fealdade* (1926) e *Melhoremos e prolonguemos a vida* (1922).

Uma vez introduzida pela educação nos hábitos do paiz, a pratica d'esta cultura physica, sustentada durante uma larga serie de gerações, depuraria a nossa raça de diatheses mórbidas, locupletando-a, progressivamente pela criação incessante de indivíduos robustos.

Ainda podemos dizer que a Educação Física foi vista como grande aliada devido a seu caráter disciplinar, elemento consoante com todas as vertentes do pensamento eugênico.

Novas formas e novos tons: o radicalismo rondando as proposições eugênicas

Em 1929, foi realizado o 1º Congresso Brasileiro de Eugenia. Nesse mesmo ano, Renato Kehl passa a editar o *Boletim de Eugenia* e é fundado, no Rio de Janeiro, o Instituto Brasileiro de Eugenia. Pouco mais tarde, com o governo Vargas²⁰, verificam-se aspectos antiliberais em sua política que, somados à movimentação no plano intelectual dessa ciência, viriam atentar os eugenistas para propostas de intervenções mais ousadas.

Os alemães passam a colocar em prática uma série de medidas eugênicas radicais, especialmente após 1933, com o apoio de Hitler, o que inspira adeptos no Brasil. Isso pode ser considerado outro fator a influenciar a nova postura adotada pelos eugenistas brasileiros.

A Comissão Central Brasileira de Eugenia, encabeçada por Kehl, em 1931, divulgou seus anseios, a serem posteriormente apresentados à Assembléia Constituinte de 1933. Pode-se dizer que esses anseios estavam em total concordância com elementos das proposições alemãs²¹.

Em 1929, Renato Kehl aproveita a ocasião do Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia para lançar seu *Lições de Eugenia* (1929), obra reeditada em 1935. Já na “primeira Lição²²”, percebemos alterações substanciais na definição do que é Eugenia. Sem descartar definições anteriores, atua complementando-as, delimitando melhor o termo. Observamos, em alguns momentos, proximidades entre o que é Eugenia no

²⁰ A partir de fins de 1930.

²¹ Isso é facilmente percebido em *Aparas Eugênicas* (1933).

²² Os capítulos são delimitados por lições; ao todo, são treze lições, e a primeira corresponde ao primeiro capítulo da obra.

Lições de Eugenia (1935) e o que é em *Melhoremos e prolonguemos a vida* (1922). Entretanto, novas características são incorporadas à definição. Assim sendo, no ano de 1922, em *Melhoremos e prolonguemos a vida*, o autor define Eugenia como: “a ciência do aperfeiçoamento moral e phisico da espécie humana” (p.27). Apesar de breve, essa definição torna-se significativa se pensarmos o contexto nacionalista e todo o discurso em prol da miscigenação antes mencionado. Já em 1935, em *Lições de Eugenia*, Kehl (p.15) conceitua:

Eugenia (...) é sinônimo de eugenesia e eugenica. Tem por fim a melhoria progressiva da espécie pelo fomento da boa geração, pela procriação hígida, consistindo, em suma, no enobrecimento físico e mental do homem. No dizer de Huerta, constitue ciência e arte da geração: ciência, pelos seus meios de estudo; arte, pelas suas aplicações. Como ciência tem por objeto a investigação da herança biológica; como arte, tem por escopo a boa procriação.

Diferente da definição de 1922, nessa obra e em outras analisadas²³ da década de 30, o termo vai se fechando e assumindo outras configurações, dando maior atenção para as questões genéticas. Nessa mesma obra, Kehl traz a definição de Eugenia de acordo com os alemães, o que, como visto, começa a inspirar os ideais eugênicos brasileiros. Vejamos: “Eugenia é a higiene das disposições hereditárias que estão contidas nas células de reprodução” (KEHL, 1935. p. 16). Nesse fragmento, é possível perceber o quão incisivas se tornam as noções biológicas. Aperfeiçoamento da espécie humana e melhoria da raça, que antes soavam abertos a diversas interferências, nesse novo momento, tornam-se mais fechados, mais focados nos determinismos extremos da genética e da hereditariedade.

Outro importante aspecto é a distinção feita entre Eugenia e “eutecnia”. Sem qualquer influência sobre a genética do indivíduo, a “eutecnia” iria se ocupar em fornecer bom ambiente para seu pleno desenvolvimento, assim:

Assistência e Educação Física não enquadram (...) na Eugenia: suas influências são laterais e não idiocinéticas, isto é não agem sobre o plasma germinal (KEHL, 1935, p. 16).

²³ Refiro-me a Kehl (1933 e 1937).

Os indícios nos mostram que os olhares se voltam para a Eugenia enquanto ciência vinculada à genética. A Educação Física, antes elemento regenerador da nação, como dito por Azevedo, perde sua classificação de eugenizadora. O dito “instruir é eugenizar, sanear é eugenizar” (KEHL, 1925, p. 867) perde seu sentido.

Ainda em *Lições de Eugenia* (1935), Kehl aponta para as teorias sustentadoras da ciência da melhoria da espécie e dispensa pouco espaço às teorias de Lamarck, enquanto páginas são escritas sobre o mendelismo. Por fim, define Eugenia segundo o conselho de 1904²⁴: “estudo dos fatores que sob o controle social, possam melhorar ou prejudicar as qualidades raciais das gerações futuras, quer física, quer mentalmente”.

Essa definição, apesar de possuir o peso de ter sido construída por uma comissão especializada, traz elementos que podem gerar dúvidas e interpretações diversas. Azevedo, em seu *Da Educação Physica* (1920), utiliza essa definição para delimitar o que é Eugenia. No entanto, em meio a um livro que traz verdadeiro elogio ao mestiço, à Educação Física e às questões culturais, podemos interpretar que a melhoria das “qualidades raciais das gerações futuras” pode ser alcançada através de boas condições ambientais.

Ao olharmos para essa mesma definição no texto de Kehl, *Lições de Eugenia*, as qualidades raciais nos sugerem uma interpretação ligada à herança genética²⁵. Dessa forma, a interpretação da definição da comissão de Londres é passível de diversos tons dos textos em que está inserida.

Em *Aparas Eugênicas* (1933), Kehl retoma a discussão sobre Eugenia e eugenismo, porém adotando algumas modificações. Eugenia continua configurando-se como ciência a estudar os valores hereditários para a boa prole. Eugenismo, entretanto, passa a assumir caráter bem próximo de “eutecnia”, aporte acessório para a eugenia. Dessa forma, ressalta: “há os que confundam eugenia com Educação Física, com plástica, com educação sexual, (...) ou a considere um simples ramo da higiene” (p.56). Será que, a partir desse livro, podemos voltar a considerar o poder eugenizante da Educação Física? Afinal, mesmo não sendo

²⁴ Esse Conselho, formado em Londres, composto por Galton e outros membros, tinha o intuito de definir o termo *eugenia*. Kehl (1935, p. 16).

²⁵ A noção de raça como povo, nação, conjunto de indivíduos, permanece durante a década de trinta. Outro elemento é que, apesar de uma postura radical dos eugenistas, a partir desse momento, suas propostas não se tornaram ação. Entenda-se que tais propostas se baseavam nas condições de saúde da população, e não em caracteres étnicos.

considerada Eugenia, é incorporada ao eugenismo. Ou será que devemos considerar eugenizadores apenas os atos da Eugenia? Sem elementos para responder essas perguntas, lançamos nosso olhar a outro fragmento:

O otimismo infantil de tantos políticos, pedagogos e filósofos que esperam estender às gerações futuras os benefícios atuais de assistência social, do esporte, da higiene física, da educação etc (...) não é senão o exemplo típico da mais grosseira ignorância biológica, ou falta mais completa de raciocínio (KEHL, 1933, p. 56).

A partir disso, não é difícil perceber que o diálogo restrito ao campo da hereditariedade mendeliana relega os benefícios das práticas corporais a um lugar menos privilegiado; afinal, seus benefícios não são transmitidos às futuras gerações.

Otávio Domingues, em seu livro *Hereditariedade e eugenia* (1936), no capítulo “A eugenia e os esportes”, introduz o assunto a partir de um comunicado da Comissão Central Brasileira de Eugenia (CCBE) à imprensa, quando anunciou a definição de Eugenia de acordo com a comissão de 1904. O texto transcrito no livro de Domingues traz nítida semelhança com o texto de Kehl em seu *Aparas Eugênicas* (1933). Em comum acordo com a CCBE e com Kehl, Domingues vai reforçar o alerta contra a confusão quanto ao termo *eugenia*²⁶.

Da definição, Domingues traça linhas que aproximam a confusão do que é Eugenia com a crença nos esportes. Refutando as idéias de Lamarck, atribui a estas o motivo dos equívocos. “Daí o louvor exagerado dos esportes. Daí a idéia de que o atletismo é caminho andado para a conquista do ideal eugênico” (DOMINGUES, 1936, p.51). E conclui dizendo:

É que ninguém se lembra que o atleta já nasce feito (...) e sua robustez é uma conseqüência direta do vigor de seu corpo, da boa conformação de seus raios ósseos, da proporcionalidade desejável das diversas partes de seu corpo – qualidades essas

²⁶ De acordo com Castaneda (2003), Kehl e Domingues representavam idéias divergentes quanto a bases teóricas, sendo Kehl de base lamarckista e Domingues, mendelista.

inatas, herdadas fatalmente. O que o exercício faz é pô-las à mostra, desenvolvê-las (DOMINGUES. 1936, p. 51).

A Educação Física, assim como os demais aportes da Eugenia, é relegada a uma posição de menor importância se comparada com ações de caráter hereditário, o que não acarreta seu esquecimento. Segundo as conclusões principais aprovadas pelo 1º Congresso Brasileiro de Eugenia, em 1929, temos que: “os princípios da eugenia e a observância dos seus preceitos não excluem a influência benéfica da educação escolar (...), física, intelectual (...), convenientemente orientada”²⁷.

Góis Júnior (2006) aponta que, em periódicos específicos da Educação Física (*Revista Educação Physica* e *Revista Educação Física do Exército*, nos períodos dos anos 30 e 40), havia um grande número de textos publicados sobre a Eugenia, seja no seu viés mais brando ou mesmo na sua vertente mais radical. Além disso, identificamos nos estudos de Goellner (2003) que, em diversos momentos na década de trinta, a *Revista Educação Physica* trouxe artigos densos e importantes sobre o tema Eugenia, o que indica estreita relação entre as duas áreas.

Apesar de dissociada da ciência Eugenia, a Educação Física representava mais um campo de conhecimento que poderia se prestar às investidas eugênicas. Assumindo o discurso eugênico, ela propagandearia seus ideais. Embasada por teorias científicas, engrossaria o caldo do conhecimento eugênico e, com isso, serviria à eficácia política, uma vez que o discurso científico se configurava como discurso competente.

* * *

Articular historicamente o passado não significa conhecê-lo “como ele de fato foi”. Significa apropriar-se de uma reminiscência, tal como ela relampeja no momento de um perigo (BENJAMIN, 1993p. 51).

²⁷ Essas conclusões estão presentes em Domingues (1936, p. 237).

A complexidade do que foi a Eugenia brasileira e suas relações com diversas áreas indicam infinitas possibilidades de reconstruir essa história. Seus vestígios carregam lacunas do que se perdeu, ao passo que apontam tantos outros que soa impossível averiguar. Os resquícios do passado foram configurados num diálogo constante com outras leituras sobre o que foram a Eugenia e a Educação Física brasileira, construindo um mosaico cuja forma é passível de interpretações diversas.

Ao reler, recontar, reconstruir as idéias eugênicas sobre a Educação Física, identifico as turbulências de uma ciência que se moldava às cores e formas em verde e amarelo, com as mudanças no cenário político influenciando suas formas de conceber e assumir características diversas. Os conflitos entre os termos, os textos entreabertos, os diálogos viesados entre bases teóricas, tudo isso resultou em formas diversas de ver a Educação Física, assim como foram muitas as posturas assumidas pela Eugenia. A Educação Física, como elemento eugenizante, capaz de influir na hereditariedade, por vezes foi enaltecida, por vezes foi relegada. Longe da unanimidade da regeneração racial, as atividades físicas passaram pelo conflito e o contra-senso das discussões teóricas que rodearam a “ciência da melhoria da espécie”.

Referências

AZEVEDO, F. *Da Educação Física, o que é, o que tem sido e o que deveria ser*. São Paulo Edições Melhoramentos, 1920a. 2ª. ed.

_____. *Antíus: Estudo de cultura Athletica*. São Paulo/Rio de Janeiro: Weiszflog Irmãos, 1920b.

BENJAMIN, W. *Magia e técnica, arte e política*. 6ª. Ed. São Paulo: Brasiliense, 1993.

BIZZO, N.M.V. *Eugenia: quando a biologia faz falta ao cidadão*. Caderno de pesquisa. São Paulo SP. fev. 1995.

CASTANEDA, L. A. *Eugenia e casamento*. História, Ciência e Saúde: Manguinhos. N.1 Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo cruz, 2003

DOMINGUES, O. *Hereditariedade e eugenia*. Rio de Janeiro: Francisco Alves. 1936

FONTENELLE, J. P. *Compendio de Hygiene Elementar*. Rio de Janeiro: Propriedade do autor, 1925. 2ª. Ed.

GOELLNER, S. V. *Bela, maternal e feminina, imagens da mulher na revista Educação Physica*. Ijuí: Unijuí, 2003

GOIS JÚNIOR, E. *O século da higiene: uma história de intelectuais da saúde (Brasil século XX)*. Tese de Doutorado em Educação Física. Faculdade de Educação Física – Universidade Gama Filho. Rio de Janeiro, 2003.

_____. Educação Física, Higienismo e Raça (Brasil, 1930 – 40). In Anais do X Congresso Nacional de História do Esporte, Lazer, Educação Física e Dança. II Congresso Latino Americano de História de La Educación Física, 2006.

HABIB, P. A. B. B. “*Eis o mundo encantado que Monteiro Lobato criou*”: *raça, eugenia e nação*. 2003. 175 f. Dissertação de Mestrado em História. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – Universidade Federal de Campinas.

KEHL, R. *Melharemos e prolonguemos a vida*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1922.

_____. *Da Eugenia e o futuro do Brasil*. In I Congresso Brasileiro de Proteção à Infância. Rio de Janeiro: Empresa Gráfica Editora, 1925.

_____. *A cura da fealdade*. São Paulo: Monteiro Lobato & Co-Editores, 1926.

_____. *Aparas Eugênicas: Sexo e Civilização (Novas Diretrizes)*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1933

_____. *Lições de Eugenia* 2ª. Ed. Refundida e aumentada. Rio de Janeiro: Francisco Alves. 1935.

_____. *Porque sou eugenista: 20 anos de campanha eugnica*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1937.

MORENO, A. *Corpo e ginástica num Rio de Janeiro – mosaico de imagens e textos*. 2001. 246 f. Tese de Doutorado em Educação. Faculdade de Educação – Universidade Federal de Campinas.

PAGNI, P. A. A prescrição dos exercícios físicos e dos esportes (1850-1920): cuidados com o corpo, educação física e formação moral. In: FERREIRA NETO, Amálio. (Org.). *Pesquisa Histórica na Educação Física*. 1 ed. Vitória: Editora do CEFD/UFES, 1997, v. 1, p. 59-82.

REIS, J. R. F. *Higiene mental e eugenia: o projeto de “regeneração nacional” da Liga Brasileira de Higiene Mental (1920-30)*. 1994. 353 f. Dissertação de Mestrado em História. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – Universidade Federal de Campinas, 1994.

SOARES, C. L. *Educação Física: raízes européias e Brasil*. Campinas SP: Autores Associados, 1994

STEPAN, N. L. *The hour of eugenics, race, gender and nation in Latin América*. London: Cornell University Press, 1996.

VIANNA, G. *Lições de Medicina Social*. Porto Alegre: Typographia Santo Antonio, 1927.

APARATO LEGAL E EDUCAÇÃO DO CORPO: PRESCRIÇÃO DE
COMPORTAMENTOS E CIRCULAÇÃO DE IDÉIAS
investigação sobre os investimentos no corpo em
Belo Horizonte (1891-1930)⁹

Andrea Moreno¹⁰
Verona Campos Segantini¹¹

Este texto apresenta as reflexões de um projeto, vinculado a um programa de pesquisa¹² que busca, em diferentes sujeitos e práticas, como se configurou a educação do corpo na pensada e nascida Belo Horizonte, compreendendo como conformou-se um processo educacional sobre o mesmo, desenvolvendo práticas próprias, a partir de diferentes saberes¹³. Seguindo os procedimentos metodológicos da pesquisa histórica, utilizamos fontes documentais que revelam vestígios do que foi a educação do corpo, recuperando sentimentos e expectativas com relação a este processo.

O período da pesquisa (1891-1930) é definido pelo momento em que se organizava o Estado republicano e federativo brasileiro, tendo como marco a retomada dos debates a respeito da necessidade de construção de uma nova capital mineira condizente com o ideal de modernidade¹⁴. Podemos, a princípio, questionar se o recorte temporal efetuado é suficiente para detectar o fenômeno da educação do corpo, uma vez que este pode incluir-se dentre os temas mais adeptos de serem estudados através da “longa duração”. Nesse particular acreditamos que o fato histórico da construção da cidade, bem como a necessidade emergente de alterações no e para o espaço urbano propiciam mudanças nos comportamentos bastante visíveis, ainda que em num período

⁹ Este texto é uma revisão ampliada do trabalho apresentado no Congresso Brasileiro de História da Educação, em novembro de 2006, em Goiânia.

¹⁰ Professora da Faculdade de Educação da UFMG.

¹¹ Graduanda do Curso de História da UFMG, bolsista PROBIC/Fapemig.

¹² Programa de Pesquisa, intitulado “Educação do corpo nos espaços de sociabilidade do urbano – investigação sobre os investimentos no corpo em Belo Horizonte (1891-1930)”, realizado no âmbito do CEMEF/EEFFTO/UFMG

¹³ Este processo acabou por perspectivar a formação de profissionais para este fim, dentre os quais o *professor de gymnastica* (Vago, 2002).

¹⁴ Em 1891 é aprovado o projeto que prevê a instalação de uma Comissão Construtora para o estudo das possíveis localidades para sediar a capital. Em 1893, o local é definido e organiza-se a Comissão Construtora. Belo Horizonte é inaugurada em 1897. Entretanto, desde os acontecimentos da Inconfidência mineira já havia discussões a respeito da mudança da capital. (Veiga, 2002)

relativamente curto. De acordo com Giovanaz (2000), escolher a cidade como *plano de observação*, numa perspectiva da História Cultural do urbano, pode fazer-nos acessar uma possibilidade imensa de informações sobre práticas culturais de uma sociedade e “*também da forma como esta se organiza, de como são definidos seus territórios, enfim, da maneira como a própria cidade percebe seus habitantes e de como elabora materialmente suas necessidades*” (GIOVANAZ, 2000, p. 38).

A construção da cidade é palco de profundas transformações do espaço físico e social que constituirão o urbano. Para esquecer seu passado colonialista era necessário não só (des)construir os espaços físicos, mas também (des)construir os corpos que neles habitarão. Inventada, no sentido dado por Hobsbawn e Ranger (1997), Belo Horizonte, moderna e higiênica, torna-se marco de novas civilidade e cultura urbana, em contraste com a rústica e tradicional Vila Rica (JULIÃO, 1996; VEIGA, 2002).

Nesta trama, a educação dos corpos vai estar ligada aos novos ordenamentos temporais e espaciais e deveria estar refletida nas atitudes, nos gestos e comportamentos, nas maneiras de ser e pensar, nas subjetividades. Nos novos espaços (físicos e afetivos) de sociabilidade que se estabelecem, os corpos deveriam portar novas sensibilidades. Várias instituições, formais, não formais, educativas e formativas vão, deliberadamente (ou não) assumir uma política de educação do corpo, não como uma ação isolada, porque esta será apenas mais uma, entre outras, investidas do ideário republicano no cidadão. Várias, também, serão as formas de linguagem, visíveis e invisíveis, destinadas a “educar” esse corpo, produzindo-lhe novas sensibilidades, como assinala Soares (2002) “*são distintos atos de conhecimento e não apenas a palavra o que constitui esta educação diuturna e intermitente.*” Além de diferentes saberes, a obsessão pelo moderno deve atingir “*o social visível, corpos e espaços, e o invisível, ar e costumes.*” (SANT’ANNA, 1996, p.125)

No processo educativo sobre o corpo, faz-se necessário considerar as singularidades das diferentes práticas educativas, os sujeitos envolvidos em tais práticas

e seu lugar na cultura, o que equivale perguntar: de que forma os discursos e as práticas sobre a educação do corpo produziram sentidos e construíram condições de inserção nos sujeitos? Como os diferentes sujeitos sociais, em tempos e lugares diferenciados, se apropriam dos novos códigos de ordenamento social? Como subvertem e resistem às novas regras? Que instituições deram visibilidade às estratégias de educação do corpo?

A pesquisa tem nos indicado que o processo de educação do corpo numa sociedade em transição incide sobre o todo social, assim como é influenciado por esse contexto. Isto pode ser percebido em todos os campos de sociabilidade: das formas de comunicação, às formas de constituição dos sujeitos, passando pelas dimensões materiais da vida (THOMPSON, 2006; CERTEAU, 1994).

É certo que, cada vez mais, a expressão “educação do corpo” tem sido amplamente utilizada nos estudos historiográficos no campo da Educação Física. Podemos detectar o uso dessa expressão nos estudos de Vaz (2003), Soares (1998, 2002), Taborda (2006), Vago (2002), entre outros. No contexto dessa pesquisa, fez-se necessário, a certa altura, refletir sobre as possibilidades e limites dessa *noção*. Ao que queremos nos referir quando usamos essa expressão? Poderíamos, inspirados em Ribeiro, prefaciando Elias (1994), considerá-la uma história dos sentimentos? Ou ainda, como formas de sentir e imaginar? Formas de conduta?

Um breve sobrevôo a partir dos autores contemporâneos que tem tematizado essa questão, percebe-se ainda timidamente a preocupação em “delimitar” o uso da expressão. Dos diversos estudos, esta tem sido utilizada, grosso modo, ora para se referir a civilidade, processo civilizatório, polidez, educação dos comportamentos, pedagogia das boas maneiras, educação física, educação dos gestos, práticas corporais, produção e formação de sensibilidades, desenvolvimento de habilidades, etc.¹⁵

O que parece ser consenso entre diversos autores é o reconhecimento de que a idéia de educação do corpo está vinculada a idéia de *civilização* (ELIAS, 1994; REVEL, 1991), caracterizada por um lento processo de constrangimentos, perceptível na longa

¹⁵ A historiografia da Educação Física tem privilegiado, como tema, a educação do corpo que se dá pelas práticas corporais sistematizadas – sobretudo pelo esporte e pela ginástica, enfocando prioritariamente a dimensão motriz da educação do corpo. Mesmo os estudos que tem a cidade como lócus de investigação, esse foco permanece (Mello, 2001 e Lucena, 2000). Uma das exceções a este foco é o programa de pesquisa de Taborda (2006).

duração. Cada época vai revelar uma “nova” maneira de ver o corpo e, portanto, de educá-lo. O processo civilizador, e aquele específico que incide sobre os corpos, nunca está, portanto, acabado. A educação do corpo e as transformações dos comportamentos, e mesmo as representações sobre estes, vão lentamente percorrer caminhos múltiplos, provocando práticas contraditórias, difusas, ambíguas e tensas (SOARES, 2002; REVEL, 1991). Com Foucault, citado por Soares (2006) podemos pensar que “*cada época, elabora sua retórica corporal*”.

Nos estudos historiográficos, também a idéia tem sido vinculada à constituição das cidades, com tudo de novo que esta apresenta, e a complexificação dos lugares urbanos, indicando novas maneiras do corpo ser e estar. Na cidade, a educação do corpo se explicita: “*O mundo urbano redesenha toda a possibilidade da vida: espaços que diminuem, distâncias que devem ser percorridas, disciplinas no trabalho a serem interiorizadas, divertimentos transformados, tradições rompidas*” (SOARES, 2002). Nesse processo, diversas instituições e diversos profissionais vão sendo autorizados a “cuidar” dos ensinamentos relativos ao corpo, sendo a escola um bom exemplo disso. No processo histórico de constituição da instituição escolar este é um processo bastante visível: era preciso ir construindo, no interior dessa instituição, uma corporeidade que lhe fosse mais adequada (FARIA FILHO, 1997; VAGO, 2002).

Nesse estudo, ao termos como objeto o urbano de maneira mais ampla e os diversos espaços de sociabilidade que constituem a cidade, percebe-se que os processos educativos (incluindo práticas, materiais, métodos, profissionais, instituições, etc) que incidem sobre o corpo no caldo urbano extrapolam as práticas corporais, e referem-se sobretudo a produção e formação de sensibilidades. Aqui, aos poucos, parece que a educação do corpo vai ampliando seu significado e se referindo mais aos “modos de viver”. No presente estudo, estamos compreendendo a educação do corpo na cidade, como práticas educativas específicas (formais, informais, não-formais), pedagogias presentes na vida “em sociedade”, que vão originando, no período estudado, aparatos legais, materiais, técnicas, instituições, profissionais, com o intuito de prescrever novos hábitos, atitudes e comportamentos relativos ao corpo, considerados mais adequados, para o bem (con)viver das pessoas, numa cidade que se quer moderna. Tais orientações corroboram com idéia de racionalizar o ambiente urbano atribuindo-lhe características próprias, assim como para seus habitantes, estando ambos inseridos num processo de introjeção de valores.

Das fontes, vamos percebendo vestígios, que vão ajudando a (re)constituir atitudes, hábitos, comportamentos, gestos, que constituirão o corpo num determinado tempo histórico, o qual vai sendo depositário de múltiplas intervenções e relações, tornando-se expressão da cultura.

No presente texto, trataremos de uma pretensa prática educativa específica, a educação do corpo através da legislação (códigos de postura, decretos e regulamentos promulgados pelo Estado) que vai sendo criada para organizar a vida na nova capital¹⁶. Pretensa, porque, sabemos, são condutas prescritas e não necessariamente aceitas pelos habitantes da cidade: *“O poder público, ao contrário da experiência dos habitantes comuns da cidade, pauta-se por uma apropriação da cidade como um conjunto e por um olhar eminentemente racional. A observação dos especialistas preocupa-se em planejar a urbe como um problema a ser resolvido, seus instrumentos são os planos, os cálculos, as transformações que podem ser realizadas neste espaço e que produzam um ambiente ordenado, limpo e transitável.”* (GIOVANAZ, 2000, p. 42)

No contato com as fontes percebe-se que, todas essas regulamentações são datadas, principalmente, entre os anos de 1897 a 1905, portanto pós-inauguração da capital e foram publicadas através da Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais. Por isso, foi necessário compreender o papel dessa instituição como um instrumento de ação do Estado, diante da necessidade de *civilizar* - padronizando comportamentos, divulgando práticas higiênicas e políticas sanitárias - e adaptar uma sociedade a um contexto urbano, moderno e republicano.

3. Os códigos de postura e a educação do corpo

¹⁶ Este tema está sendo tratado especificamente em um dos projetos, intitulado “Aparato legal e educação do corpo”, vinculado ao já referido programa de pesquisa.

Ao trabalharmos com os decretos e regulamentos, estamos cientes que eles indicam um corpus bastante ambíguo (REVEL, 1991). Por um lado, estes se constituem como condutas prescritas, não necessariamente “reais”¹⁷. Entretanto, sabemos que as sociedades constroem representações de seu “funcionamento” e consideramos que estas prescrições são textos privilegiados porque codificam minuciosamente valores desejáveis e regulamentam comportamentos sociáveis. Ou seja, expõem maneiras legítimas de se portar nesse espaço inventado. São, assim, não menos “reais”, porque ajudam a constituir a cidade: os espaços de representações construídos pelos *produtores do espaço urbano* são rastros que revelam uma urbanidade. O foco na legislação possibilita, então, a análise de projetos defendidos pelo poder público, os quais são por ele imaginados e alguns implementados, estipulando regras para utilização do espaço urbano. Para Pesavento (in GIOVANAZ, 2000) “*devemos entender que o espaço construído, ordenado e transformado, suscitava sensações, percepções, e a elaboração de representações para aqueles que vivenciavam o processo de mudança da cidade* (p.41).”

Os decretos e regulamentos analisados deixam claras as intenções do Estado, como *produtor do espaço urbano*, em regular – impondo, padronizando e homogeneizando - a relação da sociedade com o espaço urbano que vai ocupar. As fontes analisadas deixam ver que a crescente urbanização de Belo Horizonte vai categorizando os espaços, determinando práticas sociais autorizadas e aquelas que deveriam ser ocultadas. Percebe-se que essa nova relação vai ajudando a criar uma nova sensibilidade para o corpo, que passa pelo desenvolvimento de novas tolerâncias dos sentidos.

Como o próprio nome anuncia, um documento revelador dessa educação via leis, são *as posturas*. Estas são promulgadas em 1898 pelo decreto 1.211¹⁸. Seu texto discorria e regulamentava desde as formas de aquisição de lotes urbanos, passando pela arrecadação de impostos e pela fiscalização das construções. O texto revela também uma preocupação com o sujeito-habitante, prescrevendo comportamentos urbanos (“É

¹⁷ Convém ressaltar que, no âmbito do programa de pesquisa, outros projetos vêm sendo desenvolvidos, tendo privilegiado fontes de outras naturezas como: os jornais, as revistas, a literatura, processos educacionais, relatórios de processos criminais, etc. Juntos, eles contemplam uma visão de Belo Horizonte, ou diferentes perspectivas do objeto no período estudado.

¹⁸ Minas Gerais. Decreto n. 1.211 de 31 de outubro de 1898. Promulga as posturas da cidade de Minas. Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, cidade de Minas, 1898.

*proibido despejar lavagens de cosinha nos quintaes*¹⁹; *“tocar boiadas ou tropas soltas pelas ruas da cidade, a menos que venham estas convenientemente guiadas e a passo*²⁰; *“amarrar animaes nos gradis, arvores e postes existentes nas ruas e praças*²¹) considerados mais adequados em relação aos hábitos rurais do antigo arraial. Muitas prescrições deixam revelar hábitos, comportamentos e atitudes do espaço, até então, rural, mas que precisavam ser alterados. Nesse contexto, faz-se necessário apagar as marcas visíveis de uma outra história, de uma comunidade que, agora, é indesejada, pois vista como não-civilizada, com comportamentos próprios de pessoas mal-educadas, rudes e rústicas. Muitos decretos, por exemplo, referem-se, repetidamente, às proibições da presença de animais no ambiente urbano, evidenciando diversos aspectos, que vão desde a preocupação com a beleza e organização do espaço urbano assim como a prática do higienismo e do sanitarismo. São tropas de animais passeando pelas ruas, aves soltas, engorda e matança de suínos na zona urbana, caça de animais com armas de fogo nas imediações das zonas habitadas, cenas que uma capital deveria “desacostumar-se”:

Fica prohibido, nas zonas urbanas e suburbanas, o commercio de aves de quaesquer especies, tocadas em bandos pelas ruas e praças, conduzidas suspensas, de pernas ou azas atadas;

*A Prefeitura estabelecerá um typo de pequenos carros, de molas flexíveis, em formato de gaiolas, que serão puchados a mão ou por meio de animaes. Nesses vehiculos, os commerciantes dessa especialidade ou seus prepostos transportarão o objecto de seu commercio(...) Será observado, nesses veículos o maior asseio possível, e o conductor será obrigado a ter sempre, em logares adequados, agua e alimento proprios.*²²

A clara tentativa de impor uma nova ordem urbana é também verificada pelas punições previstas àqueles que não cumprissem tais regulamentos²³. Numa perspectiva

¹⁹ Decreto n. 1.211 (Minas Gerais, 1898), parágrafo 1º do artigo 63.

²⁰ Decreto n. 1.211 (Minas Gerais, 1898), parágrafo 4º do artigo 67.

²¹ Decreto n. 1.211 (Minas Gerais, 1898), parágrafo 3º do artigo 67.

²² Minas Gerais. Decreto n. 1436 de 27 de dezembro de 1900. Approva o regulamento contendo diversas posturas da cidade de Minas. Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, cidade de Minas, 1900. Art. 1 e 2.

²³ Decreto n. 1.211 (Minas Gerais, 1898), artigo 66 *“Todo aquelle que quebrar as lampadas de iluminação publica ou causar qualquer damno nos edificios ou monumentos, jardins e parques públicos e respectivos gradis, bem como nas paredes de muros e gradis particulares, nas casas, postes e fios, nos kiosques, coretos, bancos, mictórios e encanamentos, nos arvoredos das ruas e de terrenos alheios, nos taludes dos rios ou canaes, nas pontes, calçadas e boeiros e em tudo mais que fôr de propriedade*

de manter o controle pela repressão, percebe-se, através destes, a crença de que o Estado seria capaz de controlar, absolutamente, a vida na cidade: seu crescimento, a ordem pública (“*É expressamente proibido caçar ou mesmo atirar com armas de fogo dentro da zona urbana e nas proximidades das zonas habitadas dos subúrbios da cidade*”²⁴), a circulação²⁵ (“*É proibido transitar ou estacionar sobre os passeios das ruas da cidade com animais, carrinhos ou cargas que embarquem o trânsito e andar de velocípede pelos passeios ou disparada a cavalo ou de carro pelas ruas da cidade*”²⁶) a manutenção do patrimônio público, a regulação do comportamento.

Reportando-nos à legislação também fica evidenciada a preocupação em se construir espaços adequados à convivência e aos bons modos, em consonância com os ideais modernizantes. As preocupações giravam em torno tanto do espaço físico como também com a convivência e sociabilização nesses espaços. Andando nos *bonds* as pessoas deveriam fazê-lo de forma civilizada, sem incomodar os demais passageiros (“*guardando ordem e respeito*”). Esta maneira estava traduzida corporalmente, em algumas recomendações: não debruçar-se nos bancos, não viajar nos estribos ou em pé nas plataformas, não fumar nos três primeiros bancos, não escarrar no assoalho, não colocar os pés sobre os bancos, não subir ou descer com o carro em movimento.²⁷

Claramente havia um *modo urbano* de se comportar, fortemente vinculado a princípios higiênicos e sanitaristas que são retomados, intensamente e incansavelmente, pela legislação. No decreto sobre a “*Construção e Policiamento dos Theatros*”²⁸, por exemplo, observa-se a tanto a preocupação arquitetônica com o espaço²⁹ como exemplificam a aplicação das inovações trazidas pela higiene, prevendo a instalação de “*mictórios, latrinas e lavabos para os homens e de toilettes para as senhoras, com os*

estadual ou da Prefeitura, de uso comum da população, sofrerá a multa de 20\$ a 30\$000, além de outras penas em que incorrer, na forma da lei ordinária.”

²⁴ Decreto n. 1.211 (Minas Gerais, 1898), artigo 70.

²⁵ A questão da circulação é também tratada no Decreto n. 1.535 (Minas Gerais, 1902) que Aprova o regulamento do serviço de *bonds* em Belo Horizonte. É importante refletir que a modernidade impunha uma nova dinâmica à vida social que passa a conviver com meios de transporte e comunicação mais avançados. Torna-se necessário, portanto, a regulamentação desses “sinônimos” da modernidade, bem como regular e ensinar a utilização dos mesmos pela sociedade.

²⁶ Decreto n. 1.211 (Minas Gerais, 1898), parágrafo 1º e 2º do artigo 67.

²⁷ Decreto n. 1.535 (Minas Gerais, 1902), artigo 55.

²⁸ Minas Gerais. Decreto n. 1.360 de 14 de fevereiro de 1900. Estabelece o regulamento para os theatros. Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, cidade de Minas, 1900.

²⁹ Decreto n. 1.360 (Minas Gerais, 1900), do artigo 2. “*As dimensões do edifício serão proporcionais ao número de espectadores, de modo que cada um destes disponha pelo menos de 50m cúbicos de ar renovado por hora*”

aparelhos higienicos indispensáveis”³⁰. Sabemos que a utilização desses aparatos, considerados exemplos de civilidade, promessa de saúde e higiene, deveriam ser incorporados como hábitos, sempre com o fim de tomar o rumo do processo civilizatório³¹.

Revela também a tentativa de regulação do comportamento, trazendo orientações sobre os modos dos espectadores: *“Ninguém, dentro do teatro ou casa de espectáculos, poderá dirigir-se em voz alta a quem quer que seja, excepto aos actores, com palavras de aprovação ou reprovação, como: ‘bravo, fora ou outras equivalentes’.*”³² Regulando o comportamento dos espectadores ficava ainda proibido *“Nas casas de espectáculos dramaticos ou lyricos não poderão os espectadores fumar no recinto, nem nos corredores, mesmo durante os entreactos, nem estar cobertos (com chapéus) durante a representação. Os infractores serão primeiramente advertidos e soffrerão na reincidencia a multa de 10\$000 a 20\$000 e 5 dias de prisão”.*³³

A análise da legislação também evidencia o controle sobre os tipos de indivíduos que ocuparão o referido espaço urbano. Nada, nem mesmo as diferenças sociais, poderia ofuscar os ideais da modernidade, necessitando apagar (ou regulamentar) as cenas e os personagens da exclusão. Nessa perspectiva é formulado o decreto 1.435 que *“Approva o regulamento de mendigos”*³⁴, que os define como *“todo o individuo, que não puder ganhar a vida pelo trabalho, que não tiver meios de fortuna, nem parentes nas condições de lhe prestar alimentos, nos termos da lei civil, e implorar esmolas”*³⁵. A Diretoria de Higiene, através dos médicos da prefeitura, era a responsável pela identificação, inscrição e registro dos mendigos, os quais receberiam placas de identificação (que deveriam ostentar no peito) regulamentando maneiras, local e horários de pedir esmolas. Assim como os mendigos, os animais deveriam ser “regulamentados”. Cachorros, cabritos, cabras e carneiros, por exemplo, deveriam ser “matriculados” na Diretoria de Higiene³⁶.

³⁰ Decreto n. 1.360 (Minas Gerais, 1900), artigo 13.

³¹ Ver mais sobre estes aparatos em SANT’ANNA, 1996.

³² Decreto n. 1.360 (Minas Gerais, 1900), artigo 39.

³³ Decreto n. 1.360 (Minas Gerais, 1900), artigo 43.

³⁴ Minas Gerais. Decreto n. 1.435 de 27 de dezembro de 1900. Approva o regulamento de mendigos. Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, cidade de Minas, 1900.

³⁵ Decreto n. 1.435 (Minas Gerais, 1900), artigo 1.

³⁶ Minas Gerais. Decreto n. 1.436 de 27 de dezembro de 1900. Approva o regulamento contendo diversas posturas da cidade de Minas. Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, cidade de Minas, 1900.

A tentativa de fazer com que os cidadãos incorporassem as novidades da Higiene e se comportassem dentro do recomendado por tal ciência pode ser exemplificada em variados documentos, dentre eles, o Decreto 1.358³⁷ aprovado no início do ano de 1900 que estabelece a criação de uma “secção de hygiene” para a Capital, ficando a cargo de tal departamento:

I A fiscalização sanitaria de todos os grandes trabalhos de utilidade publica e de todas as construcções e obras susceptíveis de comprometter os interesses da saúde publica.

II A inspecção sanitária das escolas, fabricas, officinas e quaesquer habitações collectivas, publicas e particulares.

III A fiscalização da alimentação publica, do consumo das bebidas naturaes e artificiaes, o fabrico destas, bem como o commercio de aguas mineraes, precedendo o competente exame.

IV Os matadouros, mercados, casas de comestíveis, banheiros e lavanderias publicas, theatros e logares de divertimentos, cocheiras, estabulos, hortas, capinzaes, terrenos não edificados, vallas e esgotos.

V As villas operarias e habitações collectivas para classes pobres.

VI As installações sanitárias domiciliares.

VII A limpeza publica e particular.

VIII A policia sanitária em tudo que directa ou indirectamente interessar a saude publica.

IX A adopção de meios tendentes a prevenir, combater ou attenuar as moléstias endemicas, e transmissíveis ao homem e aos animaes.

X A vaccinação e revaccinação contra a variola e outras molestias.

XI A remoção de doentes, desinfectorios, necroterios, cemiterios e serviços funerarios.

*XII A estatistica demographica da Capital.*³⁸

Tal departamento seria dirigido por um médico da Prefeitura que teria como atribuições fiscalizar fábricas de águas minerais, promover a vacinação e revacinação contra a varíola e outras moléstias, fiscalizar a higiene escolar, além de:

“Visitar mensalmente, em occasiões ordinarias, os mercados, matadouros, depositos de carne verde, casas de quitanda, açougues, padarias, confeitarias, botequins, armazens de viveres e bebidas, banheiros, lavandeiras publicas, theatros e logares de divertimentos, cocheiras, estabulos, hortas, capinzaes, cemitérios, asylos, hospitaes, officinas, fabricas e outros estabelecimentos congeneres,

³⁷ Minas Gerais. Decreto n. 1.358 de 6 de fevereiro de 1900. Approva o regulamento que crêa uma secção de hygiene na Prefeitura da cidade de Minas. Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, cidade de Minas, 1900.

³⁸ Decreto n. 1.358 (Minas Gerais, 1900), artigo 2.

*verificando suas condições hygienicas e indicando ao Prefeito as providencias que julgar necessarias”.*³⁹

Ainda a cargo de tal funcionário caberia:

*“Examinar com o maior cuidado as condições hygienicas das habitações das classes pobres, taes como:—cortiços, estalagens e outras, lotando-as, ordenando as medidas convenientes e propondo o respectivo fechamento, quando os defeitos forem insanáveis ou quando os melhoramentos ordenados não tiverem sido cumpridos no prazo marcado, salvo caso de motivo justificado.”*⁴⁰;
Aconselhar ao povo as medidas prophylaticas mais efficazes, baseadas na mais severa hygiene pessoal e domestica.”⁴¹.

Junto com esta instituição, uma “Turma de Guardas e Vigias”⁴², dividida em dois grupos, os guardas municipais e os vigias operários, composta por um total de oito funcionários sob a coordenação de um chefe, tinham como função manter a organização e preservar o espaço urbano construído e em consolidação, vistoriando as construções, os hábitos e comportamentos dos indivíduos⁴³. Ao grupo de vigias operários são atribuídas funções relativas às praticas sanitaristas e higiênicas como a “*apreensão dos animais soltos nas rua; remoção os cães mortos por bolas; indicar os locais que precisam de limpeza e serviço de desinfecção dos prédios*”. Cabe-lhes ainda: “*Informar ao fiscal, por intermédio do chefe da turma, sobre toda e qualquer irregularidade que possa prejudicar o asseio e a hygiene da cidade*”.

É importante salientar a recorrente presença médica desde a composição, tanto da Comissão de Estudos como da Comissão Construtora da capital. Quando nos referimos aos “produtores do espaço”, estamos indicando uma multiplicidade de profissionais, que, com diversos saberes, irão se ocupar da construção do urbano. É interessante observar a legitimidade dada aos médicos, engenheiros e arquitetos pelo poder público, “*encarregando-se do trabalho de sanear a cidade do passado, articular a cidade do presente e projetar a cidade do futuro*” (GIOVANAZ, 2000, p.43). Dessa

³⁹ Decreto n. 1.358 (Minas Gerais, 1900), parágrafo XIII do artigo 3.

⁴⁰ Decreto n. 1.358 (Minas Gerais, 1900), parágrafo XII do artigo 3.

⁴¹ Decreto n. 1.358 (Minas Gerais, 1900), parágrafo XXII do artigo 3.

⁴² Criada em 1903

⁴³ Ficava, por exemplo, a cargo dos guardas municipais “não permitir, que seja causado quaisquer dano nos jardins, parques, gradis, edifícios e monumentos públicos, (...) e em tudo mais que for de propriedade do Estado eu da Prefeitura ou de utilidade publica”.

forma, o Estado vai se colocando como um balizador das relações existentes entre espaço urbano e sociedade.

4. Da prescrição dos comportamentos à circulação da informação: o papel da Imprensa Oficial

Estamos certos de que se existiam corpos que precisavam, definitivamente, para o projeto de modernidade, ser educados, a verdade é que todos os cidadãos, singularmente, a despeito dos grupos sociais de pertencimento, eram atingidos por uma nova sensibilidade de ser e estar no mundo urbano. Havia, portanto, uma circularidade de idéias e maneiras de comportar-se nesse espaço em construção.

Investigar os diferentes espaços e processos de educação do corpo, ligados a diferentes grupos sociais, é também buscar compreender como se dava a circularidade das informações relativas a essas práticas educativas, nesse caso, das prescrições via aparato legal. Como espaços educativos, os impressos legais, tem características singulares, que precisam ser investigados. No caso dos decretos que constituem as fontes desta pesquisa, estes eram publicados pela Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, criada em novembro de 1891⁴⁴, caracterizando-se

“(...) como um órgão de publicidade oficial, destinada á publicação dos atos do governo, debate das duas câmaras do Congresso Mineiro e expediente da administração pública, inclusive opúsculos e livros para escolas públicas do Estado (...)”.(Minas Gerais, 1991, p.2)⁴⁵

Dentre os artigos que visavam regular a criação, a organização e a função da Imprensa Oficial como um órgão do Estado, revela-se a intenção, também, de promover

⁴⁴ Inicialmente em Ouro Preto, posteriormente transferida para a capital Belo Horizonte, tendo em vista as “facilidades” de ordem técnica bem como a proximidade com Rio de Janeiro e Europa.

⁴⁵ Minas Gerais, Caderno Comemorativo da Abertura do Ano do Centenário da Imprensa Oficial. 4 de Janeiro de 1991

junto à sociedade, transformações morais que estariam refletidas nas formas de comportamento do cotidiano:

“Parágrafo único. Incumbe-lhe mais: escrever ou traduzir, fazendo-os publicar no órgão oficial, artigos que tenham por fim promover os melhoramentos morais e materiais do Estado, instrução pública, ciências, artes e letras e higiene, economia rural, viação, colonização, etc. Ministar diariamente matéria par o noticiário do jornal, que deve ser o mais copioso e interessante possível;”(Minas Gerais,1991, p.2).

Diante dessas pistas, torna-se esclarecedor o grande número de decretos, publicados pela Imprensa Oficial, principalmente entre os anos de 1900 a 1903, que buscavam regular a vida na recém inaugurada capital.

Algumas questões ainda precisam ser aprofundadas no que se refere à materialidade das fontes. Como ganhavam visibilidade? Quem as lia? Como as liam? Em que tipo de impresso? Nos documentos que constituem as fontes dessa pesquisa, chama atenção a padronização da impressão e do formato dos mesmos, que faz gerar novas indagações a respeito do alcance que estes tinham na sociedade.

Da regulamentação da Imprensa Oficial sabe-se que, era possível que, os impressos de caráter oficial, fossem vendidos. Ainda não há pistas que nos permitam dizer onde e como eram comercializados ou divulgados, ou mesmo se eram.

Outro indício explicitado pela regulamentação da Imprensa é que os decretos, instruções e regulamentos poderiam ser impressos em forma de coleção ou em avulso. Acreditamos que os “avulsos” podem indicar um caráter de circulação mais eficaz. É interessante observar que foram encontrados, em diferentes arquivos de Belo Horizonte, decretos publicados nos dois formatos. Entretanto, uma pergunta permanece: apenas foram localizados na forma avulsa, os decretos relativos às posturas, e dentre estas, apenas àqueles que tem caráter higiênico e sanitarista, o que pode fazer pensar: seriam estes decretos aqueles que, deveriam, no contexto daquela cidade, serem divulgados e

acessados? Constitui isso uma maneira deliberada de educação do corpo orquestrada pelo Estado? Poderemos identificar, na entrelinhas dos textos, seus destinatários? O que nos propomos nessas trilhas de investigação é acompanhar o “uso” dessas prescrições.

Finalmente, pode-se dizer, a partir da análise documental até o momento da pesquisa, inspirando-nos em Giovanaz (2000), é o reconhecimento na legislação de três cidades: a do futuro (desejada e sonhada pelos produtores do espaço); a do presente (a cidade-problema, requerendo ordem) e a do passado (aquela que precisa ser apagada). Em todas elas o corpo aparece como objeto a ser educado.

Referências

- CERTEAU, M. *A invenção do cotidiano*. Petrópolis: Vozes, 1994.
- ELIAS, N. *O processo civilizador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994. 1v
- FARIA FILHO, L. M. de. História da escola primária e da Educação Física no Brasil: alguns apontamentos. In: SOUZA, E.S. e VAGO, T.M. (Orgs.) *Trilhas e Partilhas*. Belo Horizonte: Editora e Gráfica Cultura, 1997. p. 43-58.
- HOBSBAWN, E. & RANGER, T. *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
- GIOVANAZ, M. Em busca da cidade ideal: o planejamento urbanístico como objeto da história cultural. In: *Anos 90, Revista do programa de pós-graduação em História*. Porto Alegre, UFRS, 2000. p. 38-46.
- JULIÃO, L. Belo Horizonte: Itinerários da cidade moderna (1891-1920) In: DUTRA, Eliana Regina de Freitas (org.) *BH: horizontes históricos*. Belo Horizonte: C/Arte, c1996. p. 49-118.
- LUCENA, R. de F. *O esporte na cidade: aspectos do esforço civilizador brasileiro*. Campinas: Autores Associados, 2000.
- MELLO, V. A. de. *Cidade Sportiva*. Rio de Janeiro: Relume Dumará/Faperj, 2001
- REVEL, J. Os usos da civilidade In: ARIES, Philippe; CHARTIER, Roger. *História da vida privada*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991. p.169-210. 3v.
- SANT`ANNA, D. B. de. O Receio dos “trabalhos perdidos”: corpo e cidade. In: *Projeto História* nº 13. São Paulo: Educ, 1996. p.121-128.
- SOARES, C. L. *Imagens da educação no corpo*. Campinas: Autores Associados, 1998.

_____. *A Educação do Corpo e a Educação Física escolar*. Texto proferido na I Reunião Anual do PROEFE, UFMG, 2002.

TABORDA DE OLIVEIRA, M.A . *Educação do corpo na escola brasileira*. Campinas: Autores Associados, 2006.

THOMPSON, E. P. *Costumes em comum*. Sao Paulo: Companhia das Letras, 1998 493 p.

VAGO, T. M. *Cultura escolar, cultivo de corpos: educação physical e gymnastica como praticas constitutivas dos corpos de crianças no ensino publico primario de Belo Horizonte (1906-1920)*. Bragança Paulista: EDUSF, 2002 369P.

VAZ, A. F. Educação do Corpo, conhecimento, fronteiras In: *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*: Campinas, v.24, n.2, jan.2003, p.161-172.

VEIGA, C. G. *Cidadania e educação na trama da cidade: a construção de Belo Horizonte em fins do seculo XIX*. Bragança Paulista: EDUSF, 2002 347 p.

‘EJERCITANDO’ LOS CUERPOS MASCULINOS Y FEMENINOS
APORTES PARA UNA HISTORIA DE LA EDUCACIÓN FÍSICA ESCOLAR
ARGENTINA (1880-1990)

Pablo Scharagrodsky⁴⁶

Introducción

Históricamente el dispositivo curricular ha sido un fuerte productor de subjetividades generizadas (Torres, 1994, Lopes Louro, 1999, Silva, 2001). Entre las distintas disciplinas escolares que se destacaron en la construcción de un tipo de específico de masculinidad y feminidad encontramos a la Educación Física con su enorme batería de prácticas corporales: gimnasia y ejercicios militares, sacutismo, sistema argentino de educación física, gimnasia metodizada, danzas folklóricas y deportes. Estas y otras prácticas corporales contribuyeron muy fuertemente en el armado de ciertas masculinidades y feminidades excluyendo, silenciado u omitiendo otras formas o alternativas posibles de vivir y experimentar la masculinidad y la feminidad.

El presente artículo indaga sobre las diferentes formas en que la masculinidad y la feminidad fueron configuradas a partir de todas esas prácticas. Vale decir, los interrogantes propuestos en el siguiente trabajo se pueden condensar de la siguiente manera: ¿cómo diferentes prácticas de la educación física configuraron una determinada masculinidad y femineidad y no otra?, ¿cuáles han sido los saberes que, desde la educación física, legitimaron los modos de masculinidad y femineidad? y ¿cuál de los universos morales posibles legitimó dichas configuraciones corporales generizadas?

El pasado generizado en la Educación Física

Veamos las características centrales de cada una de estas prácticas corporales y los efectos en términos de generización, especialmente de masculinización de lo corporal (Bourdieu, 2000).

⁴⁶ Master en Ciencias Sociales con Orientación en Educación (FLACSO, Argentina). Licenciado y Profesor en Ciencias de la Educación (UNLP) y Profesor en Educación Física (UNLP). Actualmente es Docente investigador de la Universidad Nacional de Quilmes y de la Universidad Nacional de La Plata.

1) Gimnasia Militar

EJERCICIOS: Cuarto Grado: Gimnasia - Ejercicios militares (para los varones), Quinto Grado: Gimnasia - Ejercicios militares (para los varones), Sexto Grado: Gimnasia - Ejercicios militares (para los varones) (Plan de Estudios, Programas y Horarios para las Escuelas Comunes. El Monitor de la Educación Común, N° 129, Consejo Nacional de Educación. Buenos Aires, abril de 1888)

En la Argentina de finales del siglo XIX, frente a un clima crecientemente militarista y de consolidación del estado-nación, “la reorganización del ejército, la instrucción de los soldados, la práctica de la gimnasia o la formación de jóvenes saludables, fueron vistas en relación con la construcción de la nacionalidad y la afirmación de una nación potencia”. (Bertoni, 2001, p. 213) La preparación física, la gimnasia militar y el tiro, fueron consideradas actividades indispensables por ciertos sectores sociales, ya que eran el mejor medio para transmitir determinados valores morales, viriles y patrióticos. Una de las instituciones sociales elegidas para dicha transmisión fue la escuela.

En este contexto sociopolítico, los ejercicios militares, no exentos de fuertes rechazos, se instalaron en la educación física de fines del siglo XIX y principios del siglo XX. Este tipo de gimnasia estuvo dirigida sólo a los varones y contribuyó enormemente en la formación del carácter masculino; siendo el soldado-ciudadano el ideal regulativo a alcanzar. Los ejercicios militares estuvieron constituidos por distintas ejercitaciones entre las que se destacaron los movimientos uniformes de flanco, media vuelta, marchas, contramarchas, alineaciones, formación en batalla o unidades tácticas y evoluciones. Todas estas actividades delimitaron un universo kinético específico: posiciones rígidas, uniformes y erguidas. De esta manera, lo masculino se fue configurando a partir de ciertas cualidades y no de otras: disciplina, firmeza, respeto a la jerarquía, obediencia, sumisión, rectitud, franqueza, tolerancia al dolor, valor, honor y coraje. Todas ellas ligadas, sólo imaginariamente, al mundo masculino. Cada uno de estos valores se incardinó en los cuerpos contribuyendo en la configuración de cierto tipo de masculinidad. (Scharagrodsky, 2001) La gimnasia militar estimuló un tipo de virilidad obediente, dócil y patriota y rechazó todo aquello que estuviese vinculado simbólicamente con el universo ‘femenino’.

2) Scautismo

EDUCACION FISICA: Primero y Segundo Grados: “Marchas y evoluciones (para varones y mujeres)”, Tercero y Cuarto Grados: “Agrupaciones estudiantiles para juegos y Scouting (para varones)”, Tercero y Cuarto Grados: “Primeros auxilios, formación de un botiquín escolar. Cómo se tiende una mesa (para niñas). (Programas para las Escuelas Comunes. Dirección General de Escuelas de la Provincia de Buenos Aires. Talleres de Impresiones Oficiales, La Plata, 1914)

“A finales del siglo XIX y principios del XX, en plena expansión industrial, un número cada vez mayor de hombres norteamericanos e ingleses empezaron a inquietarse abiertamente por la virilidad de sus hijos. Aterrorizados por los discursos feministas, inquietos con la feminización de la educación familiar y escolar así como del poderío de la ley materna, temían que sus muchachos no tuvieran la ocasión de aprender a ser hombres.” Esta fue una de las ‘razones’ de la implantación del sistema de Scouting (Badinter, 1993, p. 117). Esta forma de administrar los cuerpos combinó un nacionalismo xenófobo, un fuerte militarismo, un darwinismo social, la visión de Baden-Powell sobre el imperialismo social, junto con la adoración a la naturaleza, el culto a la nación, el entrenamiento del ciudadano y un cierto rechazo a la civilización urbana moderna (Rosenthal, 1986).

Teniendo en cuenta lo anterior, en la Argentina, el *scouting* ingresó, bajo el paraguas de la educación física escolar y, también, tuvo un importante papel en el proceso de generización de los cuerpos. Quienes pregonaron este sistema corporal lo hicieron ya que, entre sus beneficios para la escuela argentina se mencionaron “el orden y la disciplina, el encauzamiento de las corrientes torcidas, contra las ideas extremas y el sectarismo (léase los opositores al gobierno)” con el fin de “borrar los gérmenes del extranjerismo y fomentar un aura esencialmente nacional” (Tassi, 1914, p. 221). La máxima autoridad educativa de la época señaló que el scautismo “responde en un todo a

la fórmula que he preconizado para mi programa de gobierno escolar: ‘educación para la vida argentina’”.⁴⁷ (Urien, 1914, p. 203)

En especial en la escuela estatal durante la segunda década del siglo XX y, posteriormente, en escuelas parroquiales y religiosas durante todo el siglo XX, el *scouting* tuvo entre sus finalidades, producir un tipo de virilidad ligada a un cierto *ethos* masculino con fuertes lazos religiosos. Su origen marcial y patriótico acompañado de ciertos valores morales como la lealtad, el honor, la obediencia, la valentía y la limpieza moral, formaron parte de sus prácticas cotidianas. La cultura scáutica estuvo constituida por distintas ejercitaciones y actividades, entre las que se destacaron marchas y evoluciones para ambos sexos y agrupaciones estudiantiles para juegos y *scouting* para varones.

Las prácticas al aire libre, las excursiones, los campamentos y los ejercicios físicos, fueron los medios más adecuados para alcanzar el ideal de varón fuerte, activo y capaz de ejecutar la acción adecuada en el momento oportuno. Las excursiones y las exploraciones al aire libre permitieron “adquirir fuerza y resistencia, y ya no importan el aire, ni la lluvia, ni el frío, ni el calor”. (Baden Powell, 1908, p. 7) Ser un scout implicaba saber soportar las peores condiciones materiales y climáticas. Para ello se necesitaba de resistencia que era una “mezcla de ánimo, paciencia y fuerza”. (Baden Powell, 1908, p. 168) El ejercicio, las carreras o las caminatas a pie permitían modelar al scout y hacerlo “fuerte, sano y activo para desempeñar su deber” (Baden Powell, 1908, p. 10). Entre los juegos para el desarrollo de la fuerza se mencionaban “el boxeo, la lucha, remar, nadar, saltar y escalar” (Baden Powell, 1908, p. 178).

La carrera para hacerse hombre quedó nuevamente salvaguardada, aunque esta forma de administrar los cuerpos, a diferencia de la gimnasia militar, comenzó a visibilizar a las mujeres, pero de una manera muy particular (Scharagrodsky, 2004).

3) Sistema Argentino de Educación Física

⁴⁷ Las argumentaciones a favor y en contra de la implementación del scautismo en la escuela pueden verse en: Dirección General de Escuelas de la Provincia de Buenos Aires. *Revista de Educación*. “Reforma del Plan de Estudios”. La Plata, Año LV, Tomo LXVI, 1914, pp. 137-297.

EDUCACION FISICA: “Gimnasia estética (para las mujeres)”, “Defensa personal (para los varones)” (Planes de estudio para la formación de docentes en Educación Física de los Institutos Nacionales de Educación Física (I.N.E.F.), 1917-1940) “La enseñanza de la gimnástica utilitaria adopta formas distintas fundamentales en el hombre y en la mujer. En el hombre adquiere el carácter de acción defensiva, en la mujer el carácter de acción estética, como factor de perfeccionamiento de sus dotes propias, para el mejor cumplimiento de su actividad social, en cuanto esta atañe a sus finalidades biológicas. Llamamos defensa personal a la asignatura que se practica con el carácter utilitario en el hombre y gimnasia estética a la misma en la mujer”. (Romero Brest, 1917, p. 102)

El Sistema Argentino de Educación Física creado por el Dr. Enrique Romero Brest, se instaló en la escuela primaria argentina en forma cuasi-hegemónica durante las primeras cuatro décadas del siglo XX, en franca oposición a los ejercicios militares escolares y al sistema scáutico escolar. La combinación de “ejercicios sin aparatos y juegos, en los grados superiores y juegos distribuidos y aplicados con un criterio fisiológico en los grados inferiores sentaron las bases de la gimnasia metodizada” (Romero Brest, 1909, p. 40). Pero esta propuesta, no tuvo el mismo impacto en el tratamiento de los cuerpos. Muy por el contrario, dicho sistema de ejercitaciones físicas tuvo un activo papel en la construcción de cierta feminidad y cierta masculinidad. Diferentes finalidades, actividades, ejercitaciones, métodos, gradaciones y cualidades a educar, configurarían un mapa desigual entre alumnos varones y alumnas mujeres.

El Sistema Argentino de Educación Física contribuyó a establecer el ideal femenino, vinculado con la maternidad como principio rector de las prácticas corporales, siendo su fin la eugenesia. La maternidad tuvo su correlato en una serie de presupuestos morales que debían respetarse y que definían a la feminidad en los ejercicios físicos y en la gimnasia: el decoro, el pudor, la gracia, el recato, la delicadeza y la elegancia en los movimientos. Al mismo tiempo que se indujo ese tipo de feminidad, se sancionó todo aquello que estuviese vinculado con la virilización femenina o con supuestos deseos indecentes. Para lograr este cometido se prescribieron en las mujeres ejercicios físicos para ciertas partes del cuerpo: la pelvis y el abdomen y ciertas capacidades físicas: velocidad y con algunas reservas la fuerza.

Con objetivos y tácticas diferentes, el Sistema Argentino de Educación Física también contribuyó a establecer el ideal de masculinidad, vinculado con una virilidad

fuerte, emprendedora y claramente dirigida al espacio público, es decir, a la formación de un ciudadano (la ciudadana no tuvo existencia formal, en Argentina, hasta fines de la década del '40). En este contexto, la masculinidad no fue sinónimo de paternidad sino de ciudadanía. El ciudadano viril que se persiguió a través de los ejercicios físicos debía caracterizarse por tener, y por ende aprender, las siguientes cualidades: el carácter enérgico, la osadía en la acción, la valentía, la decisión, la fiereza, el valor, la voluntad, la energía, la persistencia, el coraje, la disciplina y el dominio de sí. Al mismo tiempo que se indujo ese tipo de masculinidad a través de los ejercicios físicos, se intentó prevenir aquellos comportamientos que se suponían desviados o anormales como el ser miedoso, el ser cobarde, el ser pasivo o el carecer de iniciativa. El punto máximo de esta desviación fue el afeminamiento.

Estos procesos de esencialización y de naturalización de la masculinidad y de la feminidad se apoyaron en el saber fisiológico. Los razonamientos derivados del saber fisiológico confundieron recurrentemente los atributos biológicos con condiciones morales y sociales. Desde esta confusión -entre otras- se sostuvo la 'científica' subordinación y desvalorización genérica de la mayoría de las mujeres y de aquellos varones que no cumplieron el 'guión masculino'. El discurso higienista y fisiologista, fue un discurso productor y reproductor de las desigualdades de género. Los tratamientos corporales de varones y mujeres construyeron la diferencia como sinónimo de desigualdad y, consecuentemente, instalaron asimetría y dominación (Scharagrodsky, 2002).

4) Gimnasia Metodizada

“Los juegos en su aspecto dinámico, deben ser considerados con la misma limitación que los ejercicios metodizados, como, asimismo, su dosificación; pero no así, desde el punto de vista espiritual, puesto que el instinto de la mujer tiene sus facetas propias, manifestadas desde su primera infancia, y así como al varón se le debe llevar progresivamente al desempeño viril, propio de su sexo, y formarlo físicamente recio y vigoroso; en la mujer la feminidad debe cultivarse, desde pequeña, en todos sus aspectos convergentes hacia la formación de buenas esposas y mejores madres física, moral y socialmente consideradas”. (Fresco, 1940, p. 204)

Los cambios sociales y políticos vinculados con el golpe militar de 1930 encabezado por el General José Félix Uriburu configuraron un nuevo campo de disputa referido a la regulación y al control de los cuerpos. La figura del Dr. Enrique Romero Brest entró en franco declive y, a mediados de los '30, nuevos actores sociales disputaron el espacio referido a la educación física. En este nuevo escenario los profesores militares egresados de la Escuela de Gimnasia y Tiro del Ejército tuvieron un papel central ya que fueron los participes centrales en la promoción de la gimnasia metodizada a través del control de las nuevas estructuras estatales de administración y regulación de los cuerpos, como la primera Dirección General de Educación Física y Cultura del país, creada en la Provincia de Buenos Aires en 1936 o el Consejo Nacional de Educación Física creado en 1937; ambos bajo la influencia de profesores y figuras militares entre los que se destacaron el General Adolfo Arana y el Mayor Horacio Levene. La Dirección General de Educación Física Nacional creada en 1938, bajo la dirección de César Vázquez, -un civil con simpatías golpistas y militaristas- también formó parte de este proceso. Estos acontecimientos pusieron en 'jaque' al Sistema Argentino de Educación Física, el cual fue derogado de las escuelas argentinas en 1938.

Lo concreto es que bajo el marco de la Reforma Educativa impulsada en 1937 por el gobernador de la provincia de Bs. As. Manuel Fresco y acompañando la inclusión de la religión católica y la exaltación del hacer frente al intelectualismo predominante; la educación física -a través de la gimnasia metodizada- se convirtió en uno de los tres pilares básicos perseguidos por dicha Reforma. Ello posicionó a esta disciplina, como nunca antes había sucedido, en un lugar reconocido, prestigiado y absolutamente necesario. Esta propuesta corporal alcanzó su esplendor entre 1936-1940.

La gimnasia metodizada (o sea el Reglamento Militar 45 del Ejército Argentino), ideada por Horacio Levene y un grupo de militares y difundida en toda la provincia de Bs. As. a través de la Dirección General de Educación Física y Cultura, se basó en tres principios provenientes de la esfera militar: el orden, la obediencia y la disciplina: "en la educación del niño, no debe existir la espontaneidad, el orden es imperativo; la tolerancia, que parecería aconsejarse en los movimientos desordenados, pretextando la alegría que ellos infunden, multiplican los vicios de conformación y acrecientan los desvíos psíquicos" (Levene, 1939, p. 20). La insistencia en que "la gimnasia sin orden perturba la entidad física y moral" (Levene, 1939, p. 25), estuvo acompañada de una pedagogía de la imposición en la que "la espontaneidad y la licencia (libertad en el

movimiento, libertad en el juego, libertad en el aprendizaje), multiplican los vicios de conformación, aumentan la incapacidad de orden y desorbitan todo sentido de comprensión” (Levene, 1939, p. 26). Para Levene fue indispensable “imponer orden y método en la ejercitación, hacer disciplinada la clase, enunciar los ejercicios con sus propias designaciones, para no perturbar el entendimiento, despertar conciencia del movimiento, haciéndolo ejecutar lenta y correctamente e imponer voluntad y estimular a la mejor realización del ejercicio” (Levene, 1939, p. 30). La obsesión por el orden se apoyó en distintos tipos de ejercicios físicos compuestos por toda una analítica corporal: formación en fila, firmes, descanso, alineación, intervalos, saludo, numeración, en dos filas, en una hilera, en dos hileras, abrir las hileras, por escuadras, giros (de la posición de firmes y marchando), tomar y cerrar distancias (al frente y en damero), marchas, tomar el paso y conversiones.

Pero los efectos de este tipo de propuesta corporal fuertemente militarizada fueron diferentes en términos generizados. Tanto en la construcción de la feminidad como de la masculinidad se retomaron muchos de los aspectos y facetas ya existentes. Hubo una insistencia en asociar la feminidad con la función social de ser madre y esposa de familia, siendo el decoro y el recato las virtudes más estimuladas en los ejercicios físicos y juegos. Las capacidades motoras más estimuladas fueron el ritmo, el equilibrio y la flexibilidad. La danza y ciertos deportes completaron el cuadro generizado. Del otro lado, la masculinidad fue asociada con la función social de ser conscripto y futuro soldado de la patria, siendo la fuerza, el vigor y el carácter recio, las virtudes más estimuladas en los ejercicios físicos y juegos. Las capacidades motoras más estimuladas fueron la resistencia, la fuerza y la velocidad. La mayoría de los deportes fueron estimulados ya que preparaban al niño en el difícil camino hasta llegar a la masculinidad adulta a través de la competencia y el rendimiento. Pero lo novedoso de esta propuesta corporal fue la combinación del disciplinamiento de tipo militar, el nacionalismo excluyente y xenófobo y la cristianización del cuerpo infantil. La articulación de estos tres aspectos configuró un proceso de catolización y argentinización corporal. Tanto en la fabricación de la masculinidad como en la de la feminidad, la eugenesia tuvo un papel central. Su fin fue formar una raza fuerte y sana al servicio del Estado. Este objetivo estuvo, nuevamente, avalado por la medicina, cuyos saberes se proyectaron más allá de lo biológico.

5) Danzas folklóricas

“Danzas: las danzas regularizan el trabajo físico estableciendo en forma agradable, una base de sistematización y ordenación de los movimientos, manifestaciones que despiertan y favorecen el espíritu de disciplina. Se preferirán bailes de nuestro folklore, de mudanzas cadenciosas y figuras que permitan ser realizadas por todos los alumnos de la clase”. (Programa de Instrucción Primaria, Ministerio de Justicia e Instrucción Pública. Consejo Nacional de Educación, Talleres Gráficos, Bs. As. 1939, p. 496)

“Los varones zapatean y las mujeres zarandean, nunca al revés”. (MEDICI, *Danzas Folklóricas Argentinas*, Dirección General de Educación Física, 1960, pp. 6, 23)

No sólo la gimnasia militar, el scoutismo, el sistema argentino de educación física o la gimnasia metodizada contribuyeron a construir guiones generizados en forma claramente asimétrica. En el período 1940-1980 otras prácticas como las “danzas folklóricas argentinas”, prescriptas en muchos de los planes escolares de las escuelas primarias e incorporadas en los manuales y textos de educación física, reprodujeron ciertos estereotipos y posiciones sexuales a través de coreografías diferentes para los varones y para las mujeres.

En algunos períodos históricos, las danzas folklóricas argentinas estuvieron impregnadas de discursos con fuertes rasgos nacionalistas considerado esto último como el único antídoto contra múltiples peligros como la disolución nacional. En otros momentos históricos las danzas folklóricas argentinas estuvieron tamizadas por discursos con tintes democráticos.⁴⁸ En ambos casos estas prácticas modelaron los

⁴⁸ El programa de instrucción primaria de 1939 es un buen ejemplo de cómo las danzas folklóricas argentinas estuvieron atravesadas por la necesidad de reforzar el patriotismo y retomar la ‘sana orientación’ que tenían los programas elaborados por el ‘nacionalista argentino’ Ramos Mejía en 1910. Esto último estuvo avalado, desde las autoridades educativas nacionales, con la designación de una comisión de folklore en 1940 y la necesidad de establecer un plan de recopilación cultural regional y de revalorización de la memoria popular. Un ejemplo contrario aparece en el programa de educación primaria de 1961 en el que se prescriben las danzas folklóricas argentinas, pero matizadas con discursos que buscan “afianzar los sentimientos de respeto mutuo, tolerancia y solidaridad en la acción común, bases de la vida democrática”. *Plan de Estudios y Programas de Educación Primaria de Capital Federal de 1961*. Consejo Nacional de Educación. 25 de enero de 1961, pp. 13, 118.

cuerpos y generaron efectos de masculinización y feminización corporal por medio de movimientos, posiciones y gestos corporales diferentes.

Por ejemplo, en la conocida danza 'la huella' las niñas debían tener la mano izquierda en la cadera y la derecha recogiendo la falda, en tanto el varón debía hacer efectuar a la niña un giro sobre sí misma tomados de las manos derechas y nunca al revés. O en la danza 'los amores' donde los varones debían zapatear y las mujeres zarandear, nunca al revés. "El zarandeo es la figura que corresponde al zapateo del hombre y en la que la niña muestra su donosura, coquetería y recato". El zapateo era el movimiento que ejecutaba el varón. En el mismo "el cuerpo debe permanecer erguido, la vista al frente, los brazos caídos naturalmente a los costados del cuerpo y el tronco fijo, localizando el movimiento en las extremidades inferiores". Por otra parte, ningún detalle femenino quedó descuidado: "la ejecutante coloca la mano izquierda en la cintura, pulgar hacia atrás y los otros dedos dirigidos hacia delante, el brazo en posición natural, sin afectación. Recoge ligeramente la falda con los dedos pulgar e índice de la mano derecha". Asimismo, en el varón "es erróneo no 'coronar' con ambos brazos y disminuir a la compañera con ademanes reñidos con el buen gusto. La coronación debe realizarse con suma corrección y delicadeza". (Medici, 1960, pp. 6, 23; Marrazzo, 1966, pp. 150, 351)

En general, en la mayoría de las danzas, se mantuvieron las siguientes asimetrías: "el varón levanta físicamente a la mujer y nunca al revés; frente al público, el varón se sitúa a la derecha y la mujer a la izquierda; el varón galantea activamente y espera la respuesta de la mujer; cuando los bailarines revolotean el pañuelo, la niña toma la falda con la mano izquierda y el varón deja el brazo caído naturalmente al costado del cuerpo; el varón ofrece el brazo y su mano a la mujer; el varón pretende deslumbrar a la mujer y ésta se deja cortejar seduciéndolo con su candor y su dulzura". (Medici, 1960)

Las danzas folklóricas no sólo definieron roles y características fijas e irreversibles en las que el varón era sinónimo de "fuerza, agresividad, nerviosismo, despliegue y destrezas" y la mujer de "suavidad, picardía, coquetería, finura, candor, delicadeza y gracia" sino que delimitaron y precisaron la orientación sexual: "conviene que los hombres bailen su parte y las mujeres la suya. Muchas veces la mitad de las niñas (generalmente las altas) hacen de varones para presentar los bailes en fiestas o representaciones comunes. No conviene sacrificar a las alumnas por ese motivo. La niña que siempre hace de varón, pierde su ocasión de disfrutar la danza en el papel que le

corresponde y no se ejercita en enriquecer su parte con nuevos matices de feminidad y exquisitez de ejecución”. (Marrazzo, 1966, p. 151)

Las danzas folklóricas fueron potentes prácticas que contribuyeron a establecer usos legítimos del cuerpo marcados previamente por lo genérico. La posibilidad de que las mujeres y los varones puedan realizar determinadas danzas y no otras, fue paulatinamente configurando un universo kinético (posiciones corporales, gestos, movimientos, desplazamientos) y un universo moral (decoro, gracia, elegancia como sinónimo de feminidad o energía, fuerza y decisión como sinónimo de masculinidad) cuyo origen era completamente arbitrario naturalizándose a través de argumentos provenientes ya no sólo de las ciencias médicas, sino especialmente del saber pedagógico y psicológico.

6) Deportes

EDUCACION FISICA: Objetivos para niños de entre 9, 10 y 11 años: "Insistir en el trabajo de valencias físicas (especialmente fuerza en los varones) y coordinación en las mujeres; Para las niñas, aprovechar y cultivar especialmente el trabajo de ritmo, coordinación y destreza; Insistir en el trabajo de columna en las niñas; Cultivar el sentido de estética y belleza de formas de movimientos (niñas); En el sector femenino desarrollar formas tipo danza". En los deportes: "Newcon y Pelota al Cesto para niñas", "Softbol y Handball para varones". (Plan de Labor Escolar de Educación Física. Dirección de Educación Física de la Provincia de Buenos Aires, Bs. As., 1965)

Una sexta propuesta corporal, que venía ganado terreno y aceptación desde mediados de los años '30 se consolidó en los años '40 y '50 en el dispositivo curricular estatal argentino. Dicha propuesta estuvo representada por los deportes. Estas prácticas contribuyeron muy fuertemente al armando de las feminidades y, especialmente, de las masculinidades.

En general, los planes y programas escolares y los manuales y textos en educación física, entre 1940 y 1990, prescribieron ciertos deportes para los varones y no para las mujeres y ciertos deportes para las mujeres y no para los varones. Por ejemplo, las mujeres recibían exclusivamente en alguno de los planes “Gimnasia Rítmica,

Basquetbol Femenino, Danza Moderna, Educación Rítmica, Musical y Canto, Pelota al Cesto, Danza Creativa Educacional o Hockey”. Por el contrario, los varones fabricaban su masculinidad a partir de la “Gimnasia en Aparatos, Rugby, Fútbol, Gimnasia Deportiva, Básquetbol, Softbol o Handbol”. Estas prácticas contribuyeron a configurar un universo kinético y moral diferente, tanto si se tratara de niños o de niñas. En los primeros, la búsqueda se asociaba con cualidades como liderazgo, autocontrol, valentía, éxito o independencia. En cambio, en las niñas se perseguían cualidades vinculadas con su ‘natural’ decoro, belleza, recato o abnegación.

Todas estas cualidades se incardinaron en los cuerpos y configuraron un cierto tipo de feminidad y de masculinidad. En particular esta última fue objeto de preocupación central. Ningún deporte atentó contra los tres supuestos básicos que definieron al varón como objeto y blanco de poder: cierta masculinidad, determinado ideal de ciudadano y la heterosexualidad como la matriz de deseo obligatoria. De igual manera, ningún deporte atentó contra los tres supuestos básicos que definieron a la mujer como objeto y blanco de poder: cierta feminidad, la maternidad y la heterosexualidad como la matriz de deseo obligatoria.

Los objetivos de la educación física del nivel primario avalaron y legitimaron la construcción de estereotipos sexuales. Desarrollar la fuerza en el varón y la coordinación y el ritmo en las mujeres. Al mismo tiempo las prescripciones sobre la orientación sexual eran claras: “el ensueño se hace peligroso y a veces el joven adopta una conducta imaginativa”. “El impulso sexual se orienta hacia el otro sexo”. La acción performativa de estos enunciados tenía una sola dirección: la contribución en la consolidación de la matriz heterosexual. “El varón debe ser educado a lo hombre y la niña como futura mujer”. (Marrazo, 1966, pp. 59-62, 216)

Recurrentemente se insistió en ‘estimular la adquisición de hábitos adecuados al sexo’. El material elaborado por diferentes especialistas y por las direcciones de educación física, tanto desde Nación como desde Provincia de Buenos Aires, era reiterativo en relación con la construcción de cierta masculinidad y cierta feminidad con características binarias, oposicionales (varón/mujer) y jerárquicas (superior/inferior).

Otro ejemplo de material fuertemente generizado fue elaborado en 1967 por la Dirección Nacional de Educación Física, Deportes y Recreación. En el mismo se afirmaba que los objetivos en niños de 10 a 12 años tienen características distintas en cada sexo:

“En los varones: incorporar elementos técnicos que requieran velocidad y fuerza, es decir, la búsqueda de obtención de resultados o rendimiento en base a esos medios.

En las mujeres: acentuar la gracilidad, plasticidad y soltura de los movimientos por sobre toda otra característica”. (Dirección Nacional de Educación Física, Deportes y Recreación, 1967, p. 43)

Es clave que el rendimiento y la obtención de resultados fuese estimulado en el varón y muy poco en la mujer. La mayoría de los varones fueron preparados para la competencia activa (conquistadora) mientras que la mayoría de las mujeres fueron preparadas para la competencia pasiva, con virtudes para ser valoradas y elegidas por los varones; conquistadas por su belleza y a la vez por su decoro y gracia. Claramente, el dispositivo deportivo contribuyó a introducir a los varones en el mundo de la competencia (laboral, económica, social, política, etc.).

En realidad, las ‘distintas características’ no son más que una construcción lograda a través de los ejercicios físicos y las prácticas lúdicas y deportivas. Las supuestas diferencias sexuales avalaron la estereotipación y la asimetría entre lo masculino y lo femenino y también al interior de cada uno de los colectivos (verdadero varón vs. varón afeminado y verdadera mujer vs. machona o ‘copia ridícula del varón’). Las prácticas deportivas, recontextualizadas en el ámbito escolar, continuaron reforzando este proceso de generización.

Este breve panorama histórico de la disciplina en cuestión muestra la fuerte incidencia que han tendido un conjunto prácticas corporales a la hora de contribuir en la construcción de cuerpos masculinos y femeninos jerarquizados, donde la diferencia corporal se convirtió en sinónimo de desigualdad y sometimiento.

En los últimos tiempos, se asistió una cierta crítica a las “masculinidades hegemónicas” (Connell, 1995, 2001) junto con una mayor oferta deportiva dirigida a las mujeres. Ello matizó y generó ciertas tensiones en la construcción generizada. Las mujeres al tener más opciones -en muchos casos sólo formalmente- a la práctica deportiva -siempre bajo parámetros masculinos- tuvieron la posibilidad de encontrar nuevos espacios de resistencia hasta este momento no alcanzados. Sin embargo, los límites aunque más difusos y flexibles siguieron marcando la generización jerarquizada

de los cuerpos. De hecho, los deportes practicados por los varones son más importantes en la vida cultural que los practicados por las niñas. Generalmente esto último es avalado por los padres.⁴⁹

Consideraciones finales

La historia de la educación física escolar argentina muestra la fuerte contribución en el armado de las feminidades y, especialmente, de las masculinidades. Dicho proceso avaló y legitimó un determinado guión generizado caracterizado por el binarismo, la jerarquía, la oposición y la heterosexualidad como los únicos componentes posibles y deseables para el modelaje de los cuerpos.

Los efectos regulares y reguladores de un conjunto de prácticas corporales instalaron una cierta conceptualización de la diferencia corporal y sexual. Dicha conceptualización de la diferencia permitió que, persistentemente, lo masculino hegemónico se convirtiera en norma y guía, juez y parte sobre aquellas mujeres y aquellos varones (los impostores) que no alcanzaban los *standares* aceptados como ‘correctos’ y ‘verdaderos’.

Pero las masculinidades y las feminidades son posiciones sociales que se aprenden a partir de determinadas prácticas y ciertos discursos. Que se aprenden y también se negocian significa que pueden modificarse. En este sentido, la educación física y sus múltiples prácticas corporales pueden transformar las relaciones entre niños y niñas, niños y niños y niñas y niñas; ampliando el espectro más allá de la matriz binaria heterosexista construyendo una nueva ‘economía política del deseo’. Es en esto último donde reside el valor de la historia de esta disciplina escolar con el fin de abrir nuevas narraciones en y sobre el cuerpo.

Referências

BADEN-POWELL, R. (1998). *Escultismo para Muchachos*. San José de Costa Rica: Editorial Scout Interamericana. (Traducción Jorge Nuñez) (original de 1908)

⁴⁹ En general, en las escuelas y colegios argentinos, la asistencia por parte de los padres varones es marcadamente predominante ante un evento deportivo escolar. Por el contrario, en general son las madres quienes participan de las reuniones escolares, y asumen responsabilidades educativas en el hogar.

- BADINTER, E. (1993). *XY La identidad masculina*. Madrid: Alianza.
- BERTONI, L. (2001). *Patriotas, cosmopolitas y nacionalistas. La construcción de la nacionalidad argentina a fines del siglo XIX*. Bs. As.: F.C.E.
- BOURDIEU, P., (2000). *La dominación masculina*. Barcelona: Anagrama.
- CONNELL, R. (1995). *Masculinities*. Berkeley: University of California Press.
- CONNELL, R. (2001). "Educando a los muchachos: nuevas investigaciones sobre masculinidad y estrategias de género para las escuelas". En Revista *Nómadas* (14), 156-171.
- FRESCO, M. (1940). *La Educación Física. Una Innovación de mi Gobierno*. Bs. As.: Talleres Gráficos Damiano.
- LEVENE, H. (1939). *Gimnasia Metodizada. Método. Años 1924-1938*. Bs. As.: Orientación Integral Humana. SRL. Sección Editorial.
- LOPES LOURO, G. (1999). (Comp.) *O corpo educado. Pedagogias da sexualidade*. Belo Horizonte: ed. Autentica,
- MAC AN GHAIL, M. (1994). *The making of men. Masculinities, sexualities and schooling*. London: Sage.
- MARRAZZO, M. (1966). *La Educación Física. Metodología, organización y administración*. Bs. As.: Ciordia.
- MEDICI, L. (1960). *Danzas Folklóricas Argentinas*. Bs. As.: Dirección General de Educación Física.
- MESSNER, M. (1992) *Power and play. Sports and the problem of masculinity*. Boston: Beacon Press.
- ROMERO BREST, E. (1909). *La Educación Física en la Escuela Primaria. Su organización y sus resultados*. Bs. As.: Imprenta de Obras de E. Spinelli.
- ROMERO BREST, E. (1917). *El Instituto Nacional Superior de Educación Física. Antecedentes, organización y resultados*. Bs. As.: ed. Cabaut y Cía.
- ROSENTHAL, M. (1986). *The Character Factory: Baden-Powell and the Origins of the Boy Scout Movement*. New York: Pantheon Books.

SCHARAGRODSKY, P. (2001). "Cuerpo, Género y Poder en la escuela. El caso de la Educación Física Escolar Argentina (1880-1930)". En Revista *Estudios Ibero-Americanos*, (2), 121-151.

SCHARAGRODSKY, P. (2002). "El padre de la Educación Física Argentina: Formación de hombres/ Formación de mujeres (1900-1940)". En *Revista Universidad de Medellín*, (74), 103-125.

SCHARAGRODSKY, P. (2004). "El Scouting en la Educación Física Bonaerense Argentina o acerca del buen encauzamiento varonil (1914-1916)". En *Revista Mora*, Bs. As., (9/10), 50-66.

SILVA, T. (2001). *Espacios de Identidad*. Barcelona: Octaedro.

TORRES, J. (1994). *El curriculum oculto*. Madrid: Morata.

Fuentes consultadas:

Planes y Programas escolares del nivel primario

1) *Plan de Estudios, Programas y Horarios para las Escuelas Comunes de 1888*.

El Monitor de la Educación Común, núm. 129. Consejo Nacional de Educación. Buenos Aires, abril de 1888.

2) *Programas para las Escuelas Comunes de 1914*. Dirección General de Escuelas de la Provincia de Buenos Aires. La Plata, Talleres de Impresiones Oficiales. 1914.

3) *Programa de Instrucción Primaria*, Consejo Nacional de Educación, Talleres Gráficos, Bs. As. 1939.

4) *Plan de Estudios y Programas de Educación Primaria de Capital Federal de 1961*. Consejo Nacional de Educación. 25 de enero de 1961.

5) *Plan de Labor Escolar de Educación Física*, Dirección de Educación Física de la Provincia de Bs. As., 1965.

Otras fuentes consultas

Dirección Nacional de Educación Física, Deportes y Recreación, (1967) *Educación*

Física Infantil, AMIBEF, Bs. As.

Dirección General de Escuelas de la Provincia de Buenos Aires. *Revista de Educación*. "Reforma del Plan de Estudios". La Plata, Año LV, Tomo LXVI, 1914, pp. 137-297.

NARRATIVAS SOBRE O SUL AMERICANO DE JUDÔ DE 1979: A LEGALIZAÇÃO DO JUDÔ FEMININO NO BRASIL

Ludmila Mourão¹
Gabriela C. de Souza²

Introdução

Esportes de “confronto modernos” envolvem representação de luta entre duas equipes, onde a violência é “um ingrediente fulcral e legítimo” (DUNNING, 1992, p.394). No Brasil, as modalidades de lutas e esportes coletivos de confronto, como futebol, assim como outras atividades físicas que pudessem causar danos à integridade física da mulher e colocar em risco as condições necessárias a reprodução da prole, eram desaconselhadas e até proibidas por lei no século passado, segundo Mourão (1996) e Saraiva (2005).

A história institucional do esporte teve início em 1937, no Brasil, quando foi criada a Divisão de Educação Física do Ministério da Educação e Cultura e, vinculado a este, em 1941, o Conselho Nacional de Desportos (CND). Em 14 de abril de 1941 o CND criou o Decreto-Lei 3.199 que dizia, em seu Artigo 54º: “*Às mulheres não se permitirá a prática de desportos incompatíveis com as condições de sua natureza*”. Este Decreto foi regulamentado pelo CND em 1965, que estabeleceu regras para a participação feminina nos esportes e através da Deliberação 7 estipulou que: “*Não é permitida a prática de lutas de qualquer natureza, futebol, futebol de salão, futebol de praia, pólo, halterofilismo e basebol*”. Em 1965 o CND reatualiza o Decreto-Lei 3.199/65 pela Lei 6.251, que em seu Artigo 2º ratifica as regras já pré-estabelecidas.

Embora a legislação se pronunciasse reforçando as discriminações acerca da participação feminina em esportes ditos viris, não havia impedimento para que os professores de Judô em suas academias transmitissem os ensinamentos da nobre arte a atletas do sexo feminino principalmente o ju-no-kata³, (UEDA e VACCARI, 2004).

¹ Profa Dra do Programa de Pós-Graduação em Educação Física da Universidade Gama Filho/GEFSS; Doutora em Educação Física e Estudos da Mulher pela UGF; Coordena o Grupo de pesquisa - CNPq - Gênero, Educação Física Saúde e Sociedade/GEFSS.

² Msta do Programa de Pós-Graduação em Educação Física da Universidade Gama Filho.

³ Ju no kata significa “Formas de gentileza”. Iniciou no Japão em 1887, poucos anos após o início do judô (1882) e é um kata desenvolvido basicamente por mulheres já que representa graciosidade e leveza nos movimentos e consiste em movimentos coreografados de golpes de judô em uma seqüência ensaiada. A própria vestimenta é característica de mulheres, como, por exemplo, o uso de leques. Atualmente existem campeonatos mundiais desta modalidade do judô, assim como dos outros tipos de kata, mas no Brasil não é muito difundido. O ju no kata também é utilizado como forma de

Mas a proibição da luta no país, restringia às mulheres a participação em competições oficiais e prejudicava a equipe nacional na contagem geral de pontos nos campeonatos no continente americano. Desta forma, a Confederação Brasileira de Judô (CBJ), por insistência do professor Joaquim Mamede de Carvalho e Silva (JMCS), iniciou um trabalho junto ao CND, para convencer o órgão a revogar tal proibição.

No final da década de 1970 e início dos anos 1980, as transformações sociais, culturais e políticas eram evidentes. O final da ditadura e a consolidação da emancipação feminina já vinha acontecendo com o direito ao voto, com o advento da pílula anticoncepcional e, principalmente, com a “CPI da mulher”⁴. Observa-se que essas questões motivaram também algumas mudanças no esporte nacional. Foi então, que, em outubro de 1979, Mamede conseguiu levar uma equipe feminina para participar do Campeonato Sul Americano de Judô, realizado em Montevideu no Uruguai.

As quatro atletas inscritas podem ser consideradas como as pioneiras na participação do Judô Feminino em eventos internacionais: Kasue Ueda, filha do professor Takhesi Ueda, Ana Maria de Carvalho e Silva, Cristina Maria de Carvalho e Silva, Patrícia Maria de Carvalho e Silva todas filhas do professor Joaquim Mamede de Carvalho e Silva. Essas com nomes de homens para que fosse possível a obtenção de subsídios, como passagens aéreas, hospedagem e alimentação, conseguiram o terceiro lugar em três categorias, e obtiveram medalhas que somadas as obtidas pela equipe masculina, levaram o Brasil a conquistar o título de campeões na contagem geral de pontos.

Legalizou-se, assim, em dezembro de 1979, o judô feminino brasileiro junto ao Conselho Nacional de Desporto, em campeonatos nacionais e internacionais, com reconhecimento e apoio dos órgãos responsáveis pela modalidade. A Deliberação 7 foi revogada e substituída pelo Artigo 10º, permitindo, assim, a prática de esportes estigmatizados como viris e, no ano seguinte, as mulheres puderam fazer parte da seleção brasileira de judô e de torneios e treinamentos por todo o mundo, bem como

aprendizado da luta em si, assim como as outras formas de kata (nage no kata, katame no kata, e outros feitos por homens e mulheres) . Fonte: <
<http://www.judoinfo.com/kataju.htm>>

4 Em abril de 1977 houve a instauração de uma CPI para investigar a situação da mulher no mercado de trabalho e demais atividades, que ficou conhecida como a “CPI da Mulher”. Essa Comissão Parlamentar de Inquérito teve como objetivo apurar questões que vinham sendo polemizadas por pequenos grupos, como, por exemplo: mulheres, no meio rural, que recebiam apenas um quinto do salário pago ao homem por igual trabalho; o não cumprimento da legislação que obrigava empresas com mais de trinta trabalhadoras a manter berçários; empresas estatais impediam o acesso à mulher em determinados setores e que tais impedimentos não tinham apoio legal; mulheres grávidas eram despedidas sumariamente; agências com verbas vindas do estrangeiro estavam promovendo a esterilização indiscriminada de mulheres; e inúmeras outras denúncias que foram feitas ao longo dos depoimentos. Este movimento político teve o apoio de duas mulheres íris de Carvalho e Maria Lenk que sugeriram a revogação da Lei e reivindicaram o direito de escolha das mulheres em exporem-se ou não às perigosidades dos esportes de contato e alto impacto.

abriram caminho para que outras modalidades esportivas proibidas também pudessem se desenvolver.

Essas diferenças que aprisionaram, como no caso do Judô, e aprisionam as mulheres a seus corpos, a um destino biológico, a uma condição inferior no social, que passa a ser condição feminina e que passou durante séculos ao domínio da evidência, da tradição, dos costumes, da norma, torna-se “natural”, envolve e modela os indivíduos segundo a expressão dos valores que circulam na sociedade, naquele tempo. Não perdem, porém, seu caráter histórico, construído, apesar de serem distribuídos como verdades religiosas, científicas, “naturais”.

Este artigo origina-se de um histórico de posições fixadas na sociedade sobre o papel social designado para as mulheres, construído ao longo da história, relacionado a atividades físico-desportivas ligadas ao comportamento de passividade, submissão e exigência dos padrões de beleza da feminilidade. Em decorrência desse posicionamento nos interessa compreender como se deu o processo de oficialização do judô feminino, tendo como viés as questões sobre a condição de transgressão que vieram orientando o comportamento feminino de desençaixe de seu papel tradicional de participação no esporte.

Para analisarmos a queda da proibição desta prática, trabalhamos com a História Oral (FREITAS 2002), de uma judoca – Kasue Ueda – da equipe brasileira que disputou o Sul Americano de 1979 em Montevideu e de dois dirigentes, o ex-presidente da Federação de Judô do Estado Rio de Janeiro e da Confederação Brasileira de Judô – Joaquim Mamede de Carvalho e Silva – e o ex-técnico da seleção brasileira de judô no Uruguai – Paulo Wanderley Teixeira. Estes foram os principais protagonistas do cenário judoístico feminino, que testemunharam este fato. Desta forma, interessa-nos também, neste contexto, interpretar as estratégias e contribuições dos dirigentes que conduziram o processo de seleção e acompanhamento das atletas para competirem no Sul Americano de Judô em 1979.

Optamos pela história oral como aquela que privilegia a voz dos indivíduos, não apenas dos grandes homens, como tem ocorrido, mas dando a palavra aos esquecidos ou “*vencidos da história*” (FREITAS, *Ibidem*, p. 50). Para Thompson (1988, p. 44)

“A história oral é construída em torno de pessoas. Ela lança a vida para dentro da própria história e isso alarga seu campo de ação. Admite heróis vindos não só dentre os líderes, mas dentre a maioria desconhecida do povo”.

Com o propósito de conhecer a experiência de Kasue Ueda no campeonato Sul Americano de Judô em 1979, iremos reconstruir sua história de vida e resgatar suas lembranças, verificando como está presente sua participação nesta competição. Ao reconstruir o passado estaremos nos baseando na memória; esta *“história é sinônimo de memória, havendo uma relação de fusão, e elas não se distinguem”*, (Freitas, *Ibidem*, p. 59).

A técnica da entrevista prevalecerá na obtenção das histórias de vidas, entretanto, outras fontes de pesquisa nos auxiliarão no levantamento do material para a pesquisa como: i) as documentais; ii) diário e álbum da atleta, bem como fotos e recortes de jornais; além de iii) periódicos da época. A entrevista também será a técnica de abordagem utilizada com o técnico que esteve junto a seleção brasileira no Sul Americano de Judô de 1979, no Uruguai, professor Paulo Wanderley Teixeira e com o ex-presidente da Confederação Brasileira de Judô, que em 1979 era presidente da Federação do Estado do Rio de Janeiro Joaquim Mamede de Carvalho e Silva.

A Prática do Judô feminino no Brasil

Especula-se que o judô feminino teve início no Brasil na década de 1920 (GAMA, 1986), mas não se encontram dados oficiais que relatem com precisão como o judô chegou ao Brasil. Sabe-se apenas que imigrantes japoneses recém chegados em Porto Alegre, na primeira década do século XX, inauguravam academias de judô, que, rapidamente, disseminaram-se pelo país. Acredita-se que as esposas e filhas destes descendentes também praticavam o judô. Porém, como não houve respaldo legal, somente em 1980 as mulheres judocas deram início aos torneios nacionais e internacionais. Como podemos observar, na declaração do ex-presidente da Confederação Brasileira de Judô (CBJ) ao Jornal dos Sports:

“O Brasil não participa de campeonatos internacionais porque não tem, nesta categoria, o esporte legalizado. Estamos na estaca zero e a CBJ está prometendo há 5 anos a legalização. Nos Jogos Pan-Americanos, em Porto Rico, perderemos valiosos pontos, porque serão realizadas competições femininas e ainda não possuímos uma equipe formada” (J.S. 16/01/1979, p. 7).

De acordo com este depoimento, verifica-se que havia interesse de que as mulheres participassem de campeonatos, para somar pontos à equipe masculina, que já era forte na época, e concorria a títulos. Esta é uma das evidências de que não houve uma desconstrução do papel social feminino tradicional de submissão, ao contrário a emancipação feminina construída nas brechas pelas mãos e atos também dos homens, embora vá se dando, ocorre por demandas ainda distintos, que reforçam interesses masculinos. Contudo, as mulheres vão conquistando espaço de participação no mundo do esporte e esse processo histórico se faz de transgressões e concessões, de forma que homens e mulheres a cada geração, apesar de encontrarem maior possibilidade de movimentação neste campo, se esbarram em novas demandas por igualdades e liberdades.

Em 1980, o primeiro Campeonato Brasileiro de Judô Feminino realizou-se no Rio de Janeiro, promovido pela CBJ, que classificou a primeira equipe feminina que representaria o Brasil oficialmente no primeiro Campeonato Mundial de Judô Feminino, em Nova Iorque, no mesmo ano, no ginásio do *Madison Square Garden*. Entretanto, mesmo depois de selecionadas, as atletas não chegariam ao Mundial, segundo reportagem do Jornal dos *Sports* de 27 novembro de 1980, na página 7: “A *SEED* não havia liberado a verba e a CBJ não poderia arcar com as despesas de hospedagem e alimentação da delegação feminina”. Ultrapassada mais uma barreira, desta vez burocrática, confirmou-se a participação destas no I Campeonato Mundial de Judô nos Estados Unidos, com uma equipe composta por suas seis categorias de peso: abaixo de 48 kg, abaixo de 52 kg, abaixo de 61 kg, abaixo de 66 kg, abaixo de 72 kg e acima de 72 kg. Em 1988, o judô foi apresentado nas Olimpíadas de Seul, e Soraia André e Mônica Angelucci foram as representantes brasileiras, tendo esta última se classificado em quinto lugar. Em 1992, nas Olimpíadas de Barcelona, o Brasil contou com a participação de sete atletas na equipe feminina: Andréa Berti, Patrícia Bevilacqua Dias, Jemima Alves, Tânia Ishi, Rosicléia Campos, Soraia André e Edilene Andrade.

Em estudos já realizados na área do judô feminino no Brasil, como o de Chuno Mesquita (1996) sobre o “*Judô feminino e a quebra de preconceitos e mitos*”⁵ percebemos que muitos mitos da feminilidade que vieram à tona, como a beleza, a fragilidade física e a maternidade aparecem como deveres intrínsecos da mulher, servindo de âncora para a restrição da prática esportiva feminina em décadas passadas.

5 fonte<http://www.judorio.org.br/fique_ligado/artigos/Artigo7_Chuno%20Mesquita.doc>.

Esses valores arraigados na cultura brasileira estimulavam a mulher a rejeitar a possibilidade de melhor desenvolver algumas valências físicas, como a força muscular.

Nos estudos de Drummond (2001) “*O Judô na Universidade: discutindo questões de gênero e idade*”⁶, observamos que durante algum tempo também utilizava-se como argumento para restringir a prática feminina do judô a preocupação de se preservar o corpo da mulher para a maternidade e que, no caso de atividades de contato corporal, como é a condição das lutas, estas poderiam comprometer seus órgãos reprodutores.

A trajetória do judô feminino, assim como de outras modalidades femininas no Brasil, sofreram a influência do próprio Barão de Coubertin, criador dos Jogos Olímpicos modernos, que era contra a participação das mulheres nos Jogos Olímpicos como atletas. O compromisso com a maternidade e a imagem de fragilidade eram fatores preponderantes na exclusão delas do esporte. De acordo com Mourão (2003), diversos foram os fatores que contribuíram ainda nas décadas de 1950, 1960 e 1970 no contexto sociocultural brasileiro, desfavorecendo a prática esportiva feminina.

Entretanto, as mulheres vêm superando as condições adversas, transformando entre avanços e recuos suas trajetórias, ampliando cada vez mais sua participação nesta prática. Contudo, em decorrência desse posicionamento fixado na sociedade, apesar de todo este avanço, ainda hoje a opção delas é por atividades que não geram o estigma de estarem deslocadas do seu papel social tradicional.

Narrativas sobre o Sul Americano de 1979: a representação do dirigente

Para entendermos qual foi o processo desencadeador da legalização do judô feminino brasileiro em 1979, devemos lembrar o que levou Joaquim Mamede de Carvalho e Silva a inscrever quatro atletas junto com a equipe masculina - com nome de homem - no Conselho Nacional de Desportos (CND), para isso analisaremos uma entrevista realizada com o próprio Mamede em 19 de maio, 2006, na Ilha do Governador, no Rio de Janeiro, bairro onde ainda reside o ex-dirigente.

Foi no início da década de 1950 que JMCS se envolveu com o judô. Já em meados dos anos 1960, teve cinco filhas e um filho: Beatriz Maria de Carvalho e Silva, Cristina Maria de Carvalho e Silva, Margarida Maria de Carvalho e Silva, Ana Maria de

⁶ In: GUEDES, O.C. (org). Judô evolução técnica e competição, João Pessoa: Idéia, 2001. p. 73-91.

Carvalho e Silva, Patrícia Maria de Carvalho e Silva, e, posteriormente, Joaquim Mamede de Carvalho e Silva Junior. Mesmo ciente que ainda naquele período era proibida a prática de esportes de luta para mulheres, JMCS “*ignorando tais regras, iniciou suas cinco filhas na prática do judô*”, na sua própria casa, onde administrava uma pequena academia de judô.

Após anos de atuação com o judô e das amizades que construiu neste espaço esportivo, participou de eventos no Rio de Janeiro e em São Paulo. Estes contatos lhe renderam o cargo de presidente da Federação Guanabarina de Judô em 1974 (fundada desde 1964).

Motivado por uma cena que tivera visto vinte anos antes no antigo Circo Dudu (atual Escola Nacional de Circo), na Praça da Bandeira, no Rio de Janeiro, em que uma das atrações era mulheres praticando luta-livre, JMCS pôde observar que uma das lutadoras saía após os combates para amamentar seu filho de aproximadamente um ano de idade. Desde então na (década de 1950), ele fez a associação de que o judô era um esporte menos violento que a luta-livre, segundo seu próprio depoimento:

“Esse circo Dudu era onde as mulheres se apresentavam, para todo Brasil fazendo luta livre foi quando eu assisti as mulheres e vi uma delas, que tinha um filhinho que mamava, e ela saía do ringe dava mamá pro neném do lado de fora, aí eu via a violência da luta era muito grande, cabeçada ponta pé, chute... Não era no judô, e elas agüentavam tudo e como levantador de peso eu vi também argentinas, (...) levantando peso. Então eu mostrei pro Sr. Malemon que se a mulher tinha filho, como ia estragar o ovário dela?”

Neste momento - 1974 - deu-se início, então, a luta de JMCS, como presidente da Federação Guanabarina de Judô em incluir as mulheres nos torneios da Federação e dessa forma pressionar a legalização do esporte no Brasil. Desta época em diante, juntamente com representantes de São Paulo como o mestre Ogawa, e do Rio de Janeiro como seu amigo Takeshi Ueda, que também tinha uma filha judoca, Kasue Ueda, deram início a torneios femininos extra-oficiais de judô. Segundo JMCS os torneios amistosos contavam com a participação de mais de duzentas mulheres ainda em meados da década de 1970. Contudo, duas de suas filhas não tinham inclinações competitivas, mas logo foram se adaptavam para participarem de uma forma ou de outra do judô feminino brasileiro.

Isto ocorreu quando o próprio Mamede viajou para o Japão, em 1977, e ao chegar a Kodokan, o primeiro instituto de judô mundial, contratou um especialista em Ju-no-kata que lhe ensinou tais técnicas e ao retornar ao Brasil se uniu ao mestre Ueda e repassaram o aprendizado às suas respectivas filhas. Desde então, passaram a disseminar por todo o Brasil esta técnica coreográfica que exige graciosidade e leveza dos movimentos, reforçando que mesmo dentro de uma luta, a feminilidade tem seu espaço, principalmente porque são técnicas de golpes como na própria luta de judô.

O judô brasileiro não tinha uma boa classificação dentre os países da América, isso era devido também ao fato de ser o único país que não contava com a participação das mulheres, pois, para o resultado geral de um torneio, é necessária a soma de resultados do masculino e feminino. Desta forma, foi no campeonato Sul Americano de Judô de 1979, realizado em Montevideu, no Uruguai, que JMCS decidiu proceder de forma ousada, como aponta seu depoimento:

“Foi da seguinte maneira: inscrevemos-nos para conseguir as passagens aqui no CND, aqui no Brasil, com nomes de homens: Cristina Maria eu botei Cristino Mário, Kasue Ueda é nome de homem, Patrício Mário,... aqui no Brasil botei com nome de homem, para tirar a passagem, e lá no Uruguai, nos inscrevemos com nomes de mulher como se fosse legal (...) e só fomos campeões Sul Americanos porque, os pontos das mulheres contaram porque se não tivesse contado os pontos delas nos íamos perder, porque só homens não ganhavam”.

Sob o comando técnico do professor Paulo Wanderley, a equipe brasileira feminina de judô trouxe desta competição duas medalhas de ouro e uma de bronze, bem como se sagraram campeões gerais do torneio, uma vez que *“tais pontos foram fundamentais para serem somados ao masculino que também havia conquistado medalhas”*.

Ao retornarem do campeonato no Uruguai, houve a notícia que teriam que se apresentar imediatamente ao CND. Segundo JMCS, ficou claro que *“o intuito era de adverti-lo por sua ousadia”*. Uma vez aceita a solicitação, houve o comparecimento de toda a delegação de judô presente no torneio em Montevideu, como relata Mamede:

“Bem, quando nós chegamos no aeroporto, a noticia era que eu tinha que me apresentar imediatamente ao CND (...). Ai eu fui me apresentar no CND e levei as moças vestidas de quimono,

levei as moças com as medalhas, e abafei tudo lá, mostrei pros caras que eles estavam errados”.

Os preparativos para a reunião no CND aconteceram com os Presidentes da Confederação Brasileira de Judô (CBJ) da época, o professor Augusto de Oliveira Cordeiro, que foi o homem que implantou o judô no Rio de Janeiro na década de 1940, com o Presidente da Federação de Judô do Estado do Rio de Janeiro (FJERJ), o professor JMCS e com o Presidente em vigor do CND, Sr. Malemon, que discutiram a importância da “abertura” do judô para as mulheres. Em seguida houve uma reunião no CND descrita da seguinte forma pelo professor Mamede:

“Eles marcaram uma reunião com o conselho do CND, aí o Malemon era simpático também à causa das moças, (...) e ele achava que isso não tinha nada a ver, e fez essa reunião no CND apresentou uma votação com tudo que foi mostrado e eles resolveram acabar com a proibição (...). Ele (Malemon) foi inteligente e viu que não podia segurar... Que era besteira... Ele ia lutar e eu provei a ele que não, que as mulheres não fazem só judô e que na América do Sul o único país que não era inscrito oficialmente no judô feminino era o Brasil, e eu levei extra-oficial com nomes de homens (...). Falei tudo pra eles. Falei com esse general no dia da reunião do CND, eu fui chamado pra eu apresentar o que eu tinha dito ao Malemon, do circo, da criança mamando, essas coisas todas e isso também pesou um pouco o que pesou muito mesmo foi a defesa do Dr. Riche,(...), o Dr. André Riche, advogado (...), que apresentou um argumento muito forte porque tinha visto remadoras, num país aí que ele foi e que tinha assistido algumas lutas e algumas mulheres e Molemon que foi responsável pela abertura do judô feminino, foi ele. Abertura legal, porque se ele não colocasse no conselho..., foi ele que apertou”.

Segundo Mamede, “*a movimentação feminina no judô era muito grande*” o que faria com que clubes e academias pressionassem o CND, mais cedo ou mais tarde, para que mulheres fossem liberadas para praticar qualquer tipo de esporte. A pressão exercida por Mamede no CND surtiu efeito pois aproximadamente dois meses depois deste torneio, no mês de dezembro, revoga-se a Deliberação 7 e a substitui pelo Artigo 10º, permitindo, assim, a prática dos esportes ditos viris.

No ano de 1979, Mamede se candidata à presidência da Confederação Brasileira de Judô, usando a seu favor o episódio do Sul Americano de 1979 como uma “plataforma” política, mas perde as eleições por pequena margem de votos. Em 1982,

após uma desastrada aliança com Miguel Martins Fernandez, vence e é eleito primeiro Vice-Presidente, deixando o cargo em poucos meses em virtude da desonestidade do espanhol. Entretanto em 1986 ao suceder Sérgio Bahia, Mamede é eleito presidente da Confederação Brasileira de Judô.

Como descreveu brevemente o próprio JMCS:

“A gente fazia um trabalho dessa maneira, incentivava as federações crescerem com o judô aí eles nos avisavam. Eu era o presidente da FJERJ tinha interesse no judô feminino, muito interesse, sempre gostei por causa das minhas filhas e também porque eu realmente tinha interesse aquele negócio da menina dando mamá, aquilo me marcou muito e fui brigar pelo judô feminino crescer (...). Eu tinha muita força perto das academias (...) e queria que minhas cinco filhas fossem faixas pretas registradas na confederação de judô”.

Desde então, até o ano de 2001, JMCS assumiu, dentre conturbados e polêmicos episódios em sua gestão, o cargo de presidente da CBJ. Curiosamente, o atual (2006) presidente da CBJ é o professor Paulo Wanderley, ex-técnico da seleção brasileira de judô, que acompanhou a delegação no Sul Americano de 1979 ao Uruguai, e que também vamos entrevistar para esta pesquisa.

Fazendo uma análise desta breve narrativa, podemos perceber que JMCS não se ateve aos padrões da época. Segundo ele, era *“machista a atuação de alguns membros da FJERJ e CBJ, fazendo atrasar o desenvolvimento do judô feminino brasileiro”*.

Após anos de ilegalidade, a troca de nomes das atletas para que fossem adquiridas as passagens para o Sul Americano de judô no Uruguai, se tornou um argumento relevante para que o Conselho Nacional de Desporto refletisse e revogasse o Decreto Lei 3.199 que proibia a prática de lutas entre outros esportes às mulheres.

Paulo Wanderley Teixeira: técnico da equipe brasileira de judô de 1979

Professor Paulo Wanderley esteve à frente da presidência da Federação de Judô do Estado do Espírito Santo e atualmente preside a Confederação Brasileira de Judô. Sempre envolvido nas causas do judô, o capixaba, foi técnico da seleção brasileira pela primeira vez em 1979, no Campeonato Sul Americano de Judô de Montevideú, no

Uruguai, quando comandou a primeira equipe feminina embora também dirigisse a equipe masculina.

Ao longo da década de 1980, acompanhou diversas equipes desde o juvenil até o sênior e ficou como técnico principal do masculino de 1990 a 1993.

Segundo o relato do ex-técnico da seleção brasileira de judô, o Sul Americano de 1979 foi um marco, sobretudo porque o judô feminino naquela época não era oficializado, uma vez que o Conselho Nacional do Desporto (CND) não permitia competições do sexo feminino nos esportes de luta. Segundo Paulo Wanderley, a viagem aconteceu e não houve seletivas para formar a equipe titular, como explica a seguir:

“Foram vários formatos de seletivas. Na verdade, na década de 70 (...) existia uma competição que o atleta se classificava e ia, mas também existia o formato de direcionamento. Faziam-se as competições, independente dos resultados, confirmava-se ou não aquele atleta. Esse era um modelo que vigorou por muito tempo, era um misto de competição com a definição por índice técnico, vamos dizer assim. E isso aconteceu por muitos anos e a partir do início dos anos 90, começou-se a fazer as seletivas com uma competição só”.

Especificamente no episódio do Campeonato Sul Americano de Judô de Montevideu, o critério de escolha foi da seguinte forma:

“Não houve seletiva, foi uma convocação, e na época a confederação convocou as atletas, inclusive do próprio Rio de Janeiro, que era mais fácil, aquela filha do professor Ueda e acho que foram três filhas do professor Mamede por questões operacionais, era fácil, tava todo mundo pertinho dali, no mesmo Estado (...)”.

Considerando que as atletas que viajaram para a competição, para o CND, foram relacionadas com nomes de homens, solicitamos explicação a Paulo Wanderley que não recordou bem o fato, como explica a seguir:

“Existe essa conversa realmente, mas eu não sei dessa parte. Então, elas viajaram como mulher mesmo. Agora, o que pode ter sido, o que eu suponho que tenha acontecido, foi o seguinte: na informação para o CND (...), ou se omitiu o nome delas ou no papel administrativo se colocou com nomes de homens. Mas existem essas histórias que as pessoas contam, entendeu? E pode ter sido verdade, essa coisa folclórica”.

Paulo Wanderley, enquanto técnico da equipe brasileira considerou-se não só como técnico, mas também como psicólogo, preparador físico e acompanhante, dentre outras funções que caracteriza, hoje em dia, como multidisciplinar, contudo afirma que não só ele passou por estas dificuldades como todos os outros técnicos que passaram pela seleção brasileira. Para o ex-técnico, o judô feminino vivia à sombra do masculino, elas participavam de treinamentos mistos, contudo, segundo Paulo Wanderley, *“antigamente era muito mais de talento natural, e a gente só potencializava”*.

Atualmente comandando a Confederação Brasileira de Judô, Paulo Wanderley aposta nos treinamentos específicos e diferenciados das mulheres, contudo, ainda que as atletas recebam atenção especial, os resultados gerais do judô feminino alcançados nos campeonatos da década de 1980 continuam sendo os melhores, como diz Paulo: *“em 1986, em Porto Rico, foi o último campeonato Pan-americano que o Brasil foi campeão no feminino, de lá pra cá nunca mais ganhou”*.

O Sul Americano de 1979 um acaso para Kasue Ueda

Nascida no Brasil na década de 1950, filha do japonês e mestre de judô Takeshi Ueda, um dos pioneiros desta modalidade no Brasil, Kasue Ueda, como muitas outras filhas de japoneses judocas, já iniciou a vida no dojô, mesmo sem saber se era mesmo o judô que queria seguir - *“a gente nem sabe se gosta ou se não gosta, porque tá lá dentro”*.

Takeshi Ueda chegou ao Brasil, depois da passagem de sua família pelos Estados Unidos, vindos de Hiroxima, logo após parentes maternos ter lhe tirado tudo e de ficar na pobreza.

A trajetória de sua família no Brasil foi muito triste, Takashi Ueda chegou a ficar cego temporariamente por falta de comida, seu padrasto era muito violento, perdeu sua mãe e sua irmã muito cedo e se viu sozinho para enfrentar a vida. Ainda quando estava em São Paulo trabalhou como vendedor de chá, escultor de pedras e finalmente professor de Judô.

Takeshi Ueda sempre estivera ciente que as mulheres estariam proibidas de lutar Judô no Brasil, contudo em sua cultura no Japão, esta prática não era proibida às mulheres. Foi motivado por suas raízes culturais que decidiu ensinar esta arte marcial para sua filha. Entretanto, Takeshi Ueda se encontrou em um “dilema cultural” que o

levou a ensinar parcialmente as técnicas do judô a Kasue Ueda e integralmente a seu filho Minoru Ueda. Desta forma, privou sua filha de aprender técnicas de imobilização, chave de braço e estrangulamento, como explica Kasue Ueda a seguir:

“Todas as técnicas, tudo o que ele podia, o que ele queria, ele colocava tudo no meu irmão, e a mim ele separava um pouco, discriminava, isolava! Ele era muito machista, então ele não me dava valor, então treinava aquilo que a mulher precisava treinar: cozinhar, lavar, passar e não precisava fazer mais nada. E já o meu irmão ele treinava de verdade, em competição. (...) Ele não ensinava estrangulamento, chave de braço e imobilização, eu fui aprender depois pra ensinar aos alunos. Mas aí você vai vendo tanto, que só de ver você vai aprendendo. É que nem cozinhar né? De tanto ver, você acaba aprendendo”.

Inaugurou seu Judô Clube Ren-Sei-Kan, na década de 1950, com o ideal de criar algo com que pudesse sobreviver mesmo após sua morte. Com seu jeito simples sempre estimulou os alunos como atletas e cidadãos.

Sempre envolvido com as causas judoística, Takeshi Ueda conheceu o professor Joaquim Mamede de Carvalho e Silva, que também tem filhas judocas e começaram a se empenhar em legalizar o judô feminino no Brasil.

Kasue aos 12 anos já ajudava seu pai a divulgar esta arte marcial, pelos clubes e academias, carregando tatame nas costas e apresentando o Ju-no-kata que já vinha sendo apresentado no Brasil pela filha do mestre Kihara, a judoca Yoshio Kihara, desde 1961.

Takeshi Ueda, apaixonado que era pelo judô, impôs a Kasue Ueda sua aprendizagem e tinha como um de seus desejos que sua filha se casasse. Kasue Ueda, por sua vez, desagradou seu pai quando decidiu fazer o curso pré-vestibular. Este fato provocou uma crise no relacionamento pai e filha e eles ficaram sem se falar durante um ano.

Kasue não queria seguir os passos da mãe que era dona de casa e não tinha feito curso superior. Antes mesmo de ingressar na faculdade de Educação Física em meados dos anos 1970, trabalhou no Serviço Social do Comércio (SESC) de São João de Meriti, atuando por 25 anos, onde se iniciou como professora de judô:

“Eu só vi o preconceito quando eu dei aula de judô realmente. Eu e elas também falávamos a mesma coisa, porque naquela época não havia professora de judô. E eu dei aula no SESC, fui

pioneira em judô dando aula para as meninas (...) Lá que eu vi o que era discriminação. E aquela época foi muito difícil pra mim, porque não havia mulheres dando aula de judô. Então eu tinha que ser melhor do que qualquer outra pessoa, porque eu tinha que provar o que a mulher poderia fazer”.

Ainda no SESC, Kasue declara que:

“Tinha um cargo de coordenação, e eu era mais antiga do que o rapaz que tinha chegado. Então na verdade quem tinha que ficar no cargo era eu, por hierarquia de tempo. Mas há 30 anos atrás, uma mulher comandar vários homens, era uma coisa assim... Pois é, então eu não consegui esse cargo e por quê? Ah porque você é mulher! - E o pior é que falaram. O povo lá era muito bruto, eu ia ter que chefiar muitos homens. Então falaram: ”quando começarem a gritar com você, você não vai ter cacife pra gritar com ele no mesmo nível”.

Como podemos observar, Kasue estava envolvida em seu trabalho de professora de judô e se sentia competente para galgar uma nova função na administração do SESC, contudo, não pode exercer tal cargo devido aos comentários que ela mesma caracterizou como “*preconceituosos*”.

Em 1979, Kasue foi convocada pela Federação de Judô do Estado do Rio de Janeiro (FJERJ) a participar de seu primeiro campeonato. Sem nem mesmo ter participado de nenhuma competição anteriormente, o então presidente da FJERJ Mamede, a escalara para o Campeonato Sul Americano de Judô que se realizou em Montevideu, no Uruguai, juntamente com mais três atletas, as filhas do professor e presidente da Federação. Até então apenas os judocas homens vinham participando de campeonatos internacionais. Em especial, o campeonato de Montevideu, foi o primeiro a ter mulheres brasileiras competindo.

Os preparativos para a viagem foram marcados pela ansiedade e cansaço. Para que Kasue Ueda se ausentasse do trabalho, foi preciso que Joaquim Mamede redigisse uma declaração solicitando a presença da atleta no período da competição, que seria apresentada ao presidente do SESC, sendo este incumbido de liberá-la ou não de suas obrigações. Ansiosa e por saber que a Lei não estava a seu favor, uma vez que tinha conhecimento da legislação que proibia mulheres de lutarem judô, Kasue Ueda apresentou a declaração, e teve a liberação para viajar.

Daí em diante o cansaço seria sua melhor companhia já que seu pai havia preparado longos e estafantes treinamentos para o Sul Americano, que lhe causaram

estresse muscular e até febre. Estes treinos eram feitos duas vezes ao dia e diariamente, além de haver poucas mulheres treinando, já que na academia de seu pai só havia quatro mulheres judocas, o que fazia com que o treinamento fosse predominantemente com os homens, mas que não se traduziu em impedimento para dar prosseguimento aos treinos.

Já no Uruguai, Kasue Ueda presenciou a disparidade física existente entre as demais atletas e ela, o que descreveu da seguinte forma:

“Aí cheguei lá era uma coisa muito difícil, muito bruta, porque em outras confederações, estavam permitindo que as meninas participassem de campeonatos, e aqui não né?! Então eu não tinha experiência, cheguei lá e foi um arraso né? (...) Eu tava no peso mínimo e ela era forte, já tava disputando competição, aí quando ela me pegou foi como se fosse um vento e caiu em cima da minha clavícula”.

Kasue Ueda retornou ao Brasil com uma lesão no ombro que lhe custaria o fim da sua carreira judoística. Contudo as outras três atletas tiveram sucesso e puderam apresentar suas medalhas de prata e ouro no Conselho Nacional de Desportos que dois meses depois, revogou a Lei que proibia a prática de lutas para as mulheres. Mesmo não podendo atuar como atleta, Kasue Ueda continuou como professora de judô e logo que chegou do Sul Americano se formou em Educação Física na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Orientada e motivada pela ex-nadadora Maria Lenk foi convidada para a Monitoria da disciplina de judô no curso.

De 1980 em diante, Kasue Ueda não se apegou mais às competições e se dedicou às aulas de judô em uma academia próxima a sua residência tendo, então, como adversário o próprio pai.

“Felizmente eles ganharam medalhas, né? Então eles tiveram que calar a boca... Felizmente quase todos os meninos ganharam medalha. Porque a filha de professor, meu pai, era super rígido comigo, então você aprende a ser rígido também com os seus alunos. Então é todo o aprendizado que eu tive eu dei pra eles e eles ganharam as competições. Inclusive, até os meus alunos ganharam dos alunos do meu pai”.

No entanto, este adversário também era aliado porque os alunos mais habilidosos eram encaminhados para treinar na academia do pai, que promovia um judô mais competitivo. Contudo Kasue Ueda não estava livre de olhares preconceituosos como professora de judô e lembra: “quando eu levava os meninos pra competição, todo

mundo olhava e achavam que eram homossexuais”. Kasue Ueda acreditava que as mulheres no poder incomodavam, mas não se intimidou e continuou a ministrar aulas para homens e mulheres.

Após alguns anos, na década de 1990, Kasue Ueda se casou e teve um filho. Seu marido não gostava de judô e sua carreira profissional no SESC agora com programas de ginástica fluía normalmente, o que a levou a largar as aulas de judô, tendo concluído sua carreira judoística faixa preta e no segundo dan. Nem seu filho chegou a aprender judô mesmo sendo um admirador da história de seus antepassados.

No ano de 2004, com as Olimpíadas de Atenas é que Kasue Ueda foi procurada pela mídia para contar sobre o episódio do Campeonato Sul Americano de Judô no Uruguai, e, somente na entrevista, ficou sabendo que as vésperas da viagem seu nome teria sido trocado para que se passasse por um nome masculino no Conselho Nacional de Desportos e assim fosse concedida a passagem aérea. Segundo ela, seu pai não passou essas informações na época, ou foi algo que realmente passou despercebido.

Sendo assim iniciado com uma forte amizade entre o professor Takeshi Ueda e o professor Joaquim Mamede, o judô feminino cresceu, legalizou-se e desenvolveu-se pelo mundo. Foi neste ambiente e fruto desta amizade e da iniciação de suas filhas em casa que judocas cresceram e conquistaram seu espaço, sobretudo no campeonato Sul Americano de Judô 1979 no Uruguai.

Considerações finais

Ao narrarmos parte da trajetória do judô feminino brasileiro, usando como ponto de partida o Campeonato Sul Americano de Judô de 1979 na voz de alguns dos seus protagonistas, tínhamos como objetivo analisar as diferentes situações que levaram à quebra da proibição desta luta no cenário esportivo brasileiro. Desta forma, através das narrativas da atleta Kasue Ueda, pôde-se verificar que as mulheres que representaram o Brasil nesta competição não tinham nenhuma estratégia de emancipação em comum, elas apenas atendiam às reivindicações e desejos de seus pais, que tinham o judô como uma de suas paixões e desejavam que este esporte se projetasse no cenário nacional e internacional através de seus resultados. Para isso, estes homens teriam que contar com uma equipe feminina na delegação brasileira. Tentaram em 1979 este feito e conseguiram com isso quebrar um jejum que perdurava havia 38 anos na vida esportiva brasileira que era a interdição da prática das lutas pelas mulheres.

Concluímos, então, que os discursos do dirigente e do técnico da época encontram-se, estrategicamente, ancorados nas tendências da sociedade que já vinham alargando os espaços para as mulheres em diferentes setores da sociedade. Destaca-se neste texto o espaço esportivo que teve como marco de sua democratização os anos 1980, que coincidem com a superação da interdição das práticas de luta, futebol e levantamento de peso entre outras, pelas mulheres.

Esta breve aproximação que realizamos com parte dos acontecimentos do judô feminino brasileiro não se configura como a história oficial, mais é aquela que foi construída por parte daqueles que com interesses variados concorreram para mudar o rumo da história e trazer novos discursos e práticas sobre a construção da História das Mulheres no Esporte brasileiro. Acredita-se que são necessárias novas pesquisas sobre os espaços ocupados pelas mulheres nos esportes, sobretudo em modalidades que ainda são estigmatizadas, quando consideradas mais adequadas para os homens.

Referências

DUNNING, E. O desporto como uma área masculina reservada: notas sobre os fundamentos sociais da identidade masculina e as suas transformações. In Elias, N. *A busca da excitação*. Lisboa. DIFEL. 1992.

DRUMMOND, E. O Judô na Universidade: discutindo questões de gênero e idade. In: Guedes, O. C. (org.). *Judô evolução técnica e competição*. João Pessoa: Idéia, 2001, p. 73-91.

FREITAS, S. M. de *História oral: possibilidades e procedimentos*. São Paulo: Humanitas, 2002.

GAMA, R.J. *Manual da iniciação do judô*. Rio de Janeiro: Grupo Palestra Sport, 1986.

Jornal dos Sports, Rio de Janeiro, 1979 e 1980 microfilmadas, Biblioteca Nacional.

KNIJNIK, J. Dorfman. Mulheres no esporte: uma nova roupa velha. *Revista Digital* - Buenos Aires, N° 42, 2001.

PESAVENTO, S.J. *História e história cultural*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

THOMPSON, P. *A voz do passado. História Oral*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

MESQUITA, C. *Judô Feminino: a quebra de preconceitos e mitos*. 1996.
http://www.judorio.org.br/fique_ligado/artigos/Artigo7_Chuno%20Mesquita.doc

MOURÃO, L. A imagem da mulher esportista nos Jogos da Primavera dos anos 50. *In*: Sebastião, V. (Org.). *A representação social da mulher na Educação Física e no esporte*. 1 ed. Rio de Janeiro: Editoria Central da Universidade Gama Filho, 1996, p. 61-78.

_____. Exclusão e inserção da mulher brasileira em atividades físico-desportivas. *In*: Simões, C. *Mulher e Esporte: mitos e verdades*. São Paulo: Manole, 2003.

SARAIVA, M.C. *Co-educação física e esportes – Quando a diferença é mito*. 2ª ed. Ijuí. Ed. Unijuí, 1999.

UEDA, T. & VACCARI, E. *Ren-Sei-Kan: meio século de judô*. Rio de Janeiro: Zit, 2004.

MULHERES PRATICANTES DE *SKATE* E DE RUGBY NO BRASIL:
HISTÓRIAS A SEREM NARRADAS

Márcia Luiza Machado Figueira¹
Thais Rodrigues de Almeida²

Analisar o esporte como uma prática cultural que também é produzida e praticada por mulheres tem se mostrado como um exercício bastante desafiador. Essa afirmação pode parecer estranha para quem vive em uma sociedade que, a todo o momento, identifica no esporte um elemento que possibilita o acesso a determinados padrões de corpo, de beleza e de saúde. Ou seja, que indica ser a adesão a uma prática corporal e/ou esportiva, um motivador para se alcançar um estilo de vida moderno, ativo e saudável. Não são poucas as instâncias sociais em que estes discursos circulam. Para além dos espaços específicos para a prática esportiva e a exercitação física, um grande número de revistas, jornais e programas de televisão veiculam, diariamente, uma série de informações, capturam a atenção de homens e mulheres. Exibem-se imagens espetaculares que, ao atraírem nossos olhares, dão a sensação de que estamos ali, naquele instante vivido.

Não há dúvidas: na atualidade somos constantemente interpelados por corpos em movimento, estejam eles nas quadras esportivas, pistas, piscinas, ginásios, ringues, parques, ruas, academias, praias, entre outros. O tom é recorrente: movimente-se!

Exercite seu corpo, seja lá de que maneira for.

Nesse sentido, o campo das práticas esportivas parece configurar-se como um local bastante produtivo para pensarmos a respeito de mudanças acerca das representações sobre os corpos e suas funcionalidades, quer sejam em relação a participação e adesão às estas práticas, quer seja em relação às representações de gênero dos praticantes. Isto é, da construção de representações de masculinidades e feminilidades.

Pensando especificamente nessa direção, buscamos narrar, neste texto, alguns fragmentos acerca da inserção e da participação de mulheres em duas modalidades esportivas consideradas de predominância masculina: o *skate* e o *rugby*.

¹Professora da rede Municipal de Ensino de Porto Alegre e doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Ciência do Movimento Humano/ESEF/UFRGS.

²Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Ciência do Movimento Humano/ESEF/UFRGS.

Vale lembrar que, no Brasil, desde meados do século XIX, algumas atividades esportivas já podem ser observadas no cotidiano de algumas cidades como, por exemplo, o turfe, primeiro esporte moderno a se institucionalizar no país. No entanto, a participação feminina era bastante incipiente. Segundo Goellner (2004) foi nas primeiras décadas do século XX que pode-se observar uma maior inserção das mulheres no campo do esporte, tanto na dimensão do lazer quanto da educação escolar e da competição. Ainda assim, não era toda e qualquer atividade esportiva que se recomendava, algumas delas eram, inclusive, observadas como perigosas. Seja porque poderiam “masculinizar” a mulher, seja porque poderia ameaçar as moças de boa família que, ao se inserirem no mundo esportivo, poderiam alçar vôos para longe do olhar atento dos pais. O esporte, então, configurava-se, neste momento, como um território permeado por ambigüidades que

simultaneamente fascinava e desassossegava homens e mulheres, tanto porque contestava os discursos legitimadores dos limites e condutas próprias de cada sexo, como porque, através de seus rituais, fazia vibrar a tensão entre a liberação e o controle de emoções e, também, de representações de masculinidade e feminilidade. (Goellner, 2003 p. 367).

Esse anseio resultou numa série de restrições às mulheres, uma delas, em particular, foi determinante para reforçar o controle sobre seus corpos. Estamos nos referindo ao Decreto-Lei 3.199 de 1941, que proibia, oficialmente, a prática e realização de competições femininas em algumas modalidades esportivas tais como as lutas halterofilismo, futebol, o *rugby*, o pólo, o *water-polo*, entre outros. Baseada na afirmação de que estes esportes eram violentos para a natureza feminina e que sua prática poderia prejudicar o desenvolvimento pleno da mulher, este decreto foi revogado apenas na década de 70.

Revogado o Decreto, em tese, todas as modalidades esportivas são permitidos às mulheres. Entretanto praticá-las, continua sendo uma ação permeada por representações e valores social e culturalmente significadas que tanto podem incentivar quanto afastar as mulheres deste universo. Ou seja, tantos anos de interdições não passaram em branco na história do esporte feminino brasileiro. Vários dos argumentos que legitimavam o Decreto produziram efeitos de verdade e ainda hoje podemos identificá-los em várias situações. O discurso da masculinização da mulher, por exemplo, ainda se faz presente em alguns locais sociais; a diferenciação de acesso, manutenção e premiação em

eventos esportivos entre homens e mulheres ainda é algo que facilmente pode ser observado na realidade brasileira. Ou seja, ainda são desiguais as condições de permanência das mulheres em algumas modalidades esportivas e o futebol feminino é exemplar dessa afirmação: ausência de campeonatos, de patrocínio para as atletas, discriminação e descasos por parte de algumas instituições representativas do esporte, entre outras são questões que merecem ser analisadas com maior atenção.

Pensando ainda na participação das mulheres no campo esportivo, em diferentes épocas e contextos históricos, mecanismos de exclusão e inclusão foram colocados em ação. Segundo Hult,

a participação feminina no esporte sempre foi alvo de muitas controvérsias. Há algumas décadas, as mulheres eram interdidas de participar de qualquer atividade esportiva, sob diversas alegações, desde sua fragilidade física, passando pela sua condição materna, e até mesmo pelo fato da arena esportiva fortalecer o espírito do guerreiro masculino, sendo apontado como o único local no qual a supremacia masculina seria incontestável (apud Knijnik e Vasconcellos, 2003, p. 51).

Assentados nas justificações biológicas, esses argumentos são colocados em suspeição quando se pensa o esporte como um campo não neutro mas, ao contrário, que tanto pode reforçar estes mecanismos, quanto resistir a eles. A historiadora canadense Helen Lenskyj, ao analisar as lutas das mulheres canadenses e norte-americanas para conquistarem espaços no campo dos esportes no início do século XX, chama a atenção para algo importante de ser considerado na rede de significações que giram em torno da participação e permanência das mulheres no esporte.

A habilidade esportiva dificilmente se compatibilizava com a subordinação feminina tradicional da sociedade patriarcal; de fato, o esporte oferecia a possibilidade de tornar igualitárias as relações entre os sexos. O esporte, ao minimizar as diferenças socialmente construídas entre os sexos, revelava o caráter tênue das bases biológicas de tais diferenças; portanto, constituía uma ameaça séria ao mito da fragilidade feminina (apud ADELMAN, 2003, p. 448).

Neste texto, mais do que fazer uma análise histórica sobre a inserção das mulheres no esporte, interessa pensar que, no Brasil, o *skate* e o *rugby* são duas modalidades esportivas em que a participação feminina é pouco visibilizada. Isso não

significa afirmar que as mulheres estejam à margem destas práticas. Ao contrário, há algum tempo delas fazem parte, em maior ou menor grau.

Considerando o contexto diferenciado, no Brasil, para homens e mulheres no que tange a participação e permanência no campo esportivo, identificamos ser o *skate* e o *rugby* femininos modalidades ainda em construção.

O *Skate*:³

Considerado como uma prática esportiva vinculada ao que se denomina de esportes radicais, o *skate*, pode ser observado em diferentes cenários urbanos: praças, ruas e pistas, Segundo o “Atlas do Esporte no Brasil”, assim se caracteriza porque sua prática é marcada pela perspectiva do desafio: vencer obstáculos, enfrentar fenômenos naturais e físicos, experimentar a sensação do perigo (Da Costa et all, 2005) o que, de certa forma, tem possibilitado uma reorganização do sistema esportivo tradicional promovendo uma renovação simbólica do imaginário esportivo até então existente.

Segundo Vera Menezes Costa, mais do que alterações nas características físicas ou técnicas das práticas esportivas esta denominação relaciona-se aos modos através dos quais se percebe estas práticas.

Vistos como práticas criadas na ruptura com as práticas convencionais, os esportes de aventura, de risco, da natureza ou radicais remanejam os elementos existentes nos esportes anteriores, dando-lhes novas configurações (COSTA apud BITENCOURT et all, 2005, p. 411).

Vários são os autores e autoras que identificam a origem do *skate* como uma variação e também como uma alternativa à prática do *surf*, em especial em espaços onde não havia a possibilidade de “pegar onda”. (Bitencourt et all, 2005; Hamm, 2004; Uvinha, 2001; Britto, 2000). Essa identificação provavelmente é assumida porque o início dessa prática corporal é atribuída à criatividade dos surfistas da Califórnia, nos Estados Unidos, quando, no início da década de 60, propuseram a realização de manobras semelhantes às realizadas nas pranchas de *surf* em outro equipamento. Ao se instalarem rodilhas de patins em um pedaço de madeira com a mesma forma de uma prancha de *surf*, porém, em tamanho e proporções menores, criou-se o objeto *skate*.

³ Este texto se origina da minha tese de doutorado em desenvolvimento, sob orientação da professora Silvana Vilodre Goellner.

Inicialmente foi considerado como uma das práticas de lazer vinculadas aos jovens que experienciavam formas de viver a liberdade, o prazer dos corpos em movimento e a ocupação do tempo livre. Desde então, a denominação *skate* assumiu um sentido polissêmico: refere-se tanto ao equipamento com o qual se realiza a prática quanto ao nome que designa esta prática, seja esta por lazer ou como um esporte de competição.

Nomeado de *sidewalk surf*, ou *surf* de rua, nesse momento “sufar” no asfalto era uma brincadeira de adolescentes e jovens, entendida também, como experiência de liberdade e expressão pois ao vivenciá-la criavam diferentes e inusitadas manobras, constituindo uma prática diferente daquela vivenciada no mar. Dessa diferenciação resultou uma nova denominação para essa atividade que passou, então, a ser chamada de *skateboard* (Bitencourt et al, 2005).

No Brasil, é em meados da década de 60 que o *skate* surgiu no cenário das práticas esportivas. Sua aparição está associada também ao *surf* pois, nesse período, alguns atletas desse esporte aderiram a essa prática corporal quando estiveram na Califórnia.⁵⁰ Além disso, algumas informações acerca de sua prática eram veiculadas em publicações especializadas em *surf* que divulgavam campeonatos, eventos e atletas, bem como as últimas novidades esportivas adotadas por jovens americanos e de outros países. Enfim, foi a partir do *surf* que os brasileiros se aproximaram do universo do *skate* (Bitencourt et al, 2005; Uvinha, 2001; Britto, 2000; Bastos, 2005).

Durante algum tempo a prática do *skate* revestiu-se de um caráter estritamente amador. Andava-se nas ruas, nas calçadas, nos estacionamentos e nas quadras esportivas sem que houvesse a institucionalização dessa prática corporal sendo reconhecida, portanto, como atividade de lazer. A partir da década de 70 do século XX, se deu o início de um movimento que agregou os praticantes de *skate* em torno da promoção dos primeiros campeonatos. Nesse momento, começavam a ganhar visibilidade as equipes que foram se formando com o patrocínio dos fabricantes de materiais de *surf*, que passaram a investir na industrialização de peças do objeto *skate*: as rodas, os eixos e as tábuas. Podemos afirmar, assim, que nesse momento está em curso a esportivização do *skate* no Brasil.⁵¹

⁵⁰ É importante registrar que o *surf* é praticado no Brasil desde a década de 30. Foram pioneiros Thomas Rittscher, americano naturalizado brasileiro e Osmar Gonçalves, paulista. (Bitencourt et al, 2005).

⁵¹ A esportivização é identificada aqui como o processo através do qual “diversas atividades já existentes no âmbito da chamada cultura corporal, as quais nos dias atuais tenta-se atribuir o *status*

Tal movimento começou a conquistar um maior número de adeptos ao mesmo tempo em que sinalizava para um futuro promissor em termos de ampliação do número de praticantes e também do surgimento de espaços onde fosse possível realizar essa prática. A partir dessa demanda tornou-se necessário criar áreas específicas para a prática e para a competição deste novo esporte, a exemplo de outros países onde houve a proliferação dos *skateparks* - locais com pistas para andar de *skate*. Assim, em 1976 foi inaugurada a primeira pista da América Latina, em Nova Iguaçu, no estado do Rio de Janeiro, local onde foi realizado, em julho de 1977, o primeiro campeonato de *skate* brasileiro. A partir de então, novos espaços destinados à prática do *skate* começam a alterar a arquitetura das cidades. Nos anos 70 foram construídas as pistas *Wavepark e Franet* em São Paulo e a pista de Campo Grande no estado do Rio de Janeiro (Chaves, 2005). No Rio Grande do Sul foi construída em 1978 a pista *Swell* na cidade de Viamão e, em 1979, a Pista do Parque Marinha do Brasil, em Porto Alegre. No entanto, foi no final dos anos 80 e início dos anos 90 que o esporte expandiu-se através da “construção de pistas por todo o Estado, salto no número de praticantes, difusão do estilo dos skatistas (modos de vestir, falar), criação da Federação Gaúcha de Skate, e inclusive a conquista de um título nacional por um riograndense” (GRAEFF e PETERSEN-WAGNER, 2005, p. 62).

Compreender o universo cultural do *skate* é entender que a produção desse estilo está articulada em uma rede de representações que produzem significados em relação ao que entendemos por essa prática, bem como acerca de quem é ou não autorizado a praticá-la. Nesse sentido, direcionar a atenção para as mulheres *skatistas* significa buscar no silêncio da oficialidade das fontes a sua voz, pois pouca visibilidade se confere às mulheres nesta prática esportiva. O que não significa afirmar que, desde sua origem, elas lá não estivessem presentes.

No âmbito da juventude californiana dos anos 60 poucas são as referências que se faz às *skatistas* mulheres. Geralmente tomadas no coletivo, a individualização das atletas conforma o que delas se diz. No livro “Scarred for life: eleven stories about skateboarders”, de Keith David Hamm, a história desse esporte nos Estados Unidos é narrada a partir da trajetória de onze *skatistas* que o autor considera como “os melhores”. Não há referência explícita às mulheres que, desde os primórdios do esporte,

de esporte, à medida que passam a ser praticadas de forma organizada, ou seja, com regras padronizadas, com regulamentos rígidos, vinculados às federações etc.” (STIGGER, 2002, p.14).

realizaram experiências sobre o *skate*. No capítulo que aborda os anos 90, algumas *skatistas* são chamadas à cena e um destaque é conferido a Jessica Starkweather⁵². Ao fazer uma espécie de biografia dessa atleta, o autor faz algumas referências isoladas, dá voz a algumas mulheres através das publicações de frases soltas que não estão incorporadas aos textos, publica fotografias mas não contextualiza suas trajetórias como o fez com os destaques masculinos. Duas questões merecem maior atenção quando se pensa na temática mulher e esporte: a foto de Wendi Bearber⁵³ andando de *skate* com irmão, em 1965 na Califórnia e a pequena fala de Peggy Oki⁵⁴, a única mulher que participou do lendário grupo “Z-Boys”⁵⁵ que, nos anos 70 revolucionou o *skate* mundial. Ambas referências aparecem soltas no livro mas atestam que, desde os primórdios do *skate*, elas estavam lá, “surfando sobre rodas” no asfalto californiano, ainda que seus nomes figurem sob o masculino genérico das equipes intituladas “Hobie Guys” e “Z-Boys”.

É certo que o *skate*, ao longo de sua história, tem sido marcado por uma grande presença de participantes homens. Mais do que afirmar se a dominância é masculina ou não, julgamos ser importante refletir sobre as condições de possibilidade que promoveram essa diferenciação entre mulheres e homens no acesso e permanência nesse esporte. Nesse sentido, consideramos importantes as reflexões de Becky Beal (2001) quando, em suas análises sobre o *skate* feminino nos Estados Unidos, menciona que vários fatores têm historicamente desfavorecido a participação de garotas e mulheres neste esporte. O principal deles relaciona-se às representações tradicionais de gênero que justificam essa diferenciação por acreditarem que modalidades esportivas podem promover o que denominam de “masculinização da mulher”. Em outras palavras, que as garotas, ao aderirem a práticas consideradas impróprias para sua “natureza”, poderiam perder alguns dos atributos que lhe conformam, dentre eles, sua feminilidade. Segundo essa autora, muitos *skatistas* homens se utilizam dessas

⁵² *Skatista* norte-americana considerada como uma das melhores desde o início do século XXI.

⁵³ Wendi participava do grupo “Hobie Guys” composto por George Trafton, Torger Johnson, Danny Bearer (seu irmão) e Collen Boyd (Hamm, 2004, p. 21).

⁵⁴ “O *skate* realmente deu certo para mim. Nunca pensei nele (como profissão) para pagar o aluguel. Eu apenas encontrei um lugar onde me encaixava, com pessoas com as quais eu queria me relacionar e eu realmente estava me tornando boa, sendo patrocinada e respeitada. Eu não queria perder essas coisas boas que encontrei” (tradução livre) (Hamm, 2004, p. 159).

⁵⁵ Os Z-Boys (conhecidos assim por formarem um time de *skate* e *surf*, chamado Zephyr Team) revolucionaram o *skate* nos anos 70 pela ousadia das manobras e pela exploração de novos espaços para “surfear no asfalto”, como por exemplo, em piscinas. O grupo era formado por Tony Alva, Bob Biniak, Chris Cahill, Paul Constantineau, Shogo Kubo, Jim Muir, Nathan Pratt, Wenzel Ruml, Allen Sardo, Peralta, Jay Adam e Peggy Oki (Hamm, 2004, p. 78). Sobre esse grupo há um famoso documentário intitulado *Dogtown and the Z-Boys* dirigido por Steve Peralta (2000).

representações para garantir o *status* de que esse é um esporte masculino. Para tecer essa afirmação cita alguns argumentos presentes na fala de jovens *skatistas* homens. Um deles é que o *skate* pode provocar machucaduras e ferimentos no corpo e que isso não ficaria bem para as garotas; outro é que, para as garotas, não é natural gostarem de esportes de risco. Para além desses fatores identifica que a indústria do *skate* pouca oportunidade oferece às mulheres, em geral porque seus proprietários são antigos atletas e estes acabam patrocinando apenas homens e dificilmente reconhecem as mulheres como grandes *skatistas*. Razão pela qual, afirma Beal, as *skatistas* ao perceberem que os homens não as tomam com seriedade, para serem aceitas nesse universo, precisam provar que são melhores que muitos deles.

Análises como estas permitem afirmar que o *skate*, como qualquer outra prática corporal e esportiva, é atravessado pelas relações de gênero e, nesse sentido, promove espaços, vivências, oportunidades e sociabilidades distintas para homens e mulheres.

No Brasil a visibilidade das *skatistas* é algo em construção. As revistas, os livros, as matérias jornalísticas, os programas esportivos, poucas referências fazem às mulheres que, não raras vezes, figuram, como já mencionamos anteriormente, dissolvidas no coletivo: as garotas.

No livro “Onda Dura: 3 décadas de Skate no Brasil” editado por Eduardo Britto, há muitos silêncios sobre a inserção e a participação das *skatistas* ao longo das três décadas analisadas (início dos anos 70 a 2000). Ao longo de suas 105 páginas constatamos apenas uma referência às mulheres quando mencionado que, em 1995 foi realizado na ZN *Skatepark*, em São Paulo, o 1º Campeonato feminino da década, vencido por Giuliana Ricomini (2001, p. 62). O livro publica mais de setenta fotos com atletas fazendo manobras radicais: nenhuma delas é de uma mulher.

Já nas publicações organizadas por *skatistas* mulheres, outras são as referências.

Em um *zine*, intitulado “Check it out girls 6”⁵⁶, publicado em 1999, Lisa Araújo escreve um texto denominado “Evolução”, onde refere-se às *skatistas* brasileiras que nos anos 80 já faziam suas manobras em espaços públicos e em campeonatos. Vejamos:

Em 1970 já existia skate feminino nos EUA, então lá é muito natural o respeito e o alto nível das skate girls. No Brasil em 1980 o skate feminino era representado por Leni Cobra, Mirinha, Mônica Polistchuck e outras, correndo campeonatos

⁵⁶ Esse *zine* originou a Revista Check It Out, publicada nos Estados Unidos e que mantém *skatistas* brasileiras como editoras.

com os garotos. Infelizmente, as garotas da antiga não estão mais na ativa, pois se estivessem, estariam detonando como as gringas. Elas devem ter desanimado pela falta de apoio e incentivo da época e mudaram suas vidas. No entanto, só em 95 que a categoria voltou com tudo, representada pelas rankiadas de hoje, que não se deixaram abater (1999, p. 1).

Na busca por fontes que pudessem visibilizar a participação feminina no *skate* brasileiro, encontramos um importante veículo de informação e de formação de jovens *skatistas*: o site *Skate para Meninas*⁵⁷. Elaborado, em 2002, por uma *skatista* paulistana motivada pela falta de informação sobre o *skate* feminino e pela vontade de divulgar o esporte, seu objetivo primeiro é potencializar a ação das meninas e mulheres neste esporte. Razão pela qual, desde o seu início, o *Skate para Meninas*, privilegia informações relacionadas à divulgação dos campeonatos, das atletas participantes e de eventos relacionados ao universo feminino. Além disso, apresenta vários *links* que possibilitam a circulação de várias informações não apenas restritas ao universo do *skate* mas, inclusive, textos e falas que abordam temas como, por exemplo, feminismo, beleza, sexismo, etc. Podemos afirmar que através desse site, mantido também, por diversas colaboradoras (em geral *skatistas*) as mulheres exercem um certo protagonismo nesta modalidade visto que entendem que espaços como estes são fundamentais para uma política de inclusão e afirmação neste universo.

Duas outras ações promovidas por *skatistas* mulheres merecem ser aqui relatadas pois refletem o quanto a história do *skate* feminino brasileiro tem sido construída pelas mulheres, à despeito do pouco incentivo que lhes têm sido conferido desde os anos 70.

No dia 13 de março de 2004 foi organizado o “1º Encontro Unidas Pelo Carrinho”⁵⁸ em comemoração ao Dia Internacional da Mulher, celebrado dia 8 de março. Aconteceu na pista Eclipse Skate Park, localizado no Parque São Rafael em São Paulo e se caracterizou como o primeiro encontro presencial entre *skatistas* cuja presença ultrapassou o número de 40. Segundo Evelyn Leine, o encontro só aconteceu

⁵⁷ O endereço do site é <http://www.skateparameninas.com.br/>

⁵⁸ O “1º Encontro Unidas pelo Carrinho” foi matéria na “Tribo Skate”, na seção *Lilith*, que divulgou o evento tanto no site e como na revista impressa (Edição nº103); nos sites “Revista 100%Skate”, *Skate Para Meninas*, “Garotas no Comando” e “Skoito.net”. Foi matéria do programa “Zona de Impacto”, da SporTV da Rede Globo.

por que o desejo das organizadoras era “juntar um monte de meninas para andar de *skate*” diz (entrevista em 22/04/2006).

Outra ação que buscou afirmar a visibilidade das *skatistas* foi a fundação, em São Paulo, da Associação Brasileira de Skate Feminino, em agosto de 2002. Criada por um grupo de *skatistas*, suas pretensões incluíam desde agregar, através de campeonatos próprios, mais *skatistas* ao esporte, até criar estratégias para ter mais condições de estimular e defender interesses da categoria em especial no que respeita a criação de campeonatos, busca por patrocínios e igualdade de premiações.

Estas poucas informações acerca da participação das mulheres no universo do *skate* são instigantes para se pensar nas representações que cercam aquelas que se aventuram a praticá-lo. Por esse motivo, a mobilização das garotas na busca por se tornarem “visíveis” pode ser observada como uma ação afirmativa que busca garantir o reconhecimento de que este esporte também pode ser delas e para elas.

O Rugby⁵⁹

O *rugby* é um esporte que, historicamente, possui fortes vínculos com o universo masculino. Fundamentado nas escolas inglesas de prevalente participação de garotos, o *rugby* caracterizava-se por exibir confrontos de luta simbólica, justificados como campo de treino para a guerra, pelo seu aproveitamento na educação dos futuros chefes militares e administrativos (Ellias e Dunning; 1992). Estes mesmos autores destacam que a institucionalização do *rugby*, iniciada através da formação de clubes, propiciou a emergência de uma área masculina reservada, onde os cultos às expressões de virilidade eram amplamente reforçados.

Pensar na trajetória das mulheres no *rugby*, é percorrer um caminho onde as narrativas oficiais, assim como em outros tantos esportes, praticamente as invisibilizaram. Anne Saoutier (2003), ao analisar a relação dos homens com as mulheres no *rugby* francês destaca que a literatura e imprensa têm, historicamente difundido, de forma bastante aparente, a tradição machista deste esporte indicando, então, que pouco se diz sobre as mulheres. Outra autora, Martin (2001) ao tentar analisar as origens do *rugby* feminino na Inglaterra, menciona a grande dificuldade de se encontrar dados objetivos que tratem do surgimento e do desenvolvimento deste

⁵⁹ Este texto se origina da dissertação de mestrado em desenvolvimento de Thais Rodrigues de Almeida, sob orientação da professora Silvana Vilodre Goellner

esporte que, naquela sociedade se configurou como um dos primeiros esportes modernos institucionalizados.

A partir destes apontamentos, acreditamos ser praticamente impossível falar de uma “história das mulheres no *rugby*”, mas sim, da possibilidade de garimpar fontes que venham possibilitar uma maior visualização da inserção de determinadas mulheres nesta prática, inclusive no contexto brasileiro. É notória a ausência de referência às mulheres em diferentes espaços que registram histórias esportivas tais como federações, museus, jornais e periódicos científicos. Esta ausência nos levou a tentar olhar para um local onde foi possível identificar, *in loco*, mulheres praticantes de *rugby*, qual seja o *Charrua Rugby Clube*.

Criado em 01 de junho de 2001, por um grupo de amigos, dos quais dois deles já haviam praticado o *rugby* em São Paulo nas equipes do *Rio Branco Rugby Clube* e na *Universidade Paulista* (UNIP), o clube conta com categorias juvenil e adulta, masculina e feminina. Possui, portanto, uma história relativamente recente, com cerca de cinco anos e existência e, desde então, vem promovendo iniciativas para o desenvolvimento deste esporte no Rio Grande do Sul tais como o incentivo à formação de novos clubes, a criação da Federação Gaúcha de Rugby e, em 2006, a organização do 1º Campeonato Gaúcho de Rugby.

Formado inicialmente por um grupo de amigos, o *Charrua Rugby Clube* não possui uma sede específica, suas equipes reúnem-se para os treinos aos sábados nas dependências da Escola de Educação Física da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Fora deste espaço todos os contatos com o grupo são realizados na sua “sede virtual”⁶⁰. Essa não existência de um local onde fosse possível ver, concretamente, documentos, registros, fontes primárias sobre a história do clube e, mesmo desta modalidade esportiva no Rio Grande do Sul, nos remeteu à tentativa de captura de informações através de uma inserção, de cunho etnográfico, no local de encontro do Clube. Ali foram realizadas diversas observações bem como algumas entrevistas com atletas mulheres que formam a equipe adulta além do acompanhamento da rotina de treinos e competições destas mulheres.

Apesar de estarmos há quase um ano em contato com o grupo ainda não foram encontradas informações significativas que atestem quando o *rugby* passou a ser jogado pelas mulheres no Brasil. As fontes primárias encontradas junto aos órgãos oficiais do

⁶⁰ O site oficial do *Charrua Rugby Clube* pode ser acessado no seguinte endereço eletrônico: www.charruarugby.com.

esporte, tais como a Associação Brasileira de Rugby, referem-se ao início da prática masculina, que se deu no final do século XIX, seu desenvolvimento nos anos de 1960 a 1970, quando foi vinculado à criação de equipes universitárias. Sobre a prática feminina, as informações fazem referência apenas ao contexto atual das mulheres no *rugby* brasileiro, com centralidade em dados sobre as competições femininas que começaram a ser realizadas por volta de 1996 e 1997 entre equipes do Rio de Janeiro e de São Paulo, todas elas fazendo parte de Clubes que já possuíam equipes masculinas.

A história da categoria feminina do *Charrua Rugby Clube*, já é mais recente, com sua formação em 2003, constituída em sua maioria por mulheres que possuíam algum vínculo com os jogadores do time masculino (parentes, namoradas, amigas) sendo que sua participação como praticante se deu, de certa forma, iniciada pela participação como espectadora.

Segundo relatos das atletas do *Charrua Rugby Clube*, a maioria dos times femininos existentes no Brasil localizam-se nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro, sendo que na região Sul, existem equipes femininas com mais de oito anos de formação, como por exemplo as equipes “Desterro” e da “Universidade Federal de Santa Catarina”, ambas de Santa Catarina. A existência destas equipes, de certa forma, possibilitou a criação da categoria feminina do *Charrua Rugby Clube* que atualmente conta vinte e cinco jogadoras. Estas atletas participam de competições tais como a Liga Sul-Brasileira de Rugby, onde sagraram-se campeãs em duas etapas tendo conquistado o Vice-Campeonato geral no ano de 2006. Já se fizeram presentes também em torneios internacionais (em especial com equipes do Uruguai e da Argentina) tendo, na atualidade, três jogadoras fazendo parte da seleção Brasileira de Rugby.

Uma das características marcantes do desenvolvimento do *rugby* feminino no Brasil segundo as atletas do *Charrua Rugby Clube*, é o fato de as equipes jogarem com um número inferior de participantes (sete para cada equipe), se comparadas aos jogos masculinos (cerca de quinze para cada equipe) o que, de certo modo reflete a dificuldade em se manter um número significativo de mulheres praticantes. Alguns são os motivos que podem ser apontados para essa pouca participação: a) A falta de incentivo, especialmente financeiro, já que o esporte mantém-se amador e os praticantes arcam com todos os custos da sua prática, inclusive, gastos com viagens para as competições; b) A falta de reconhecimento pelos órgãos responsáveis pela estruturação do esporte no Brasil. As mulheres praticantes de *rugby* só obtiveram alguma visibilidade junto à Associação Brasileira de Rugby quando se consagraram Bicampeãs

Sul-Americanas respectivamente em 2004 e 2005; c) A pouca divulgação do esporte (se as referências às equipes masculinas brasileiras não são muitas, indicam um quase total desconhecimento das ações, competições e organização das equipes femininas) e d) Fatores sociais e culturais onde persiste a idéia de que se trata de um esporte violento pois apresenta imagem agressiva, que muitas vezes impressiona os espectadores que acabam por relacioná-lo a uma prática masculina.

Essa representação do *rugby* pode ser identificada em uma matéria divulgada no site *Rugby News*⁶¹ cujo conteúdo aborda a situação das mulheres praticantes de *rugby* no Brasil. A reportagem já inicia dando destaque as características do esporte ressaltando que o mesmo se dá entre trombadas, empurrões e jogadas de forte contato físico, em seguida, refere que no imaginário popular este não poderia ser praticado por mulheres. A partir desta afirmação, apresenta o crescimento do *rugby* feminino no Brasil e os resultados surpreendentes da nossa seleção tem conquistado. Segundo o Presidente da Associação Brasileira de Rugby, Roberto Magalhães “estas meninas estão plantando uma semente para quebrar esta imagem que o *rugby* tem de violento. Temos um potencial de crescimento enorme e com o nosso jeitinho brasileiro, que vamos implantar, temos tudo para fazer a diferença no futuro” (2005, s.p)

Enfim, os pequenos fragmentos que trazemos a este texto sobre a participação feminina no *rugby* brasileiro indicam que, apesar das dificuldades apontadas por algumas praticantes, é possível afirmar que os resultados obtidos pelas equipes têm chamado alguma atenção de alguns órgãos oficiais que regem este esporte. O que não significa afirmar que conquistaram um espaço definitivo ou, ainda, que não precisam buscar incentivos e reconhecimento. Ao contrário, esta mínima visibilidade carece de maior ampliação pois, assim como os homens, o *rugby* é uma prática esportiva que possibilita o exercício de liberdade e sociabilidade.

Silêncios, ausências, descontinuidades, poucas referências, informações esparsas não são meras palavras que trazemos para finalizar esse texto. Ao contrário, são expressões que utilizamos para politizar a discussão acerca da presença das mulheres no campo esportivo pois, tanto quanto o *skate* e o *rugby* em várias outras práticas corporais as memórias femininas pouco têm sido evidenciadas. E, portanto, poucas histórias delas se contam mesmo que há tempos protagonizem inúmeras situações em que estão em plena movimentação.

⁶¹ www.rugbynews.com.br - acesso em 25/08/05.

Referências

ADELMAN, M. Mulheres atletas: re-significações da corporalidade feminina. *Revista Estudos Feministas*, volume12, pp 445-465, 2003.

BEAL, B. Skateboarding. In: CHRISTENSEN, Karen et all. *International Encyclopedia of women and sports*. Volume 3. New York: Macmillan References USA, 2001.

BITENCOURT, V. et all. Esportes radicais e de aventura. In: DA COSTA, Lamartine (Org.). *Atlas do Esporte no Brasil: atlas do esporte, educação física, e atividades físicas de saúde e lazer no Brasil*. Rio de Janeiro: Shape, 2005.

BRITTO, E. (Ed.) *A Onda dura: 3 décadas de skate no Brasil*. São Paulo: Gráfica Círculo, 2000.

ELIAS, N.; DUNNING, E. *A Busca da Excitação*. Lisboa: Difel, 1992.

GOELLNER, S.V. Mulher e esporte no Brasil: fragmentos de uma história generificada. In: SIMÕES, Carlos. KNIJNIK, Jorge (Orgs). *O mundo psicossocial da mulher no esporte: comportamento, gênero, desempenho*. São Paulo: Aleph, 2004.

GRAEFF, B. B. e PETERSEN-WAGNER, R.. Skate no Rio Grande do Sul. In: MAZO, Janice Z. e REPPOLD FILHO, Alberto (Org.). *Atlas do Esporte no Rio Grande do Sul: atlas do esporte, educação física e atividades de saúde e lazer no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: CREF2/RS, 2005. Disponível em: <<http://www.cref2rs.org.br/atlas/cd/index.htm>> Acesso em 13 de janeiro de 2006.

HAMM, K. D. *Scarred for life: eleven stories about skateboarders*. San Francisco: Chronicle books, 2004.

KNIJNIK, J. D. e VASCONCELLOS, E. G. Sem impedimento: o coração aberto das mulheres que calçam chuteiras no Brasil In: COZAC, João Ricardo (ed.). *Com a cabeça na ponta da chuteira - ensaios sobre a psicologia do esporte*. São Paulo, Annablume/Ceppe, 2003.

DA COSTA, L. (Org). *Atlas do Esporte no Brasil: atlas do esporte, educação física, e atividades físicas de saúde e lazer no Brasil*. Rio de Janeiro: Shape, 2005.

SAOUTIER, A. A Mamãe e a prostituta: Os homens as mulheres e o Rugby. *Movimento: Revista da Escola de Educação Física*, Porto Alegre, v. 02, n. 09, p.36-52, maio 2003.

STIGGER, M. P. *Educação Física, Esporte e Diversidade*. Campinas: Autores Associados, 2005.

MARTÍN, M. Los orígenes del rugby femenino en Inglaterra. *APUNTS: Educación Física y Deportes*. Barcelona, n.66, 2001.

UVINHA, R. R. *Juventude, lazer e esportes radicais*. São Paulo:Editora Manole, 2001.

QUANDO O MÚSCULO ENTRA EM CENA: fragmentos históricos da potencialização muscular feminina

Angelita Alice Jaeger¹

O investimento na potencialização muscular constitui o mundo masculino. Parece não haver dúvidas em relação a essa afirmação, ainda mais quando recorremos as nossas lembranças: homem alto, ombros largos, braços e pernas volumosas, branco, é a figura central dessas memórias. Seja ele: Hércules, Sanção, Incrível Hulck, Conan, Super-Homem, Eugene Sandow, Arnold Schwarzenegger, etc., personagens que povoam mitos, lendas, contos, poesias, aventuras e romances, tramados em torno de suas formidáveis demonstrações de força muscular. Homens ousados, destemidos, viris e ágeis têm suas admiráveis histórias narradas em livros, revistas, enciclopédias, filmes e sites da internet, destacando seus feitos heróicos, seus recordes e suas conquistas. Entretanto, apesar dessas impressões e lembranças, pergunto: a potencialização muscular é exclusividade masculina?

Alguns indícios apresentados em um estudo sugerem que desde o século XVI, as mulheres faziam demonstrações públicas de agilidade e força muscular². Nessas apresentações surpreendiam os/as espectadores/as ao voar em trapézios transportando pesadas esferas de ferro em seus cabelos, ao parar cavalos em disparada, suspender homens nos ombros, quebrar pregos, dobrar barras de ferro, entre outros. Feitos que impressionavam homens e mulheres, principalmente, quando os primeiros eram desafiados a realizar a mesma atividade e, não raro, sucumbiam às criativas exhibições femininas. Demonstrações que seduziam homens e mulheres há vários séculos. Contudo, é preciso admitir que o número de mulheres que ousou investir e viver das demonstrações de força muscular - espaço preponderantemente masculino - foi pequeno quando comparado com a quantidade de homens que viveram profissionalmente dessas apresentações.

De qualquer modo, importa ressaltar que nos últimos anos, alguns estudos (Goellner & Fraga, 2003, 2004; Estevão, 2005; Jaeger, 2005) têm iluminado algumas

¹Professora do Centro de Educação Física e Desportos/UFSM e doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Ciências do Movimento Humano/ESEF/UFRGS.

²Antes desse período, mulheres gladiadoras, guerreiras e Amazonas, povoam o imaginário e as histórias de muitas culturas. (www.fscclub.com/strength/steel-e.shtml capturado em 06/10/2006).

ousadas femininas no campo da força e volume muscular, discutindo suas invisibilidades e apontando para as atualizações desses investimentos. Investigações que constituem visibilidades em que passado, presente e futuro estão imbricados, marcando de diferentes maneiras as intervenções produzidas nos corpos dessas mulheres. Se no passado a mulher conquistava notoriedade ao criar formidáveis estratégias para mostrar a sua força, hoje impetuosamente mergulha na potencialização do volume dos seus músculos, requisitando assim, os seus espaços de visibilidade.

Atualmente, a espetacularização e a disseminação do culto ao músculo atravessam diferentes classes sociais, idades, raças, sexos e culturas. Carmen Soares (2003) sugere que a contemporaneidade produziu uma “tirania da aparência”, apoiada numa obsessão pelas marcas da juventude. Nesse território, os sinais produzidos pela idade precisam ser apagados e para isso, a ciência e a tecnologia oferece um arsenal de produtos que prometem alisar, estender, aumentar, tonificar, diminuir, colorir, etc. conforme as necessidades emergentes de cada homem e cada mulher. Diante dessas exigências, o músculo trabalhado, tonificado, volumoso assume a posição central na construção de corpos cada vez mais elaborados e hipertrofiados. O culto ao músculo é denunciado em corpos cada vez mais expostos. Roupas justas e/ou curtas, fabricadas em tecidos leves e/ou colados ao corpo, promovem a exposição desses contornos musculares.

Entretanto, apesar desse investimento científico e tecnológico na protuberância muscular, essa não é uma prática unânime ou mesmo isenta de interrogações e/ou receios. Dúvidas e inquietações emergem, principalmente, quando a musculação³ é associada às mulheres. Preocupações femininas em relação à possibilidade de extrapolação do volume muscular são mencionadas em livros, artigos e na fala de muitas mulheres. Por vezes, parece assumir tons proibitivos, no mínimo receosos, quando as mulheres desconfiam ter a sua feminilidade questionada. Inquietações que fazem o espectro da masculinização rondar determinadas práticas corporais, e a musculação é um exemplo clássico dessa situação. Essas dúvidas pairam, principalmente, sobre modalidades que investem nos esportes de força, como: halterofilismo, lutas, lançamentos e o fisiculturismo, porém não é exclusividade deles. Mulheres praticantes de futebol, não raro, também são marcadas com o rótulo da masculinização. Por outro lado, tal espectro não impediu que muitas mulheres ousassem

³ Musculação é definida como “a execução de movimentos biomecânicos localizados em segmentos musculares definidos com utilização de sobrecarga externa ou o peso do próprio corpo” (Dilmar Pinto Guedes, 2005, p. 08).

romper as barreiras erguidas no campo esportivo, as quais delimitavam espaços e/ou modalidades permitidas ou proibidas à prática feminina. Vale apontar que mesmo inaugurado a primeira década do século XXI, muitas mulheres ainda precisam afugentar fantasmas, quando desejam esculpir seus corpos e apresentar um volume muscular que desacomoda o olhar. Entretanto, é preciso assinalar que não são todos os corpos femininos potencializados que desestabilizam e/ou capturam o olhar, pois há diferentes investimentos de tempo, carga e disciplina na prática da musculação. A combinação desses elementos permite às mulheres construir diferentes corpos, os quais assumem distintos significados dependendo dos seus propósitos. Um corpo exhibe músculos potencializados para melhorar a postura, para usar uma roupa que deixa partes do corpo expostas, para vender distintos produtos, para participar de competições esportivas onde o volume, a definição e a simetria dos desenhos musculares são julgados; só para citar algumas possibilidades. Além disso, é necessário lembrar que muitas mulheres circulam entre essas configurações, pois os corpos podem ser construídos e/ou exibidos com múltiplas intenções e em diferentes situações. “O corpo é provisório, mutável e mutante...”, nos alerta Silvana Goellner (2003. p. 28), e por isso mesmo, esses corpos assumem as marcas do seu tempo.

Estudar mulheres que investem diferentes moedas objetivando aumentar os seus músculos tem ocupado as minhas reflexões nos últimos tempos. Temática apaixonante que me mobiliza a procurar indícios e pistas que sirvam como portas de entrada, ou então, fios condutores que permitam compreender essa temática. Nesse sentido, a pergunta inicial foi: como a potencialização muscular foi se constituindo em diferentes tempos e lugares.

Para discutir essa questão, encontrei apoio inspirador nos Estudos Culturais⁴ e na Nova História Cultural⁵. Aportes que assumem o caráter político de suas teorizações, possibilitando-me pensar na multiplicidade dos corpos potencializados, rejeitando a fixidez e o rótulo que muitas vezes lhes são impingidos. Nesse sentido, esse saber assume a incerteza e a dúvida em suas produções, trabalhando com a provisoriedade e

⁴ Estudos Culturais: buscam investigar as particularidades do contexto cultural, concebido enquanto um campo de lutas em torno da significação social, preocupando-se menos com definições unificadoras e mais com os processos de produção cultural. Também se caracterizam por se oporem aos campos disciplinares, assumindo características interdisciplinares e transdisciplinares (Johnson, 2004).

⁵ Nova História Cultural: trabalha com uma história que comporta múltiplas versões e que admite regimes de verdade, ou seja, “pode ser isso e ser aquilo ao mesmo tempo”. Assim, instala-se uma era da dúvida e da suspeita “na qual tudo é posto em interrogação, pondo em causa a coerência do mundo. Tudo o que foi dito, um dia, contado de uma forma, pode vir a ser contado de outra. Tudo o que hoje acontece terá, no futuro, várias versões narrativas” (Pesavento, p. 15/16, 2004).

com o mutante, tornando-se um desafio para todos aqueles/as que buscam pesquisar nessa perspectiva. Isso não significa que vale tudo, mas sim que o pesquisador e a pesquisadora estão constantemente se auto-questionando e indagando sobre as novas possibilidades que emergem dos seus estudos. Por fim, penso que a aproximação dos Estudos Culturais e da Nova História Cultural, produz a emergência da cultura na centralidade dos interesses dessas teorizações, exigindo que as investigações ancoradas nessas perspectivas considerem o conhecimento como algo parcial, provisório e situado, e mais, apontem para a possibilidade de que cada estudo se constitua numa nova versão possível, com uma lógica própria, constituindo-se num modo ver e de olhar.

A produção das fontes do estudo

Produzir as fontes de pesquisa foi um trabalho minucioso e extenso. Busquei materiais oriundos de diferentes lugares que pudessem colaborar com a intenção do estudo e, tal qual um detetive, saí em busca de pistas, pegadas, vestígios e sinais para constituir o material empírico. Comecei a garimpagem a partir dos *sites* da internet, onde colhi materiais valiosos compostos por textos e imagens que abriram inúmeros caminhos ao longo do trabalho. Percorri sebos onde comprei revistas antigas que apresentavam alguns investimentos iniciais na potencialização muscular e na disseminação da prática da musculação. Também busquei na biblioteca da ESEF/UFRGS, as obras relacionadas ao tema. Por fim, adquiri vários livros que focalizassem as questões que buscava. Assim, encontrei textos, reportagens, imagens, entrevistas, visibilidades, pesquisas e relatos, esse foi o material de investigação sobre o qual me debrucei.

Mergulhar nesses documentos, dialogar com as diferentes fontes e apoios teóricos, elaborar diferentes combinações, fazer aproximações, reorganizar o material até a exaustão, ou seja, ler, olhar, observar, destacar frases, idéias, imagens que dessem conta da minha pergunta inicial. Movimentos que me possibilitaram produzir 3 unidades, referindo-se a períodos históricos da constituição da potencialização muscular. São eles: (a) As condições históricas da emergência do músculo; (b) O espetáculo dos corpos potencializados; (c) O músculo sob os holofotes. A elaboração desses fragmentos foi produzida considerando o meu modo de ver e de olhar para essas fontes. De qualquer modo, quero destacar aqui algumas palavras que tomei emprestado de Dagmar Meyer e Rosângela Soares (2005, p. 41), quando apontam que “toda investigação se expressa e

está marcada por incongruências e multiplicidades, por fragmentos de discursos que se cruzam; alguns desses fragmentos têm afinidades, outros são antagônicos; alguns compõem arranjos e outros escapam”. E ainda, “a ‘realidade’ jamais terá apenas uma versão – ela é ao mesmo tempo, muitas coisas e tem muitas direções”.

Para narrar o que me propus e considerando o material empírico e os arranjos que organizei, escolhi partir das condições históricas que possibilitaram que a noção do músculo emergisse, isso aconteceu em circunstâncias muito peculiares em uma sociedade europeia que estava renovando os seus olhares sobre o corpo. O segundo fragmento discute o corpo enquanto um espaço de inúmeras intervenções, experiências e descobertas. Esquadrinhar, vasculhar, educar, disciplinar e treinar são investimentos que convergem na produção do espetáculo dos corpos potencializados mostrados em criativas e ousadas demonstrações de força. Exemplifico alguns protagonismos e ousadas femininas. No terceiro recorte, corpos assustadoramente musculosos assumem o lugar central das discussões e a força torna-se coadjuvante. Na cena principal, os holofotes são direcionados ao músculo treinado, volumoso, definido, brilhante e protuberante. Intensos treinos de musculação forjam esses músculos, os quais são analisados detalhadamente em competições de fisiculturismo. Ainda destaco algumas mulheres protagonistas desse esporte, cuja inserção tem problematizado noções tradicionais e fixas de feminilidade. Assim, vamos ao primeiro fragmento.

As condições históricas da emergência do músculo

Instigada pelas palavras de Georges Viagarello (2003, p. 21), quando diz que é preciso “recensar os muitos e múltiplos territórios corporais, complexificando nossas representações e desconfiando de nossa sensibilidade contemporânea”, decidi mergulhar no material empírico e ao vasculhar os documentos, percebi que seria produtivo percorrer alguns fios da trama na direção das pistas que apontavam para a emergência da noção do músculo. Por isso, perguntava-me: em que circunstâncias o músculo passa a existir nos corpos de homens e mulheres? Essa busca me levou aos livros que ensinam técnicas de exercitação corporal, apresentam métodos de trabalho, discutindo aspectos variados da musculação. Entre várias publicações, uma em especial me chamou a atenção, pois o autor descrevia uma origem mitológica aos exercícios de força, remetida à Grécia Antiga. Reproduzo um pequeno trecho escrito por Waldemar Guimarães Neto

(2005, p. 03), - autor que publicou inúmeros livros sobre musculação - apresentando o referido mito.

Milo, atleta de luta livre, para aprimorar a sua força, levantava um bezerro como exercício diariamente. À medida que o bezerro crescia obviamente crescia a sobrecarga com que Milo realizava o seu treinamento. A reação natural a este processo eram músculos maiores e mais fortes para que Milo pudesse fazer frente á sobrecarga. Hoje, isto é conhecido como princípio de sobrecarga, sendo que nas academias, ao invés de bezerros, para os principiantes e touros, para os atletas avançados, encontram-se barras, anilhas e demais equipamentos específicos para cada parte do corpo. O objetivo de qualquer forma é um só: Aumento da massa muscular ⁶(p. 03).

Aprendi com os apoios teóricos a colocar em suspeição verdades prontas e acabadas, preferindo o caminho da dúvida e da problematização. Ainda mais, quando o argumento utilizado recupera um mito. Olhar para a representação da força muscular como algo pertencente á esfera mitológica, sugere a constituição de um discurso apoiado na dimensão sobre-humana, pois foi a partir desse lugar que a história foi narrada. Marilena Chauí (1997) ensina que o mito tem a função de narrar sobre a origem de alguma coisa. Narrativa que aceita o contraditório, o fabuloso e o incompreensível, pois representa uma revelação divina, o que faz do mito algo incontestável e inquestionável. Também é um discurso proferido para ouvintes e por isso é tomado como uma narrativa verdadeira, pois está apoiada na autoridade e na confiabilidade da pessoa do narrador. “E essa autoridade vem do fato de que ele testemunhou diretamente o que está narrando ou recebeu a narrativa de quem testemunhou os acontecimentos narrados” (p. 28).

Embora a mitologia grega seja constantemente revisitada, é inaceitável que essa versão não seja problematizada⁷. Possibilidade de olhar que, no meu entender, se constitui numa armadilha que aprisiona o pensamento e faz esquecer que os mitos nada mais são do que elaborações humanas, construídas há milhares de anos, para dar conta das questões que desassossejavam homens e mulheres na antiguidade. Abandonar essa narrativa acentua as cores que pincelam este fragmento e a produção de tonalidades

⁶ Negrito do próprio autor.

⁷ O que me preocupa não é o fato da versão mitológica do surgimento dos trabalhos de força, ser veiculada em livros que circulam em bibliotecas de cursos de formação de professores. O que me deixa perplexa é observar que essa narrativa mítica é única e compõem os conteúdos ensinados aos alunos em cursos de graduação em Educação Física, como observei em planejamentos curriculares de disciplinas que tratam da musculação.

mais vibrantes intensifica a necessidade de atentamente, apontar fragmentos, indícios ou idéias que talvez respondam de alguma maneira, a pergunta que mobiliza essa discussão. Todavia, não tenho a intenção de buscar pelo espetacular momento que originou a produção de corpos musculosos, ou mesmo trazer á tona, uma história que pretenda investir-se da verdade apresentada em estado bruto, intocada, primeira. “Não há retorno possível ao original”, destacam Silvana Goellner e Alex Fraga (2003, p. 60), e acrescentam...

O próprio ato de recuperar a origem traz consigo essa impossibilidade, pois essa busca se dá por meio de uma intensa disputa de significados que faz com que determinados cursos da história sejam estancados para que outros fluam; determinados valores se sobreponham e outros sejam marginalizados.

Abandonar a busca da origem não exclui a possibilidade de apontar alguns indícios, assumidos como provisórios, incompletos e interessados, na tentativa de entender as circunstâncias que produziram a emergência do músculo, sob condições particulares. O meu recorte temporal foi constituído em meio às leituras e reflexões promovidas pelos trabalhos de Georges Vigarello. Em um dos seus artigos, em que discute a emergência das qualidades físicas, em particular a velocidade, assinala que na “tradição mais antiga” aparecem as noções de força e destreza, e que no entanto, a velocidade, a respiração e mesmo os músculos sequer são mencionados. Todavia, aponta que no século XVI o surgimento da figura do cortesão⁸ em substituição a do cavaleiro, promove “a renovação das virtudes, a interrogação explícita sobre os comportamentos que distinguem os indivíduos, renovando as pesquisas e as palavras sobre aquilo que se refere ao corpo” (2003, p. 24). Força, agilidade, vigor e robustez compunham o repertório de aprendizagens masculinas sugeridas na época. Jacques Revel (2002) aponta que nesse período, surgem os tratados de civilidade. Esses manuais pedagógicos buscavam controlar e disciplinar as condutas de homens, mulheres e crianças, ensinando-lhes as boas maneiras do viver na sociedade. Elegiam comportamentos que poderiam ser mostrados, assim como, aqueles reservados ao espaço privado, constituindo o que o autor designou como “triunfo das aparências”. Nesse conjunto de regras e aprendizagens, o corpo tem que ser contido, embaralhando-

⁸ Vigarello encontra em três livros europeus escritos no século XVI, indicações de cortesia, civilidade e bons costumes, entremeados ás qualidades físicas.

se com gestos, maneiras, posturas e comportamentos ensinados nos tratados de civilidade.

A preocupação com o corpo ganha destaque somente quando a contenção exibida nos corpos é substituída por uma robustez previamente trabalhada, assinala Vigarello (1995), no seu clássico artigo intitulado *Panóplias Corretoras*. Texto em que apresenta uma breve e instigante discussão sobre os investimentos correccionais impostos ao corpo ao longo de quatro séculos. Concebido nos moldes de uma máquina e perscrutado por uma medicina ávida em apoderar-se dele, o corpo é alvo de diferentes aparelhos corretivos. A intensificação do uso de cruces de ferro, alavancas e espartilhos nos séculos XVII e metade do XVIII, produz uma passagem do efeito ortopédico ao pedagógico, pois “a pretensão não é mais apenas de responder a algum acidente articular ou ósseo, mas de pressionar pacientemente o que é percebido como deformação” (Vigarello, 1995, p.25). A centralidade da imobilidade corporal desse período é estudada por Carmen Soares e Alex Fraga (2003, p. 82), destacando que “corpos empertigados e eretos, ...deveriam ser modelados tal como bonecos de argila” e “quanto menos movimento, mais eficiente seria a correção das deformidades”. Aqui o espartilho se sobressai como o aparelho que molda e sustenta o corpo, tornando-se quase obrigatório a todos/as aqueles/as que queriam prevenir a deformação de seus corpos.

Vigarello (1995) destaca que o investimento no movimento corporal surge somente na segunda metade do século XVIII, avançando o século XIX. Isso acontece quando os ortopedistas passam a indicar movimentos musculares para as deformidades e desvios, impingindo à mobilidade corporal funções corretivas. Carmem Soares (2002) acredita que as condições que permitiram ao movimento ocupar lugar central nas preocupações sobre o corpo, resultaram das grandes transformações produzidas na sociedade, acionadas pela ciência e pela técnica em expansão; instâncias que aplicadas ao movimento, preconizavam a “utilidade dos gestos e a economia de energia” (p. 23). Essas transformações constituíram-se nas condições necessárias ao investimento no corpo. Produzindo o seu esquadrinhamento, a decomposição dos movimentos e a mensuração das forças. Procedimentos que inauguraram a noção do “treinamento físico metucioso que será simultaneamente completado e sistematizado pelas tarefas parceladas e mecanizadas” (Vigarello, 1995, p. 33). Conclusivamente, o que se espera dessa exercitação sistematizada é a segurança e a robustez da aparência.

Nesse sentido, as práticas corporais são convocadas a produzir o embelezamento dos corpos de homens e mulheres, colocando em cena um saber que busca produzir a verticalidade dos corpos, resultando também, no crescimento do volume corporal. Ombros mais estendidos acabam projetando o busto/peito para o alto e à frente, realçando as anatomias, destaca Vigarello (2006). Assim, exercícios localizados são indicados para “corrigir o porte da cabeça, o apoio das pernas, o desenvolvimento do torso” (p. 111). Na esteira dessas transformações, outros ingredientes emergem ainda no final do século XIX, permitindo que os contornos femininos se tornem cada vez mais visíveis. Espelhos renovam o olhar e a consciência de si, tecidos leves desenham o corpo, vestidos colantes revelam os contornos das pernas, emergem as curvas dos quadris e o corpo assume a sinuosidade de um “S”.

A convergência de diferentes saberes, associados às necessidades da sociedade industrial emergente, produziu profundas transformações nos corpos de homens e mulheres, criando as condições que possibilitaram a emergência do investimento na potencialização muscular. Desde então, esse investimento não cessou de ser produzido, aperfeiçoado e ampliado. Por fim, esses fragmentos narram uma história, uma versão possível sobre a emergência da potencialização muscular, deixando de lado as narrativas mitológicas, e apoiando-se em autores e autoras que se debruçam a vasculhar o passado, para que possamos melhor compreender o presente.

O espetáculo dos corpos potencializados

O crepúsculo do século XIX e a aurora do século XX constituem o período da espetacularização das carnes, sentencia Georges Vigarello (2006). Desafiando “conveniências e preconceitos”, os corpos nus emergem em espetáculos, revistas e jornais. “Os bailes do *Courrier Français* criam concursos plásticos, elegendo a mais bela perna, a mais bela nuca, os mais belos seios” (p. 124). Assim, o corpo passa a ser alvo de investimentos de diferentes ordens, mensurado detalhadamente e incentivado as práticas corporais e esportivas, em particular a ginástica. Resulta desses investimentos um novo perfil corporal, inspirado na visão energética e nas máquinas impulsionadas a fogo, projeta-se um corpo que privilegia o desenvolvimento torácico. Produzida pelo treinamento corporal, a modelagem desses corpos escapa aos contornos desejados, e encontra na exibição de ousadas demonstrações de força, mais um espaço de

espetacularização. Momento excepcional em que o músculo entra em cena e projeta a sedução dos holofotes no século XXI.

Admiração, estranhamento, desejo, rejeição, curiosidade são alguns dos sentimentos provocados pela potencialização dos corpos de homens e mulheres em diferentes recortes da história ocidental. As exposições dessas ousadas anatomias e suas façanhas, espargiram-se pela Europa e pela América do Norte, na passagem do século XIX ao século XX. Ian Todd (1991) comenta que por volta de 1900, havia mais de 2000 teatros espalhados pelos EUA e Canadá, onde se exibiam homens e mulheres. Somente em *New York* meio milhão de pessoas compravam ingressos para assistir aos espetáculos que cada semana. Montados como shows de variedades, buscavam distrair os/as espectadores/as com entretenimento, humor e fantasia. Em algumas cenas mulheres causavam espanto com suas audaciosas e destemidas manifestações de força muscular. A repercussão desses eventos e as impactantes demonstrações de vigor físico estampavam as páginas de publicações esportivas, garantindo notoriedade e reconhecimento aos/as seus protagonistas. As *strogwomen* ou “mulheres forçadas”⁹, conquistaram um espaço privilegiado na revista *Police Gazette*, onde eram publicados textos e fotografias sobre as suas proezas. Veículo que também alimentava disputas entre os promotores dessas demonstrações, conferindo títulos e troféus pela divulgação dessas práticas. Essas iniciativas multiplicavam o interesse das mulheres por essas façanhas e ao mesmo tempo, colaboravam na profissionalização das mulheres forçadas, promovendo a disseminação de ousadias femininas em diferentes países.

Os homens também tinham o seu espaço nessas apresentações públicas e um deles merece atenção especial, pois é figura constante nos espaços em que se fala de potencialização muscular, trata-se de *Eugene Sandow* (1867-1925). Conhecido em países europeus e nos Estados Unidos pelas suas demonstrações de força e pelo desenho da musculatura do seu corpo, Sandow era personagem principal em diferentes espetáculos, feiras, teatros, *music-halls*, etc. Inspirava-se na estatuária grega para fazer suas posições de demonstração de força e poses para fotografias e até hoje é lembrado por muitos fisiculturistas como o ícone inaugural da simetria e do volume muscular. Na galeria do “Sandow Museum”, destacam-se também: Louis Attila, Arthur Saxon, Hermann Goerner, Oscar Hilgenfeldt, Charles Atlas, Sigmund Klein, John Grimek, entre outros.

⁹ Expressão que tomo emprestada de Silvana Goellner, intitulando uma pesquisa desenvolvida junto ao GRECCO – Grupo de Estudos sobre Cultura e Corpo, 2003.

Vários homens são citados por suas diferentes proezas ao levantar inúmeros quilos, pessoas, animais, objetos, exibindo um corpo musculoso. Suas imagens são facilmente encontradas em livros, revistas e *sites*, jorram em profusão nas mais inusitadas e performáticas poses e expressões. Entretanto, há poucos registros biográficos ou fotográficos que possibilitem conhecer quem eram as mulheres que decidiam fazer demonstrações de força, como eram seus corpos; enfim, suas vidas? Finalmente, um artigo de Silvana Goellner e Alex Fraga (2004), tornou-se central para as minhas buscas, pois apontava que

Na passagem do século XIX para o XX, várias [mulheres] adquiriram notoriedade e reconhecimento público ao se apresentarem como “profissionais da força”. [Sandwina], Athelda, Minerva, Athleta, Gertrudes Leandros, Madame Montagna, Vulcana, Lilian Leitzel, Louise Armando, Mademoiselle Aini, Miss Herta, Madame Stark, Elvira Sansoni, entre outras (p. 78).

Com essas informações mergulhei na busca de detalhes biográficos que pudessem, mesmo que minimamente, sugerir quem foram essas audaciosas mulheres. Possivelmente, muitas delas não tiveram suas proezas registradas e talvez não sejam lembradas. De qualquer modo, aponto alguns indícios em torno das suas façanhas, produzidas a partir de um intenso investimento na potencialização muscular dos seus corpos, e por isso ganharam notoriedade, colocando em suspeição as representações hegemônicas de masculinidade, associadas ao músculo no decorrer dos tempos. Por fim, acredito que os escassos registros e a sua raridade em língua portuguesa, a importância da visibilidade dessas protagonistas dando-se a conhecer aos olhares dos/das outros/as, são argumentos suficientes para apoiar a apresentação de algumas proezas dessas mulheres.

Athleta participava de inúmeros espetáculos com demonstração de força, os quais consistiam em levantar e carregar diferentes objetos pesados. Costumava dançar com três homens sobre os ombros ou carregar quatro homens vestidos de soldados, suspensos em uma pesada barra apoiada em seus ombros. *Minerva* fraturava patas de cavalos com suas mãos, quebrava correntes de aço ao expandir seu peito; levantava com os braços estendidos à sua frente, um homem de 60 kg sentado em uma cadeira; entre outros feitos. *Sandwina* foi a mais notável de todas as mulheres forçadas. Lançava diferentes desafios aos espectadores, em um deles venceu Eugene Sandow, o maior

levantador de pesos da época, após essa gloriosa vitória assumiu o nome artístico de Sandwina. Até os 64 anos de vida, ainda quebrava patas de cavalos, dobrava barras de ferro com as mãos e levantava seu marido com uma das mãos. *Vulcana* foi a primeira mulher forçada a incluir no seu espetáculo um número que poucos homens faziam, consistia em suportar sobre o abdome uma pesada plataforma, levantando o corpo do chão ao curvá-lo em forma de ponte, o inusitado estava em manter dois cavalos e seus montadores sobre a plataforma, suspendendo-a por poucos segundos. Ao fazer as suas façanhas costumava empenhar-se na luta contra o uso do espartilho, acusando-o de ser um instrumento de tortura de muitas mulheres da época.

Esses foram apenas alguns pequenos fragmentos da vida de ousadas mulheres. Suas proezas, desafios e audácias estendem-se pelo século XIX e início do século XX. Todavia, é na passagem entre os próximos séculos que os contornos musculares entram, definitivamente, em cena. É quando a anatomia do detalhe é analisada e mensurada milimetricamente e os holofotes do espetáculo se deslocam dos corpos potencializados que realizavam diferentes proezas, para iluminar, exclusivamente, o volume, densidade e a simetria muscular desses corpos. Nesse instigante cenário, não é mais preciso criar diferentes formas para exibir a sua força, mas sim, posicionar-se estaticamente e produzir o intumescimento de alguns específicos músculos corporais. Com o passar do tempo essa prática esportiviza-se, e o que foi um dia chamado de modelagem, hoje responde sob a expressão denominada “fisculturismo”¹⁰.

O músculo sob os holofotes

O fisculturismo constituiu-se em um desdobramento das demonstrações e competições de força muscular, espaço em que germinou um olhar mais perscrutador lançado aos corpos em exibição. Essa observação detalhada dos contornos dos corpos que nelas se apresentavam, aliado a admiração que provocavam, convergiram no sentido de criar as condições necessárias para produzir o investimento no aumento do volume muscular e, não mais, exclusivamente, nas criativas e inusitadas formas usadas pelos homens e mulheres para demonstrar a sua arte (força). Arnold Schwarzenegger (2006) comenta que a apresentação de corpos cada vez mais belos, com desenhos

¹⁰ Fisculturismo não é uma expressão consensual, pois mesmo no Brasil pode-se encontrar o uso da palavra culturismo. Os países de língua espanhola têm utilizado o “fisioculturismo”. Enquanto que nos EUA usa-se bodybuilding. Para maiores esclarecimentos consultar o artigo de Jean-Jacques Courtine mencionado na bibliografia.

musculares equilibrados, proporcionais e extremamente definidos, gerou a possibilidade de comparar esses corpos. Homens como Sigmund Klein, Eugene Sandow e Bernarr Macfadden investiram em treinamentos específicos para potencializar seus corpos, tornando-se os próprios disseminadores dos seus métodos, publicando livros e também, abrindo suas próprias academias. Todavia, é na década de 1960 que o fisiculturismo masculino se espalha pelos EUA e Europa, já o feminino vai aparecer somente na década seguinte.

Anne Bolin (2001) aponta que a re-introdução do treinamento de resistência para mulheres atletas nos anos 1950, o movimento feminista dos anos 1960 e a explosão do *fitness* nos anos 1970, foram os aspectos que influenciaram o desenvolvimento do fisiculturismo feminino. Em 1975 foi realizada a primeira competição de mulheres. Aparentemente as regras de competição são similares às masculinas, entretanto, as representações culturalmente elaboradas em torno dessa prática, não o são.

“O fisiculturismo masculino é um esporte que reproduz e amplia as crenças Ocidentais sobre as diferenças entre homens e mulheres. Músculos significam masculinidade na cultura Ocidental, e eles atestam que aquelas diferenças são primariamente baseadas na biologia. O fisiculturismo feminino representa um programa cultural diferente. O fisiculturismo feminino está numa posição que faz justamente o oposto – desafia essas visões que colocam a biologia no centro das diferenças masculinas-femininas, e de fato reduzem essas diferenças biológicas. O corpo da mulher competidora, é uma declaração de rebelião contra essa visão, e contribui para alargar a redefinição de masculinidade e feminilidade corrente em sociedade” (Anne Bolim, 2001, p. 147).

Nesse sentido, acredito que além de alargar as representações de feminilidade e masculinidade, é imprescindível considerá-las em sua pluralidade. Outra questão incisiva apóia-se na desconstrução da visão hegemônica de feminilidade, produzida por esses audaciosos corpos que apontam para a multiplicidade de possibilidades de ser mulher, rompendo com a vinculação do músculo como um atributo exclusivo da masculinidade. As fisiculturistas desestabilizam essa idéia ao colocar o músculo em cena num corpo de mulher. E mais, participam de competições esportivas onde o volume, a simetria e a definição muscular são os critérios analisados. Uma rápida descrição dessas competições é apresentada por Adriana Estevão (2005) em sua tese, quando investiga a vivência de 3 mulheres brasileiras que se dedicam ao fisiculturismo.

Destaca que para potencializar os seus músculos ao máximo, essas mulheres investem em horas de intensos exercícios musculares, controlam rigorosamente a sua alimentação, ingerem complementos alimentares e, por vezes, esteróides anabolizantes¹¹.

Na passagem dos anos 1980 aos 1990, o fisiculturismo feminino continuou crescendo, transformando-se em alguns países num grande negócio. Entretanto, o debate em torno da potencialização muscular e da feminilidade continua acirrado até os dias atuais. As mulheres que competem nessa modalidade, acreditam que podem ser musculosas e manter a sua feminilidade. Bolim (2001), destaca duas falas de atletas, para provocar a questão: Lisa Lyon, ao vencer em 1979 a maior competição de fisiculturismo feminino declarou: “a mulher pode ser forte, musculosa e ao mesmo tempo feminina”; Kim Chizevsky venceu em 1998 o Ms Olympia e afirmou: “*as pessoas precisam começar a mudar as suas visões sobre as mulheres fisiculturistas. Nós somos mulheres musculosas, mas também temos uma beleza feminina*”. Discussão que está longe de ser consensual. Todavia, central para deslocar representações e colocar em suspeição visões desbotadas, lugares fixos que não respondem mais a pluralidade de identidades de onde homens e mulheres.

De qualquer modo, esses corpos volumosos põem em suspeição a feminilidade hegemônica e abrem espaços para as suas múltiplas expressões. Também rompem barreiras e ampliam a participação das mulheres no campo esportivo. Entretanto, assim como acontecia com as mulheres forçadas nos séculos passados, hoje também as fisiculturistas têm visibilidade em espaços extremamente restritos. Possivelmente, sejam as vitórias em importantes competições, os espaços mais propensos ao reconhecimento público. Nesse sentido, menciono algumas mulheres que foram protagonistas nesse esporte.

Lisa Lyon foi a primeira fisiculturista a obter notoriedade após vencer o primeiro *IFBB Women’s World Pro Bodybuilding Championships* em Los Angeles, no mês de junho de 1979. *Rachel McLish* foi referência nos anos 1980, seu apelo visual combinando olhares sensuais e insinuantes, a potencialização muscular e a sua personalidade, transformaram-se em modelo às demais atletas. *Cory Everson* venceu 6 vezes o Ms Olympia nos anos 80, incorporando uma combinação perfeita de simetria,

¹¹ Guimarães Neto (2005) diz que “normalmente” as mulheres que participam de competições de fisiculturismo usam esteróides anabólicos para aumentar a massa muscular. Assim, tanto homens como mulheres, esculpem os seus corpos com procedimentos e produtos semelhantes.

muscularidade e feminilidade. *Bev Francis* marcou época no início dos anos 1990, fazendo emergir diferentes posicionamentos sobre o seu corpo extremamente musculoso, incendiando um acalorado debate sobre o volume muscular e a feminilidade. *Lenda Murray* venceu o Ms. Olympia entre os anos de 1990 a 1995 e em 2002 e 2003, somando oito vitórias e tornando-se a maior fisiculturista de todos os tempos, recebendo notoriedade na mídia especializada e também, ilustrando reportagens em revistas de celebridades.

Por fim, embora muitas outras mulheres tenham participado dessas 3 décadas ou mais de competições, algumas foram se posicionando ou sendo posicionadas, como protagonistas dessas práticas. Apesar das mulheres continuarem a ampliar os limites da sua potencialização muscular, mantendo acesa a discussão em torno do músculo e da feminilidade, federações que controlam e regulamentam o esporte tem levantado barreiras para limitar esse investimento. É o caso da determinação da *International Federation of Body Building* que em 2004, solicitou que as atletas diminuíssem em 20% o seu volume muscular, justificando que razões estéticas e de saúde convocaram tal procedimento. Vale ressaltar que acirradas disputas em competições realizadas a partir dos anos 90, exigiram mulheres cada vez mais volumosas, pois os critérios para julgar os corpos das mulheres eram os mesmos usados nas competições masculinas. Essas normas de julgamento produziram “*uma aparência masculina sacrificando a feminilidade*”, e por fim, diminuindo a audiência pública, provocando a necessidade de elaborar limites para o crescimento muscular feminino. Assim, parece que essa acalorada discussão é constantemente alimentada no interior do fisiculturismo e não deixa de vazar para as outras instâncias sociais.

As mulheres têm ampliado os seus espaços de potencialização muscular. Se há alguns anos as salas de musculação era um espaço de exaltação da masculinidade, hoje isso já não acontece mais. Homens e mulheres estão dividindo o mesmo espaço e os aparelhos, trocando informações sobre programas de exercícios, técnicas de movimentos e dietas alimentares. As fronteiras entre a potencialização de corpos de homens e mulheres estão em constante ampliação, renovação e multiplicação, possibilitando que as representações sejam atravessadas pelas constantes transformações do mundo em que vivemos. Transformações, ousadas, proezas e desobediências que

fazem pulsar a vida em todas as épocas e lugares. Engana-se quem acredita que sejam prerrogativas do século XXI. Como vimos nos fragmentos históricos, muitas mulheres criaram as suas próprias façanhas, inventando diferentes possibilidades para expor a sua arte. Ousadas que ainda hoje são necessárias para conquistar espaços no campo esportivo. Protagonismos de ontem e de hoje que lutam pela visibilidade, pois desacomodam representações e abrem frestas para que outras histórias sejam narradas.

Referências

ANDERSON, C. The life of Eugen Sandow. Disponível em <<http://www.sandowmuseum.com>> Acesso em 06/10/2006.

BARTLETT, G. 20% less 100% better. In: *Musclemag International*, august, 2005.

BOLIM, A. Bodybuilding. In: *International encyclopedia of women and sports*. Christensen, K.; Guttmann, A.; Pfister, G. (Orgs.) Vol. 1, New York: Macmillan Reference USA, 2001.

CEVASCO, M. E. *Dez lições sobre os estudos culturais*. São Paulo: Boitempo, 2003.

CHAUÍ, M. *Convite à filosofia*. São Paulo: Ed. Ática, 1997.

DEL PRIORE, M. A história do corpo e a Nova História: uma autópsia. In: *Revista da USP*. São Paulo, nº 23, 1994.

ESTEVÃO, A. A política no corpo: mulheres fisiculturistas, corpos hiperbólicos. São Paulo: PUC, 2005. 280f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2005.

GARCIA, A. M. Os precursores de Sandow. In: *Jornal de musculação & fitness*. Ano 10, n. 57, março/abril de 2005.

_____. O surgimento da imprensa especializada: o espírito da “liga saúde e força”. In: *Jornal de musculação & fitness*. Ano XI, n. 62, março de 2006.

_____. Os divulgadores da cultura física: Liederman, Jowett, Charles Atlas. In: *Jornal de musculação & fitness*. Ano XI, n. 63, junho/julho, 2006.

GOELLNER, S. A produção cultural do corpo. In: *Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação*. Louro; Neckel e Goellner (Org^{as}). Petrópolis: Vozes, 2003.

GOELLNER, S.; FRAGA, A. A inominável Sandwina e as obreiras da vida: silêncios e incentivos na sobras inaugurais de Fernando de Azevedo. In: *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*. Campinas, v.25, nº 2, Jan, 2004.

_____. Antinoüs e Sandwina: encontros e desencontros na educação dos corpos brasileiros. In: *Movimento*. Porto Alegre, vol. 9, nº 3, set/dez 2003.

GUIMARÃES NETO, W. *Anabolismo total*. São Paulo: Phorte Editora, 2005.

Hall of fame. Disponível em <<http://www.ifbb.com/halloffame>> Acesso em 01/10/2006.

Iron Ladies at the edge of XIX and XX centuries. Disponível em: <http://www.fscclub.com.strength/steel-e.shtml>> Acesso em 06/10/2006.

JAEGER, A. A. Mulheres praticantes de body-building: notas preliminares. In: *Seminário Corpo, gênero e sexualidade*. Rio Grande: UFRGS/FURG, 2005.

MEYER, D. ; SOARES, R. Modos de ver e de se movimentar pelos “caminhos” da pesquisa pós-estruturalista em Educação: o que podemos aprender com – e a partir de – um filme. In: COSTA, M., BUJES, M. (org^{as}). *Caminhos investigativos III: riscos e possibilidades de pesquisar nas fronteiras*. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

PESAVENTO, S. *História & História Cultural*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

SCHWARZENEGGER, A. *Enciclopédia de fisiculturismo e musculação*. Porto Alegre: Artmed, 2001.

SOARES, C. Apresentação. In: *Revista Pro-posições*. Faculdade de Educação UNICAMP, v.14, nº 2 (41), maio/ago, 2003.

_____. *Imagens da educação no corpo: estudo a partir da ginástica francesa no século XIX*. Campinas: Autores Associados, 2002.

_____; FRAGA, A. Pedagogias dos corpos retos: das morfologias disformes às carnes humanas alinhadas. In: *Revista Pro-posições*. Faculdade de Educação UNICAMP, v.14, nº 2 (41), maio/ago, 2003.

TODD, J. *Entertainers or athletes? Professional strongwomen, vaudeville and the early-twentieth-century fascination with female strength*. Disponível em: <<http://www.aafra.org/SportLibrary/pdf>> Acesso em 28/08/2006.

_____. *Bernarr Macfadden: Reformer of feminine form*. Iron Game History, march 1991, p. 03 – 08. Disponível em <<http://www.aafra.org/SportLibrary/pdf>> Acesso em 26/06/2006.

_____; TODD, T. *A legacy of strength: the cultural phenomenon of the professional strongwoman*. North American Society for Sport History. Proceedings & Newsletter, 1987, p. 13-14. Disponível em http://www.aafra.org/serch/search_frmst.htm> Acesso em 25/03/2002.

REVEL, J. Os usos da civilidade. In: *História da vida privada: da Renascença ao Século da Luzes*. Philippe Áries e Roger Chartier (orgs.). São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

VIGARELLO, G. Panóplias corretoras: balizas para uma história. In: *Políticas do corpo*. Denise B. de Sant'anna (org.). São Paulo: Estação Liberdade: 1995.

_____. A história e os modelos do corpo. In: *Revista Pro-posições*. Faculdade de Educação UNICAMP, v.14, nº 2 (41), maio/ago, 2003.

_____. *História da beleza*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2006.

O CORPO NATURAL DE ISADORA DUNCAN
E O NATURAL NO CORPO EM EDUCAÇÃO SOMÁTICA:
apontamentos para uma história do “corpo natural” em dança

Mônica Dantas⁶²

Introdução

A dança, como arte radicalmente incarnada, estrutura-se e se manifesta nos corpos dos dançarinos: o corpo em movimento (e em ausência de movimento) é a condição para a realização da dança e é a matéria prima para a criação coreográfica. O movimento, matéria da dança, assim como qualquer matéria que se oferece a uma intenção criativa e formativa, já vem carregado de leis, usos, intenções e tradições. No caso da dança, o movimento não é uma entidade abstrata. Embora fugaz e transitório, o movimento existe no corpo dançante. E o corpo dançante está sujeito a possibilidades e restrições de ordem biológica, estética, social e cultural (DANTAS, 1999). Do mesmo modo, os processos de produção de obras coreográficas são carregados de historicidade e de tradições que referenciam o trabalho de dançarinos e coreógrafos.

Cada estilo de dança se constitui configurando seus modelos de corporeidade dançante. Para a dança artística de tradição ocidental, o corpo balético foi, até o início do século XX, o modelo hegemônico de corporeidade dançante: corpo imponderável, leve, diáfano, que se projeta verticalmente, incorporando e transmitindo valores oriundos da aristocracia européia. O balé remonta às cortes italianas e francesas, e no seu início a técnica da dança clássica estava em estreita relação com o gestual da corte, já altamente codificado. Tendo evoluído a partir do Renascimento e definindo-se de acordo com uma visão de mundo que procurava o conhecimento racional das coisas e dos homens, a técnica do balé foi desenvolvida em harmonia com os princípios cartesianos: separação entre corpo e mente, fragmentação do corpo humano em segmentos independentes, mecanização dos movimentos. As posições básicas do balé compreendem a rotação externa, num ângulo ideal de 180°, das coxas, pernas e pés (o famoso *en dehors*), que resultam numa postura e num equilíbrio corporal diferenciados do que é tido como “normal”⁶³. Do mesmo modo, o uso das sapatilhas de pontas pelas bailarinas provoca

⁶²Professora da Escola de Educação Física da UFRGS e Doutoranda em Estudos e Práticas Artísticas pela Université de Québec à Montréal, Canadá

⁶³ Normal entendido como o que é possível de ser executado pela maioria das pessoas no contexto da época.

mudanças radicais em relação a posturas e atitudes corporais cotidianas. Enfim, a maior parte do repertório gestual do balé é formado por saltos em projeção vertical ou horizontal, giros duplos ou triplos, movimentos de extensão de uma das pernas nas direções frontal, lateral e principalmente posterior, além de uma série de movimentos de deslizamento e giros executados em pontas pelas bailarinas. Em resumo, o bailarino e a bailarina clássicos são seres que configuram seus corpos, idealmente a partir da infância, de acordo com um projeto de corpo específico, que demanda harmonia, leveza, precisão, delicadeza, agilidade e uma incrível capacidade de disfarçar o esforço que a realização dos movimentos baléticos exige.

A partir do início do século XX começam a se delinear novas formas de dança que vão ganhando legitimidade como forma de expressão artística. Dançarinas como Isadora Duncan (1877-1927), Loïe Fuller (1862-1928) e Ruth Saint-Denis (1879-1969) são consideradas as precursoras da dança moderna, as mães da modernidade em dança. Como sublinha Launay (1996), um dos principais desafios da dança moderna foi o de engendrar corporeidades dançantes capazes de revelar a vida moderna. Louppe (1997) destaca que a modernidade em dança se refere não somente ao desenvolvimento de uma proposição estética, mas sim à criação de corpos dançantes, aliado ao desenvolvimento de novas práticas, de novas teorias e de novas linguagens motoras. O corpo natural como uma referência para a elaboração de novas formas coreográficas é um dos aspectos presentes no trabalho de alguns dançarinos e coreógrafos modernos, como Isadora Duncan. Essa busca do corpo natural ressurgiu em algumas obras coreográficas e em certas abordagens pedagógicas no final do século XX, influenciadas, entre outros fatores, pela consolidação da educação somática no âmbito do ensino da dança. Dessa forma, proponho uma reflexão sobre a construção do corpo natural na dança artística de tradição ocidental, em dois momentos específicos: o início e o final do século XX, circunscritos por um olhar sobre a obra e a vida de Isadora Duncan (início do século XX) e por uma abordagem da educação somática como prática pedagógica em dança (fim do século XX).

O corpo natural em Isadora Duncan

Neste percurso da obra e da vida de Isadora Duncan, é fundamental tentar compreender como ela pensou e construiu sua dança, através do seu corpo e de seus

movimentos e compreender, assim, como ela concebeu e engendrou seu “corpo natural”.

A dança de Isadora nasce nos Estados Unidos, pouco influenciada pela formação acadêmica, num lugar, numa cultura, num corpo pouco ou nada marcado pela tradição do balé. Sem a necessidade de romper com nenhuma tradição coreográfica, tratava-se, para Isadora Duncan, de inventar uma nova dança. Assim, ele funda as bases da modernidade em dança, através da invenção de uma linguagem gestual, da adequação do movimento a um projeto artístico e da libertação de códigos convencionais que emprisionam o corpo, não somente nas formas de danças existentes, mas também na sociedade em geral.

Na segunda metade do século XIX, surge e se intensifica o movimento feminista nos Estados Unidos, opondo-se ao puritanismo americano e reagindo, notadamente, contra o uso do espartilho e dos acessórios que compunham a indumentária feminina: a liberação do corpo e de sua expressão é uma reivindicação comum ao movimento feminista e a esta nova dança que está surgindo.

Vemos também uma tendência, nos Estados Unidos e na Europa, a valorizar determinadas manifestações corporais como os métodos ginásticos, indicados principalmente para as mulheres. Na Europa, temos a ginástica rítmica ou euritmia, desenvolvida por Jacques-Dalcroze⁶⁴ e, nos Estados Unidos, a Ginástica Harmônica, método ginástico criado a partir dos princípios do método Delsarte. Alunos de François Delsarte⁶⁵ trabalham nos Estados Unidos e divulgam os princípios do seu método, através da “Ginástica Harmônica”, praticada principalmente por moças que pertencem a famílias de tendências liberais. Quando Isadora começa a dançar, havia em alguns setores da sociedade norte-americana uma atmosfera mais favorável em relação ao corpo e, principalmente, um entendimento de que o movimento praticado em ambiente natural favorecia a saúde física e mental.

Quais seriam os indicadores mais óbvios do “corpo natural” em Isadora Duncan? Pés descalços, roupas soltas e livres de espartilhos... As descrições das suas danças nos fazem ver movimentos desprovidos de virtuosismo, como caminhadas, suas famosas

⁶⁴ Émile Jacques Dalcroze (1865-1950), músico e pedagogo suíço, criou a euritmia, um método de ensino baseado na percepção corporal da música.

⁶⁵ François Delsarte (1811-1871), francês, estudou a relação entre a voz, o movimento, a expressão e a emoção do ser humano, estabelecendo o tronco como origem da emoção.

corridas, gestos esvoaçantes de braços e cabeça. Os registros que existem de seus movimentos – principalmente fotografias e desenhos – sugerem fluidez, continuidade, organicidade. Tais adjetivos podem ser relacionados a uma certa noção de natural, compreendendo natural como o que não é planejado ou calculado, algo sem artifícios, desafetado e espontâneo. Nos seus escritos, Isadora Duncan também enfatiza essa relação entre dança, corpo e natureza. Na primeira página de sua biografia, ela escreve: “A minha primeira idéia do movimento da dança veio-me certamente do ritmo das águas” (DUNCAN, 1989, p. 3). Vemos, em Isadora, um modelo de natureza que se refere à ausência de ruptura rítmica, à harmonia dos movimentos ondulatórios: “[...] toda a energia se expressa através desse movimento ondulatório, pois o som não viaja em ondas, e a luz também? E quando chega aos movimentos da natureza orgânica, parece que todos os movimentos livres e naturais se conformam à lei do movimento em onda” (DUNCAN, 1996, p. 41). O corpo dançante de Isadora é natural porque respeita a anatomia humana, principalmente as formas femininas e se constrói em contraponto ao corpo balético, que segundo ela é um corpo artificial, deformado, reduzido a padrões geométricos de movimento, onde o fluxo do movimento é interrompido pela rigidez dos gestos.

Às vezes as pessoas me acusam de não ter gênio nem talento, nem sentimentos profundos, mas tenho uma vontade própria, e minha vontade é libertar a arte da dança das distorções inaturais que são produto do balé moderno, e devolver-lhe os movimentos naturais. Vemos em animais, plantas, ondas e ventos a beleza desses movimentos. Todas as coisas da natureza têm formas de movimento correspondentes ao seu ser mais íntimo. O homem primitivo ainda tem esses movimentos, e começando desse ponto temos de tentar criar belos movimentos significativos da cultura humana – movimentos que sem rejeitar as leis da gravidade, se ponham em harmonia com o movimento do universo (DUNCAN, 1996, p. 29).

Isadora acreditava que a sua dança era um dom e era algo inato, que melhor se desenvolveria sem intervenções externas: “Minha arte já estava em mim quando eu era pequena” (DUNCAN, 1989, p. 14). Ela acreditava que o corpo, através da dança, poderia manifestar uma naturalidade original e originária. O problema seriam as pressões e padrões sociais, que deformariam o corpo e impediriam a livre manifestação de sua arte. Nas suas palavras,

Minha mãe confiou-me a um famoso bailarino de São Francisco, porém suas lições não me agradaram. Quando o professor disse que eu devia manter-me sobre as pontas dos pés, quis saber porque assim me aconselhava. “É porque é mais bonito”, observou-me ele. Ao que logo lhe repliquei, que não era só feio, como até ia de encontro aos preceitos da natureza. E passada a terceira lição, não prossegui no seu curso. Uma ginástica rígida e vulgar perturbava o meu ideal de uma dança totalmente diferente (DUNCAN, 1989, p. 14).

A crença de que Isadora Duncan não desenvolveu técnica alguma é, em grande parte, injusta: ela refletiu intensamente sobre sua arte, estudou o movimento, e a espontaneidade que dela emanava não deve ser confundida com ausência de trabalho. Trabalho físico, mas também trabalho intelectual. Isadora dedicou-se à leitura de tratados e escritos sobre a dança, mas afirmava que seus únicos professores de dança tinham sido Jean-Jacques Rousseau, Walt Whitman e Nietzsche. Segundo a própria Isadora, ela desejava criar uma dança que fosse a expressão divina do espírito humano pelos movimentos do corpo.

Por longos dias e noites inteiras fiquei metida no atelier, a procurar uma dança que fosse, pelos movimentos do corpo, a expressão divina do espírito humano. Durante horas permanecia de pé, imóvel, com as mãos cruzadas sobre os seios à altura do plexo solar. Mas eu procurava e acabei por descobrir a mola central de qualquer gesto, o centro da energia motora, o núcleo de que nascem os mais díspares movimentos, o espelho fantasmagórico no qual me apareceu a dança recém criada. Foi nesta descoberta que se originou a teoria em que apoiei a minha escola. A Escola do Bailado ensinava aos alunos que aquela mola ficava situada no centro do dorso, na base da coluna vertebral. É deste eixo, diziam os mestres de bailado, que partem os movimentos livres dos braços, das pernas, do tronco, dando ao conjunto a impressão de um boneco articulado. Mas esse método produz um movimento mecânico, artificial, indigno da alma. Ao contrário, eu procurava a fonte da expressão espiritual, de onde se irradia pelos canais do corpo – então inundados de luz vibrante – a força centrífuga e refletora da visão do espírito (DUNCAN, 1989, p. 60).

Neste trecho, podemos perceber sua preocupação em descobrir de onde surge o movimento dançado que pode vir ser “a expressão da alma”. Como ela mesma relata, o centro de irradiação do movimento deve se encontrar onde as emoções são experimentadas fisicamente com o máximo de intensidade: nas vizinhanças do plexo solar. Assim, para Isadora, a linguagem de sua dança passa pela primazia do corpo

como um canal de energias telúricas e de vibrações musicais. Explicando a Stanislavski⁶⁶ o princípio da sua arte, Duncan enfatiza a importância da fase preparatória, antes de entrar em cena, quando ela deve acionar, na sua alma, algo como um motor psíquico que a faz se movimentar. Do mesmo modo, podemos perceber que este centro congrega não somente os movimentos do corpo, mas também as vibrações musicais: ele é um foco irradiador de movimento e um condensador das vibrações musicais.

Depois de muitos meses, quando já aprendera a concentrar toda a minha atenção sobre esse centro único, percebi que ao ouvir qualquer música, os raios e as vibrações dessa mesma música se dirigiam em ondas para aquela única fonte de luz que estava em mim e onde se refletiam numa visão espiritual. Esta fonte não era o espelho do espírito, mas o espelho da alma, e era, segundo a visão que ela refletia, que eu podia exprimir, sob a forma de dança, as vibrações musicais (DUNCAN, 1989, p. 60).

Isto nos remete a mais um indicador da dança de Isadora Duncan: a relação com a música. Vários críticos e comentaristas da sua época destacam sua interpretação de peças de Chopin, Bach, Beethoven e sua notável participação na ópera *Tannhäuser* de Wagner, dançando a Bacanal. Como salienta Norman (1993), a dança de Isadora Duncan é muito pouco improvisada, pois seus movimentos são o resultado de uma escuta íntima da música. Eles são ditados por sensações que ela experimenta mergulhando no ambiente sonoro, e é daí que surge sua facilidade espantosa de reproduzir com precisão seqüências aparentemente livres. Isadora se embriaga da obra wagneriana, assistindo durante horas os ensaios, a fim de poder dançar a Bacanal de *Tannhäuser*. Seriam espécies de esquemas psicomotores que ela grava com seu corpo sobre fundo musical.

O corpo natural de Isadora Duncan é um corpo construído segundo uma determinada concepção de natureza, apontando para uma visão utópica de sociedade, pois Isadora queria inspirar os dançarinos e dançarinas do futuro, aqueles cujos corpos seriam veículos de energias sobre humanas. Duncan incarna a Marselhesa, a Mãe, a Revolucionária Russa. Ele queria ser intérprete não somente do corpo universal do indivíduo, mas também do corpo-massa das Bacantes. Que paralelo podemos fazer entre a educação somática e o corpo natural de Isadora Duncan? Como acabamos de

⁶⁶Constantin Stanislavski (1863-1938), encenador e teórico russo, desenvolveu o Método das Ações Físicas.

ver, em Isadora a dança é um veículo de libertação do corpo e de expressão da alma. Em Isadora, o indivíduo descobre a sua dança, que deve estar em harmonia com os preceitos da natureza. A aplicação da Educação Somática em dança pode ser lida como uma possibilidade de escuta do corpo e como uma tentativa de devolver ao dançarino um pouco de autoridade e poder sobre o seu corpo.

O natural no corpo em educação somática

A palavra soma em grego significa “corpo vivo”. Em 1976 Thomas Hanna, nos Estados Unidos, começa a publicar a Revista Somatics, onde escreve um artigo explicando que a educação somática é um campo de estudos que aborda o corpo a partir de uma perspectiva pessoal. Como explica Hanna (1986), o corpo é observado de um ponto de vista da primeira pessoa e não um de ponto de vista da terceira pessoa. Ou ainda, um olhar subjetivo e não um olhar objetivo ou objetivante sobre o corpo. Nesse sentido, o que muda não é o corpo, mas o modo de perceber o corpo: para a educação somática, não se trata de um corpo observado externamente, ela centra sua ação no corpo vivido e o que importa é a experiência do corpo, acessível pelo próprio corpo. Assim, Thomas Hanna lançou as bases para uma compreensão da educação somática, que até então era também conhecida como body work, terapias corporais, mind-body practices, como um campo de estudos que se constitui a partir da reunião de diferentes práticas de aprendizagem, de educação e de consciência pelo movimento, tais como os métodos desenvolvidos por Matias Alexander, Moshe Feldenkrais, Irmgard Bartenieff, entre outros.

De um modo geral, os métodos de educação somática desenvolvem um trabalho de refinamento da sensação e da percepção do movimento com o objetivo de aperfeiçoar a consciência do corpo. Mathias Alexander (1869-1955) criou um método que visava à transformação de hábitos estereotipados. Baseado no princípio de que existe uma relação de interdependência entre a cabeça, o pescoço e as costas, a técnica de Alexander propõe atividades simples como sentar-se, levantar-se e caminhar, através das quais pode-se perceber e reconhecer as reações físicas e mentais que interferem no eixo cabeça-pescoço-costas e que impedem a fluidez dos movimentos corporais (ALEXANDER, 1987). O método Fedenkrais, criado por Moshe Feldenkrais (1904-1984), propõe uma ampliação do repertório de possibilidades de ação, graças à exploração de combinações de movimento inabituais e inesperadas. Considerando que

o movimento é o melhor indicativo do funcionamento do sistema nervoso, Feldenkrais (1977) visa com o seu método uma melhor integração dos planos sensorial, emotivo e intelectual, quando da execução de diferentes ações. Irmgard Bartenieff (1900-1981) foi discípula de Rudolf von Laban e o método por ela criado – Bartenieff Fundamentals – continua e aprofunda alguns aspectos do trabalho desenvolvido por Laban. Baseado no princípio de que o movimento é um processo contínuo de transformação, de modulação e de variação, este método favorece a atividade naturalmente seqüencial dos grupos musculares envolvidos na realização de um gesto, visando aperfeiçoar as relações do corpo com o espaço, as formas e as emoções. Assim, esta técnica enfatiza a interação entre a função e a expressão.

A maior parte desses métodos foram desenvolvidos por seus criadores ainda na primeira metade do século XX, com o objetivo de restabelecer sua própria saúde. No entanto, a educação somática tem, antes de tudo, fins pedagógicos, pois ela se baseia em processos de aprendizagem sensório-motores, no desenvolvimento do potencial cinestésico e na descoberta de melhores opções estratégicas de movimento, ou seja, na descoberta de outras maneiras de perceber, de se mover e de experimentar o movimento. A partir do final dos anos 1980 e principalmente durante a década de 90, os diferentes métodos de educação somática integram-se à formação de dançarinos. Atualmente, grande parte das instituições voltadas ao ensino da dança inclui em seus currículos a educação somática. É o caso da maior parte dos cursos universitários em dança, mas também de instituições como o Conservatório Nacional Superior de Dança de Paris. Do mesmo modo, bailarinos que realizam sua formação em instâncias não formais, de maneira independente, também se servem da educação somática como um ingrediente da sua formação. De acordo com Fortin (1996), a integração da educação somática ao ensino da dança possibilita uma melhoria nos aspectos técnicos, o desenvolvimento das capacidades expressivas e a prevenção e cura de lesões.

É também importante considerar que diferentes tendências em dança contemporânea como a Improvisação por contato, a obra da coreógrafa Trisha Brown e muito do que se produz no contexto da chamada nova dança utilizam diferentes práticas somáticas como preparação corporal e mesmo como método de investigação para a criação coreográfica. Na verdade, estas formas de dança surgem nos anos 1960 nos Estados Unidos, embebidas nos movimentos contestatórios e numa nova forma de compreensão do corpo como o lugar em que tudo acontece – a repressão, mas também o desregramento; a inspiração e a matéria para a criação. Por exemplo, a Improvisação

por contato (*contact improvisation*), criada por Steve Paxton, é uma técnica corporal que pode ser praticada como performance, onde corpos em contato distribuem seu peso mutuamente (NOVACK, 1990). Do mesmo modo, Trisha Brown é uma principais coreógrafas e bailarinas desta geração, tendo criado uma obra coreográfica baseada na experimentação radical da ação da gravidade sobre o corpo em movimento.

Podemos ver certas abordagens da educação somática como um retorno à “natureza do corpo”. A noção de gestos fundamentais, a busca de um alinhamento corporal “neutro”, a utilização de parâmetros anátomo-funcionais para uma reorganização do corpo em movimento são alguns aspectos a indicar uma possibilidade de recurso à natureza do corpo como base para a construção de corpos dançantes.

A noção de gestos fundamentais se desenvolve principalmente na abordagem do método Bartenieff (1980), que sistematizou o estudo dos gestos fundamentais em seis exercícios básicos, chamados de fundamentos corporais. Segundo Fortin (1996), os gestos fundamentais são seqüências motoras básicas que servem como uma espécie de pré-requisito sobre os quais pode-se imprimir as aprendizagens motoras mais complexas. Eles fariam parte do desenvolvimento normal de qualquer ser humano. Tomando como exemplo os gestos fundamentais de empurrar e puxar: eles dependem tanto da coordenação harmoniosa entre as diferentes cadeias musculares quanto da capacidade que teria uma pessoa de estabelecer relações bidimensionais. Desde a sua infância, o indivíduo estabelece relações em seu meio se aproximando, se afastando, indo em direção a algo, recebendo e acolhendo algo, e assim constrói sua autonomia física e afetiva. A aprendizagem de modelos gestuais precisos se daria em acordo com a edificação e ou reeducação dos gestos fundamentais. Retornar aos gestos fundamentais seria uma forma de reconhecer um certo padrão natural na maneira de realizar os movimentos. Poder fazer uso destes padrões de movimento como base para a elaboração de movimentos dançados revelaria a possibilidade de existência de uma dança mais em acordo com a “natureza” do corpo.

Outro princípio que remete a essa abordagem é a procura de um alinhamento corporal que respeite as estruturas e funções musculoesqueléticas e que conduza a padrões posturais de maior “neutralidade”. O alinhamento corporal em dança está relacionado à organização de uma postura básica específica a cada estilo ou forma de dança. O modelo de alinhamento na dança artística de tradição ocidental – em particular o balé e os diferentes estilos de dança moderna – está ainda muito relacionado ao modelo de corpo balético e aos padrões de boa postura inspirados em

modelos biomecânicos clássicos: o alinhamento ideal é o reflexo de um eixo vertical que atravessa o corpo, de maneira que as três unidades axiais do esqueleto (cabeça, caixa torácica e pélvis) estejam igualmente balanceadas ao redor deste eixo; a coluna vertebral encontra-se alongada em conformidade ao eixo vertical, com conseqüente atenuação das suas curvaturas. (BATSON, 1996; RASCH E BURKE, 1987). O alinhamento reflete uma representação visual, que projeta idealmente a organização das partes do corpo centradas em torno da linha imaginária da gravidade, seguindo as noções de simetria e proporção.

A educação somática propõe que o alinhamento corporal para a dança não se elabore somente em função de modelos externos como o do corpo balético, mas que ele se baseie também na criação de referências individuais sobre a postura. Assim, se propõe trabalhar sobre o refinamento sensorial: poder perceber como o corpo se organiza, perceber os pontos de tensão, de equilíbrio e de desequilíbrio, pode contribuir para transformar padrões posturais habituais (FITT, 1988). A busca destes novos padrões posturais se distanciaria do modelo balético e dos modelos de expressividade veiculados pela dança moderna e possibilitaria ao dançarino um alinhamento corporal mais próximo de uma “neutralidade” estilística, porque em consonância à sua arquitetura corporal.

Na busca de alternativas ao alinhamento corporal clássico, que se baseia em um modelo estático, a educação somática sugere a elaboração de padrões de referências dinâmicos – uma compreensão de que o alinhamento e a postura estão em constante adaptação aos movimentos e gestos realizados e por realizar. Senão, vejamos: o fato de estar de pé pressupõe uma atitude em relação ao peso e à gravidade e uma determinada atividade muscular, mesmo que não se esteja realizando nenhum movimento aparente. A menor movimentação do corpo provoca um reajuste na ação dos músculos antigravitacionais. Provoca, na verdade, uma reação em toda estrutura. Desse modo, todo e qualquer movimento é antecipado por um tipo de ajuste, específico para esse movimento, que tende a preservar a postura. Indo mais além, alguns autores, como Hubert Godard (1995), denominam este fenômeno de pré-movimento, entendendo-o também como pano de fundo, como contexto onde o movimento é executado. Neste sentido, a mesma cadeia que registra e reage ao movimento registra e reage a tensões psíquicas, a estados afetivos e emocionais, a sensações. Assim, a cultura, a história de um bailarino, sua maneira de sentir determinada situação, de experimentá-la e de interpretá-la vai induzir uma “musicalidade postural” que

acompanhará os gestos intencionalmente executados. A educação somática, ao enfatizar o trabalho sobre a percepção e a propriocepção possibilita aumentar a consciência sobre o alinhamento e as posturas básicas, de maneira que o dançarino possa interferir e negociar com exigências das técnicas e modelos em dança e suas próprias necessidades. Dessa forma, como destaca Fortin (1996), a educação somática opera no sentido de uma reorganização global da experiência e favorece um tipo de trabalho que se inscreve na procura da neutralidade corporal e da polivalência motora.

Considerações finais

A integração da educação somática à aprendizagem da dança pode ser examinada de diferentes ângulos. Ela pode ser mais um instrumento ou estratégia utilizada por professores e dançarinos para uma melhoria do desempenho técnico e para a prevenção de lesões. Nesse sentido, ela pode ser vista como uma ferramenta importante para a integração das diferentes práticas que fazem parte da formação do dançarino contemporâneo, contribuindo, talvez, para a consolidação de modelos de corpos dançantes herdeiros da tradição clássica. Pois como lembra Martin (2006), mesmo que novas formas de dança tenham-se firmado no cenário da dança artística contemporânea, o modelo hegemônico de corpo dançante nos dias de hoje ainda corresponde ao corpo magro e musculoso, alongado e projetado verticalmente, o corpo glorioso e sem falhas da dança clássica.

No entanto, a educação somática pode também favorecer a emergência de novas corporeidades dançantes, seja pela primazia dada à sensação – uma escuta íntima do seu corpo que se estende a uma escuta íntima do corpo do outro, como na Improvisação por contato; seja pela integração imagética e simbólica de vísceras, órgãos, fluidos e tecidos à concepção de corpo dançante, até então bastante limitada aos sistemas ósseo e muscular ou seja pela proposição de um retorno ao corpo orgânico, resultado de um processo de evolução filogenética, sujeito a leis físico-químicas e visto como um território a ser revisitado pela dança. Certamente, esse retorno à natureza do corpo não pode desconsiderar a inextrincável relação entre o corpo como construção social e entidade biológica. Como sublinha Merleau-Ponty (1971, p. 200),

É impossível superpor no homem uma camada primeira de comportamentos que se chamaria “naturais” e um mundo cultural ou espiritual fabricado. Tudo é fabricado e tudo é

natural no homem, como se quer dizer, no sentido de que não há uma palavra, nenhuma conduta que não deva alguma coisa ao ser simplesmente biológico e que ao mesmo tempo não se esquivem à simplicidade da vida animal, não afaste de seu sentido as condutas vitais, por uma espécie de escape e por um gênio do equívoco que poderia servir para definir o homem. [...] Os comportamentos criam significações que são transcendentais com relação ao dispositivo anatômico, e entretanto imanentes ao comportamento como tal, pois ele se ensina e se compreende.

Desde Isadora Duncan, o retorno à natureza do corpo evidencia uma tentativa de se contrapor ao modelo hegemônico do corpo balético, mas evidencia também uma busca de superação de um corpo perdido em séculos de pensamento dualista e um desejo de instauração do corpo como um espaço de liberdade. Neste sentido, vale a pena reler Nietzsche (2005, p. 31), que tanto inspirou Isadora Duncan:

Cantando e dançando se externa o homem como membro de uma comunidade elevada. Ele esqueceu o andar e o falar e está em caminho de, dançando, elevar-se nos ares. Seus movimentos manifestam encantamento. Assim como agora falam os animais e a terra produz leite e mel, também dele soa algo sublime. Ele se sente um deus, vagueia ele mesmo agora tão extasiado e excelso como, em seus sonhos, via vagar os deuses. O homem não é mais artista, é obra-de-arte; a potência artística da natureza inteira, para a máxima satisfação do Uno Primitivo, aqui se externa sob os estremecimentos da embriaguez. (p. 31)

Referências

- ALEXANDER, M. *The potent self*. Londres: Gollancz, 1987.
- BARTENIEFF, I. e LEWIS, D. *Body movement: coping with the environment*. New York: Gordon and Breach, 1980.
- BATSON, G. *Body Alignment: From a Mechanical Model to a Somatic Learning one*. *Conference Proceeding Congress on Research in Dance*. 1996, p. 13-30.
- DANTAS, M. *Dança, o enigma do movimento*. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1999.
- DUNCAN, I. *Minha vida*. Rio de Janeiro : José Olímpio, 1989.
- DUNCAN, I. *Isadora, fragmentos auto-biográficos*. Porto Alegre : L&PM, 1996, p. 29.
- FELDENKRAIS, M. *Consciência pelo movimento*. São Paulo: Summus, 1977.

- FITT, S. *Dance Kinesiology*. Nova Iorque: Schirmer Books, 1988.
- FORTIN, S. *L'éducation somatique : nouvel ingrédient de la formation pratique en danse*. Nouvelles de danse, *Bruxela*, n.28, p. 15-30, 1996.
- GODARD, H. Le geste et sa perception. In Marcelle, M. et I. Ginot (Orgs.) *La Danse au 20^{ème} siècle*. Paris : Bordas, 1995, p. 224-229.
- HANNA, T. What is Somatics? *Somatics*, v. 5, n.4, p. 4-9, 1986.
- LAUNAY, I. *À la recherche de la danse moderne*. Paris : Chiron, 1996.
- LOUPPE, L. *Poétique de la danse contemporaine*. Bruxelles: Contredanse, 1997.
- MARTIN, A. *Un urgent besoin d'être*. Cahiers de théâtre jeu, n. 119, p. 69-75.
- MERLEAU-PONTY, M. *Fenomenologia da percepção*. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1971.
- NIETZSCHE, F. *A origem da tragédia proveniente do espírito da música*. São Paulo: Madras, 2005.
- NOVACK, C. *Sharing the dance: contact improvisation and american culture*. Madison : The University of Wisconsin Press, 1990.
- NORMAN, S. J. *Le corps qui se conte: quelques recherches d'une ontologie corporelle au 20^{ème} siècle*. In BRUNI, C. (Org.). *Une autre scène pour la danse*. Paris: Germs, 1993, p. 193-202.
- RASCH, P. J. e BURK, R. K. *Cinesiologia e Anatomia Aplicada*. Rio de Janeiro, 1987.

MULHERES, MEMÓRIAS E HISTÓRIAS:
REFLEXÕES SOBRE O FAZER HISTORIOGRÁFICO

Silvana Vilodre Goellner⁶⁷

E nem escrever, não, não acho mais que seja trabalho. Durante muito tempo achei que era. Agora não acho mais. Acho que é um não-trabalho. É atingir o não trabalho. O texto, o equilíbrio do texto, é um espaço em si que é preciso reencontrar. Aqui não posso mais falar de uma economia, de uma forma, não, e sim de uma relação de forças. Não posso dizer mais que isso. É preciso chegar a dominar o que ocorre de repente. Lutar contra uma força que some e que somos obrigados a capturar sob pena de que ela se ultrapasse e se perca. Sob pena de aniquilar sua coerência desordenada e insubstituível. Não trabalhar é abrir esse vazio para deixar que venha o imprevisível, a evidência. Abandonar, depois retomar, voltar atrás, ficar inconsolável tanto por ter deixado quanto por ter abandonado. Desobstruir de si. E depois, às vezes, sim, escrever. Todos andamos atrás desses instantes em que nos retiramos de nós mesmos, desse anonimato para nós mesmos que trazemos em nós. Não sabemos, não temos noção de tudo aquilo que fazemos.

Escrever, antes de mais nada, é um testemunho dessa ignorância, daquilo que é possível acontecer enquanto estamos ali, sentados à chamada mesa de trabalho, daquilo que engendra aquele fato material, de estarmos sentados diante de uma mesa com as coisas necessárias para formar as letras sobre a página ainda intocada (DURAS, 1988, p.24).

Ao pensar na escrita deste texto, cuja proposta primeira é refletir sobre algumas questões teóricas e metodológicas que envolvem a pesquisa sobre histórias das mulheres, veio à minha memória esse texto de Marguerite Duras. Longe da pretensão de me inspirar na sua genialidade e na beleza de sua escrita, recorro ao texto pelo que dele em mim reverbera nesse momento em que estou debruçada sobre a mesa de trabalho na espera do imprevisível e da evidência.

⁶⁷ Professora do Programa de Pós-Graduação em Ciências do Movimento Humano/ESEF/UFRGS, Coordenadora do Centro de Memória do Esporte e da Rede CEDES. Coordenadora do GRECCO (Grupo de estudos sobre Cultura e Corpo)

⁶⁸ Uma tradução do texto foi publicada pela Revista Educação & Realidade no ano de 1990 a partir de uma versão francesa. Em 1995, o mesmo periódico veicula nova versão traduzida do texto original em inglês.

Momentos de solidão, às vezes partilhada, onde me abandono e me reencontro e onde pulsam, com intensidade, prazer, paciência, ousadia e receio.

Há algum tempo tenho escrito sobre mulheres, seus corpos, suas histórias. Se hoje me identifico com essa temática é porque ela tem uma história que é pessoal e é política. Uma história que vem se construindo e se transformando onde, ao mesmo tempo em que testemunha uma vivência individual, produz elementos teóricos que ultrapassam os limites de minha subjetividade, mesmo que eu identifique que o texto que ora escrevo seja também eu.

O fazer historiográfico e nele as mulheres e suas múltiplas histórias

A adoção de Clio como a “Musa da História” percorre diferentes temporalidades e espacialidades. A imagem mítica da deusa que traz nas mãos o estilete que escreve e a trombeta que anuncia, há muito vem construindo representações acerca do fazer historiográfico assinalando ser a necessidade de fazer lembrar uma preocupação humana.

Fazer lembrar, mas também fazer esquecer, na medida em que, ao contar sobre um tempo que já não é mais, a História tanto pode “celebrar” o que deve ser lembrado quanto “invisibilizar” o que deve ser esquecido. A mão que busca em Clio a inspiração para escrever História é e será sempre uma mão encarnada, isto é, a narrativa a ser escrita/digitada no papel é resultante de um entrelaçamento de objetividades e subjetividades, de percepções, de olhares, de possibilidades de análises e estas são sempre datadas. Em última instância, a História é, ela própria, historicamente datada, está ancorada no tempo e tem narrado o mundo de acordo com interesses, pessoais, políticos, sociais, econômicos, culturais, étnicos, etc, evidenciando, sobretudo, a impossibilidade de descrever o real como ele é. “Toda a pesquisa historiográfica se articula com um lugar de produção sócio-econômico, político e cultural e está submetido a imposições, ligada a privilégios, enraizada em uma particularidade” (CERTEAU, 1982, p. 66). Em outras palavras: a História é um dos muitos discursos que existem acerca do mundo, do real e da humanidade tendo sua territorialidade atrelada ao que já aconteceu, ao passado.

Ainda que sejam palavras próximas, vale ressaltar, que História e passado

são coisas absolutamente diferentes visto que

o passado e a história não estão unidos um ao outro de tal maneira que se possa ter apenas uma leitura histórica do passado. O passado e a história existem livres um do outro; estão muito distantes entre si no tempo e no espaço. Isto porque o mesmo objeto de investigação pode ser interpretado por diferentes práticas discursivas (...) ao mesmo tempo em que, em cada uma destas práticas, há diferentes leituras interpretativas no tempo e no espaço (JENKINS, 2004, p. 24).

Entender a História como uma narrativa ou como um discurso sobre o real pressupõe aceitar que ela está longe de revelar uma suposta verdade acontecida no passado ou se constituir como o próprio passado, como se pensava outrora. Significa perceber que o conhecimento histórico é uma construção que envolve inúmeras reflexões como, por exemplo, sobre as fontes a serem trabalhadas, as opções teórico-metodológicas, a trama, a tessitura do texto, as interpretações, a narrativa, a subjetividade de quem escreve e a mediação entre o passado (objeto de investigação) e o presente (tempo no qual escreve o/a historiador/a). “A História tem como meta atingir a verdade do acontecido, mas não como mimesis. Entre aquilo que teve lugar um dia, em um tempo físico já transcorrido e irreversível, e o texto que conta o que aconteceu, há uma mediação” (PESAVENTO, 2003, p. 50).

Nesse sentido é possível afirmar que o trabalho historiográfico busca se aproximar o máximo possível do que aconteceu um dia e que o/a historiador/a pode relatar um tempo transcorrido mesmo que esse mesmo tempo ou fato relatado possa ser objeto de outras tantas versões. Trabalha, portanto, não com a verdade mas com a verossimilhança. Para tanto constrói “uma trama e uma narrativa do passado a partir das fontes existentes, dos recursos teórico-

metodológicos escolhidos e de um olhar, dentre vários outros possíveis, marcado por nossa atualidade, vale dizer, por nossa inserção cultural e social, enfim, por nossa própria subjetividade” (RAGO, 2004, p. 10).

Nas palavras de Sandra Pesavento “tudo o que foi um dia poderá vir a ser contado de outra forma, cabendo ao historiador elaborar uma versão plausível, verossímil de como foi. Mesmo admitindo uma certa invariabilidade no ter sido, as formas de narrar o como foi são múltiplas e isso implica colocar em xeque a veracidade dos fatos” (2003, p. 51).

Pensando no que comumente tem sido denominado de “História das Mulheres” é possível vislumbrar um horizonte pleno de multiplicidades, de interpretações, de olhares, de formas de narrar suas trajetórias, histórias de vida, biografias, ações políticas, culturais, esportivas, entre outras. Essa multiplicidade advém tanto das configurações teóricas e metodológicas adotadas pelas/os historiadoras/es, quanto das questões afetas à compreensão que se têm acerca do objeto específico de investigação, ou seja, sobre as próprias mulheres. Isso significa afirmar que na historiografia sobre mulheres tanto se pode encontrar abordagens que tratam das mulheres como um bloco uníssono quanto aquelas que as analisam ressaltando suas particularidades e diferenças.

Nesse particular torna-se pertinente ressaltar a importância dos atravessamentos disciplinares visto que a História, ao dialogar com a literatura, com os estudos de gênero e com as epistemologias feministas, tem permitido a emergência de diferentes práticas discursivas conferindo visibilidade às mulheres como sujeitos históricos. Razão pela qual não há como falar de uma

“História das Mulheres”, mas de “histórias” e de “mulheres”, onde inexiste uma hegemonização do fazer historiográfico visto que as mulheres são plurais e que as abordagens possíveis de narrá-las podem ser absolutamente diversas.

Identificada, por vezes, como parte do que se poderia dizer de uma historiografia dos excluídos, o campo acadêmico “História das Mulheres” buscou se diferenciar da historiografia oficial que, de certa maneira, ao abordar a História dos homens como da espécie e não do gênero, acabou por cunhar a memória da humanidade e sua História a partir do masculino. Invisibilizado acadêmica e politicamente o fazer das mulheres foi narrado a partir da idéia de um sujeito genérico universal representado, nas sociedades ocidentais, como sendo o homem, branco, heterossexual e cristão.

Marcar a diferença talvez tenha sido o primeiro grande passo da historiografia feminista que, ancorada em diferentes aportes epistemológicos, políticos e metodológicos, construiu uma narrativa tão diversa quanto necessária. Em que pesem as especificidades e a contribuição de cada uma destas abordagens para o desenvolvimento do campo acadêmico “História das Mulheres”, creio ser relevante destacar o ensaio publicado em 1986 pela historiadora norte-americana Joan Scott, intitulado “Gender: a useful category of historical analysis”⁶⁸.

Considerado como um clássico dos estudos de gênero este texto trouxe significativa importância ao campo da historiografia contemporânea, seja porque lançou luzes sobre o conceito de “gênero” como uma categoria analítica, seja porque introduziu, no campo “História das Mulheres”, a perspectiva pós-estruturalista. Guacira Louro, utilizando-se das análises de Kathleen Canning

explicita algumas das razões pelas quais esse texto se tornou uma referência.

Vejam os:

Ao introduzir a teoria pós-estruturalista na História das Mulheres/de Gênero, Scott assentou os fundamentos para uma reinterpretação crítica de conceitos tais como experiência, agência e identidade e colocou gênero no coração das nascentes discussões históricas do pós-estruturalismo. Ainda que a História das Mulheres/de Gênero preparasse o terreno em muitos aspectos para a virada lingüística, as respostas freqüentemente cáusticas ao desafio de Scott deixam claro que este é também um campo no qual os riscos do debate são particularmente altos (CANNING apud LOURO, 1995, p. 104-105).

Não apenas o fazer historiográfico é questionado por Scott quando propõe uma História analítica e não descritiva como também a designação “História das Mulheres” é colocada em suspeição, na medida em que atribui ao gênero uma categoria imperante da análise histórica visto que masculino e feminino são construções sociais e históricas. Com astúcia e ousadia, Scott alerta para emergência de uma análise histórica relacional, visto que ser masculino só pode ser entendido a partir do que se institui como sendo feminino e vice-versa.

Surgido na década de 70, no contexto anglo-saxão, a partir de algumas vertentes da denominada segunda onda feminismo, o termo “gênero” permitiu alavancar uma produção acadêmica larga e importante, tanto no campo historiográfico quanto fora dele. Partindo da afirmação de que não é apenas o sexo anatômico que estabelece diferenças entre homens e mulheres mas, também, aspectos sociais, históricos e culturais esse conceito desestabilizou a noção da existência de um determinismo biológico cuja proposição primeira estava ancorada na afirmação de que homens e mulheres constroem-se masculinos e femininos pelas diferenças corporais e que essas diferenças justificam determinadas desigualdades, atribuem funções sociais, determinam papéis a serem desempenhados por um ou outro sexo (Goellner, 2001).

O termo “gênero”, quando olhado por essa ótica, desnaturalizou o comumente considerado “natural” evocando novas ordens epistemológicas para compreender os fenômenos humanos. Evocando, como escreve Scott, mudanças paradigmáticas, vale dizer, não apenas mudanças de perspectivas teóricas no uso da categoria gênero mas, ainda, uma mudança radical na forma de fazer História. “Em vez da busca de origens únicas, temos de

pensar nos processos como estando tão interconectados que não podem ser separados (...) devemos buscar não a causalidade geral e universal mas uma explicação baseada no significado“ (SCOTT, 1995, p. 85-6).

Ainda com relação ao termo gênero é necessário considerar que este não é um termo unívoco. Num primeiro momento esteve relacionado aos estudos das mulheres, mais especificamente àqueles estudos que advinham de uma militância feminista dos anos 60 e 70 do século XX e que trazia como uma das suas intenções denunciar a situação de dominação da mulher em relação ao homem. Mais especificamente no campo historiográfico abordagens como esta revelavam a quase invisibilidade das mulheres como sujeitos, seja nas grandes narrativas sobre a História da humanidade, seja como protagonistas na própria produção historiográfica. Reivindicavam à História a tarefa de salientar a importância da participação das mulheres na constituição das sociedades e culturas, reconhecê-las no espaço público e político e nos meandros do cotidiano.

Esse movimento produz e é também produzido pela própria crise paradigmática da historiografia moderna, onde as abordagens tradicionais da escrita da História, cuja objetividade se propunha a narrar os grandes feitos, fatos políticos e heróis (e não heroínas), passa a ser substituído por outros fazeres historiográficos que possibilitaram o surgimento de novos objetos, problemas, instrumentos analíticos e fontes. Despontam, a partir dessa crise, temas como História dos negros, dos operários, das mulheres, do cotidiano, das coisas, das instituições.... objetos de investigação até então marginalizados pela historiografia tradicional. Nesse sentido, não há como pensar a “História das Mulheres”, sem estabelecer conexões com outros campos temáticos, tais como os estudos sobre gênero, sexualidade e, sobretudo, com os aportes epistemológicos feministas. Essa ressalva deve ser mencionada visto ser o movimento feminista, desde a sua origem, aquele que mais reclamou às mulheres a sua condição de sujeito reivindicando, a desnaturalização das essências do humano. No dizer de Tânia Swain:

Os feminismos têm sido, assim, ponta de lança para a crítica da ciência, das verdades instituídas, dos valores transformados em leis, apontando para a historicidade absoluta do humano e dos sentidos criados em práticas discursivas, marcadas de tempo e de espaço e por elas

universalizadas. Fala-se inclusive de “o feminismo”, ignorando a pluralidade e a riqueza das análises produzidas em milhares de textos, marcando a produção do conhecimento no feminino da mesma essência única que se atribui às mulheres. De fato “o homem” designa o universal, o humano, “os homens”, as suas divisões individuais; a “mulher” aponta para uma espécie do humano, o “outro”, e “as mulheres” apenas o quantitativo (SWAIN, 2004).

Ainda que muitas reivindicações feministas possam ser semelhantes há que referenciar a impossibilidade de falar de feminismo no singular porque são múltiplas as suas vertentes e estas operam com conceitos e representações, por vezes, similares, por vezes contraditórias, inclusive no campo historiográfico. Nesse particular, mais do que entender as especificidades teóricas, conceituais e analíticas das diferentes e possíveis abordagens no que tange às histórias das mulheres me parece ser necessário registrar neste texto o deslocamento do foco investigativo, primeiro do termo “mulher” para “mulheres”. Aqui não é apenas uma mudança gramatical que está a acontecer, mas uma mudança de cunho epistemológico em que ‘mulher’, dotada de uma essência única e ‘verdadeira’, desdobra-se em mulheres, seres localizados em suas especificidades e experiências múltiplas (SWAIN, 2004).

Outro deslocamento importante pode ser situado na ampliação do próprio objeto de investigação pois não se trata mais de destacar que as mulheres, tanto quanto os homens, têm fecunda participação na História da humanidade mas, fundamentalmente, debruçar-se “na experiência coletiva de homens e mulheres no passado em toda a sua complexidade, bem como procurar um aprimoramento metodológico que permita recuperar os mecanismos de relações sociais entre os sexos e a contribuição de cada qual ao processo histórico” (MATOS, 1997, p. 79). De outra forma: enfatizar a aparição e o fortalecimento dentro do campo historiográfico da categoria analítica “gênero” que, por ser relacional, destaca que a construção de representações do feminino só se dá quando relacionada ao masculino (e vice versa) sendo ambas produzidas social, cultural e historicamente.

No que respeita ao conceito de gênero, diferentes vertentes feministas operam com diferentes configurações do termo embora de uma forma mais abrangente estejam ligadas à desnaturalização de que o sexo anatômico será determinante na imposição das diferenças entre homens e mulheres e, conseqüentemente, dos locais sociais atribuídos a cada um deles. Dagmar Meyer, ao analisar a constituição do campo dos estudos feministas e sua articulação com a categoria gênero, explicita:

Como construção social do sexo, gênero foi (e continua sendo) usado, então, por algumas estudiosas, como um conceito que se opunha a - ou complementava a -

noção de sexo e pretendia referir-se aos comportamentos, atitudes ou traços de personalidade que a cultura inscrevia sobre o corpo sexuado. Nestas perspectivas, a ênfase na construção social de gênero não foi, necessariamente, acompanhada de problematizações acerca de uma “natureza” biológica universalizável do corpo e do sexo. Ou seja, em algumas dessas vertentes continua(va)-se operando com o pressuposto de que o social e a cultura agem sobre uma base biológica universal que os antecede (2003, p. 15).

É exatamente a universalização e a fixidez das bases biológicas um dos pontos a inaugurar um outro olhar sobre o gênero oriundo da produção do feminismo pós-estruturalista. Esta abordagem encontra fundamentação nas teorizações de Michel Foucault e Jacques Derrida, quando privilegiam a centralidade da linguagem como um local de produção das relações que a cultura estabelece entre corpo, sujeito, conhecimento e poder. Para essa perspectiva teórica, o conceito de gênero engloba, também, as formas de construção social, cultural e lingüística que estão implicadas nos processos de diferenciação entre mulheres e homens, levando em consideração, portanto, que as instituições, as leis, as políticas, as normas, enfim, os processos simbólicos de cada cultura, ao mesmo tempo em que são constituídas por representações de masculinidade e feminilidade, produzem essas representações ou, ainda, as ressignificam (Meyer, 2000).

A vertente pós-estruturalista, ao operar com o conceito de gênero, projeta para o termo uma configuração que está para além da sua recorrência como uma categoria analítica. O gênero é observado como algo que integra a identidade do sujeito, que faz parte da pessoa e a constitui. Decorre dessa representação uma importante diferenciação com relação a outras abordagens feministas e historiográficas, que ao analisarem as mulheres e suas historicidades, recorrem a conceitos como os de estereótipo e/ou papéis sexuais. Papéis e estereótipos revelam-se como estruturas fixas baseadas em padrões ou regras estabelecidas por cada sociedade. Assim, os sujeitos aprendem a ser homens e mulheres adaptando-se ou aprendendo a comportar-se de acordo com esses papéis. Nesse caso, ficariam sem exame não apenas as múltiplas formas que podem assumir as masculinidades e feminilidades, como

também as complexas redes de poder que (através das instituições, dos discursos, dos códigos, das práticas e dos símbolos...) constituem hierarquias entre os gêneros (LOURO, 1997, p. 24).

Enfim, para os estudos decorrentes do pós-estruturalismo, masculinidade e feminilidade se definem reciprocamente visto não existir nenhuma essência à priori determinada para uma e outra identidade. Essas identidades, ao contrário, são produzidas na cultura não havendo uma fixidez na sua produção. Rejeitam, por conseguinte, a idéia da existência de uma essência que está colocada para um e outro sexo uma vez que não se está a considerar a construção cultural dos gêneros, mas a enfatizar um caráter já fixado da condição humana.

Para os estudos decorrentes do pós-estruturalismo os sujeitos não são apenas homens ou mulheres, mas homens e mulheres de várias etnias, classes, religiões, gerações, etc, portanto, há diferentes mulheres e diferentes homens sendo que suas identidades se constroem ao longo da vida através de inúmeras práticas sociais.

Quando associada aos estudos históricos, essa vertente teórica enfatiza que a História, mais do que revelar verdades, busca fissurar o passado, reivindicando “a poderosa força da imaginação para detectar o possível, o silenciado, os comportamentos e relações humanas que não obedecem aos estereótipos e padrões; aponta para um universo onde a fissura é a superfície, pois reconhece como construídos os paradigmas de “mentalidades hegemônicas” ou de “visões de mundo”, compartilhadas por uma maioria” (SWAIN, 2004). Escrever, portanto, sobre as mulheres e suas histórias “é mais do que nunca uma atividade política, recusando a repetição do mesmo, aquele murmúrio infindável de reafirmação da ordem, de criação incessante de um mundo pensado de forma binária, conjugado no masculino, nas articulações de poder, nas economias gerais do saber, construtoras de hierarquias, diferenças e desigualdades” (Ibid., 2004).

Ao me identificar com essa compreensão acerca do fazer historiográfico passo a apontar algumas questões que considero requerer atenção de quem se lança aos desafios do pesquisar.

História e Histórias: algumas considerações teórico-metodológicas

A “escolha” de uma prática de pesquisa, dentre outras, diz respeito ao modo como fomos e estamos subjetivadas/os, como entramos no jogo de saberes e como nos relacionamos com o poder. Por isto, não escolhemos, de um arsenal de método, aquele que melhor nos atende, mas somos “escolhidas/os” (e esta expressão tem, na maioria das vezes, um sabor amargo) pelo que foi historicamente possível de ser enunciado; que para nós adquiriu sentidos; e que também nos

significou, nos subjetivou, nos (as)sujeitou
(CORAZZA, 2002, p. 124).

Adotar como objeto de investigação as mulheres e suas historicidades é, sem dúvida alguma, uma opção individual e está permeada por significações que cada autora/a empreende ao seu esforço investigativo. É também político porque circunscrito ao ambiente acadêmico, onde temáticas como essas encontram-se, muitas vezes, nas zonas de sombra sendo responsabilidade do/a pesquisador/a trazê-las à luz, conquistar espaços, atribuir-lhes sentidos. Político também porque fazer pesquisa implica em fazer opções epistemológicas e metodológicas e estas nunca são neutras nem a-históricas.

Portanto, ao refletir sobre algumas questões que envolvem meu fazer historiográfico, quero chamar a atenção para alguns pontos que considero extremamente relevantes, a saber: a concepção de História e a consequente ancoragem teórica da pesquisa, o papel do/a pesquisador/a, a produção das fontes, a construção da narrativa, a interpretação e a tessitura do texto.

Compreendo a História como uma narrativa capaz de fazer conhecer um tempo que já passou, rememorando, assim, o passado no presente. É, pois, uma tentativa de estabelecer nexos entre diferentes épocas estando ciente de que o passado é algo que se pode conhecer e que esse conhecer é coisa em movimento, que se transforma ininterruptamente. Daí a História ser sempre um entre-tempos onde o/a historiador/a produz uma possível versão do acontecido a partir dos vestígios que conseguiu reunir do tempo transcorrido e do seu próprio tempo na medida em que está imerso nele, sendo por ele subjetivado.

Esse entre-tempos do texto produzido é um ato, simultaneamente, individual e social. Um ato que requer disciplina, conhecimento teórico-metodológico, capacidade de observação e, sobretudo, de imaginação. Refiro-me, enfim, a escrita da História não como uma possibilidade de recuperar ou revelar o que está no passado, mas de reconstruir esse passado a partir das fontes que nos permitimos buscar e do olhar que sobre ela debruçamos. Nas palavras de Jenkins “o passado que “conhecemos” é sempre condicionado por nossas próprias visões, nosso próprio “presente“. Assim como somos produtos do passado, assim também o passado conhecido (a história) é um artefato nosso. Ninguém, não importando quão imerso esteja no passado, consegue

despojar-se de seu conhecimento e de suas pressuposições” (2004, p. 33).

Falo, portanto, da figura do/a historiador/a e, por conseguinte, da produção das fontes. Digo produção porque um documento, uma imagem, um artefato não são fontes históricas em si. O/a pesquisador/a é que lhe atribui esse significado a partir das questões que levanta para pesquisar, das indagações que faz sobre esse documento, da trama a partir do qual o documento é engendrado e sobre a qual ele pode falar. O documento é uma fonte porque alguém lhe conferiu voz.

A figura do narrador – no caso o historiador, que narra o acontecido – é a de alguém que mediatiza, que realiza uma seleção dos dados disponíveis, que tece relações entre eles, que os dispõe em uma seqüência dada e dá inteligibilidade ao texto. Tais atividades envolvem a montagem de uma intriga, a urdidura de um enredo, a decifração de um enigma. O narrador é aquele que se vale da retórica, que escolhe as palavras e constrói os argumentos, que escolhe a linguagem e o tratamento dado ao texto, que fornece uma explicação e busca convencer (PESAVENTO, 2003, p. 50).

Com relação às fontes a serem analisadas, antes de tudo é, pertinente ressaltar que aquilo que determina as fontes é exatamente o problema a ser investigado. É aquilo que está sendo colocado em questão, em suspeição, aquilo que se está problematizando. Feita essa escolha, o ofício de historiar começa a aflorar. Como afirma De Certeau:

Em história tudo começa com o gesto de separar, de reunir, de transformar em “documentos” certos objetos distribuídos de outra maneira. Esta nova distribuição cultural é o primeiro trabalho. Na realidade, ela (a história) consiste em produzir tais documentos mudando ao mesmo tempo seu lugar e o seu estatuto. Este gesto consiste em isolar um corpo, como se faz em física, e em desfigurar as coisas para constituí-las como peças que preencham lacunas de um conjunto proposto a priori. (...) Longe de aceitar os dados, ele os constitui. O material é criado por ações combinadas, que o recortam no universo do uso, que vão procurá-lo também fora das fronteiras do uso e que o destinam a um emprego coerente (1982, p. 65).

Em se tratando de fontes, elas podem ser múltiplas e de diferentes tipos.

Documentos oficiais, jornais, revistas, diários, correspondências, atas, livros de registros, de receitas e tantos outros documentos escritos podem se tornar fontes importantes de pesquisa bem como fotografias, objetos, utensílios, ferramentas, prédios arquitetônicos, monumentos, vestuário, quadros, filmes.... Enfim, tudo pode vir a ser uma fonte histórica desde que articulada ao problema a ser investigado e ao período da investigação. Ou seja, qualquer produção, seja ela de uma pessoa, grupo, instituição pode vir a contribuir para o entendimento de uma determinada época e isso só será possível se houver uma articulação com a pergunta inicial a que se quer responder.

Quanto mais diversas forem as fontes de pesquisa mais possibilidade se tem de aproximar-se de acontecido. No entanto, não basta acessar uma infinidade de fontes se aquele/a que escreve não souber lhes dar voz, ou seja, se não tiver a capacidade de confrontá-las e de colocá-las em diálogo.

Tecer a trama a partir dos vestígios escolhidos para serem analisados resulta de um processo minucioso e árduo que envolve a tarefa de delimitar uma temática de investigação, de vasculhar o maior número possível de fontes e fazê-las dialogar, de mergulhar nas análises, de garimpar as palavras para produzir a escrita, de reunir condições e argumentos para dar a ver e de instigar a imaginação porque imaginar não significa, simplesmente fantasiar. Quando se pensa em pesquisa histórica é necessário vislumbrar no horizonte analítico o componente da ficção pois, de certa forma ele também se faz presente na urdidura das histórias. Ficção entendida, aqui, a partir da percepção de Natalie Davis, e que está muito longe da idéia de se constituir como sinônimo de fantasia ou de falsidade. Para essa autora, a ficção é uma possibilidade de invenção absoluta dos dados do real, ou ainda “aquilo que é trabalhado, construído ou criado a partir do que existe” (DAVIS apud PESAVENTO, 2003, p. 53). Razão pela qual imaginar e interpretar são partes de um mesmo processo. Vale dizer, então que interpretar, quando se pensa na escrita histórica, é muito mais do que expor dados.

Interpretar é traduzir. O prazer de interpretar emerge do trabalho dedicado de conhecer aos poucos, das confrontações, de um pacto entre inteligências solidárias que vão se percebendo num jogo de aproximações e distanciamentos. Por esse motivo interpretar a história é voltar a um começo possível. O caminho de volta, no entanto, não é um simples

retorno. O começo ao qual retornamos avançando já é um ponto diferente do inicial. Esta tensão se insinua na efetiva dificuldade que é problematizar o instituído e pensar simultaneamente nas diversas faces do problema construído (NUNES, 1996, p. 24).

Interpretação, erudição, relação da teoria com a empiria, imaginação, ficção... palavras relacionadas à investigação histórica e, de certa forma, ao fazer historiográfico. Isto é, ao que se pode traduzir como o percurso metodológico sobre o qual se constrói um texto, uma pesquisa.

Uma primeira questão a ser pensada é que o método não pode ser concebido como algo a aprisionar a investigação. Ele não é dado à priori. O problema a ser investigado é que chama os procedimentos metodológicos, os instrumentos analíticos a serem adotados e estes estão sempre em construção. O fazer metodológico na pesquisa histórica deriva tanto do problema como também da perspectiva teórica que ilumina o olhar do/a pesquisador/a.

“Montar, combinar, compor, revelar o detalhe, dar relevância ao secundário, eis o segredo do qual a História se vale, para atingir os sentidos partilhados pelos homens (e mulheres) de um outro tempo” (PESAVENTO, 2003, p. 65). Em outras palavras: conjugar textos, ampliar fontes, interpretar silêncios, ler o não escrito, investigar... molhar-se no tempo estudado, evitar os anacronismos, observar a linguagem, estar atento à imprevisibilidade, desconfiar do óbvio, articular hipóteses, evocar interpretações, garimpar palavras, expor idéias, dizer sobre e, também, dizer-se.

Para Clarice Nunes, fazer pesquisa histórica prescinde de saber articular. E a articulação exige:

Uma decisão e uma iniciativa de exercê-la; o emprego de abstrações adequadas à apropriação dos referenciais teóricos e das fontes de pesquisa; o pensamento relacional que desestabiliza a rotina e os “cães de guarda teórico-metodológicos”; o discernimento que se apóia numa operação complexa e que permite ao historiador avaliar a herança recebida para avançar além dela. A complexidade do ato articulador pressupõe inúmeras ações: censuras, inclusões, partilhas, recusas, desvios, empréstimos, aproximações, afastamentos, comentários, associações, recriações, análises e sínteses (NUNES, 1986, p. 24).

Em síntese, pensar no “como fazer uma pesquisa historiográfica” significa, sobretudo, não fetichizar o método mas saber articular o tema, as fontes e o aporte teórico valendo-se assim de uma profundidade interpretativa explorando todas as possibilidades, não apenas aquelas que as fontes oferecem mas, ainda, dos dados oriundos do contexto no qual o trabalho se insere. E também do extratexto, que nada mais é do que toda a bagagem que o/a historiador/a possui e que se refere ao contexto mais amplo podendo intervir na estratégia de cruzamento com os dados em análise (Pesavento, 2003).

Dessa capacidade interpretativa e da fluidez e densidade da retórica depende o trabalho de pesquisa e esta tarefa que é árdua, e requer determinação, ousadia, responsabilidade, disciplina e rigor, independente da temática abordada. É, sim, um pressuposto e também uma intencionalidade a dirigir um jeito de fazer pesquisa que extrapola o academicismo e investe na produção do conhecimento como um ato político de exercício de liberdade.

Visibilidades Conquistadas: Mulheres e Histórias

Os homens – no masculino e no feminino, na infância, na juventude, na maturidade e na velhice, do nascimento até à morte – não vivem apenas no meio dos objectos e dos pensamentos de todos os dias, vivem com o seu corpo, por meio do seu corpo. Este objecto de estudo da anatomia, da fisiologia, da biologia, transformou-se também em objecto da história. As representações colectivas do corpo, esse suporte da saúde, da doença, do exercício físico, da sexualidade são diferentes, conforme as sociedades e as épocas. A história do corpo só assume todo o seu significado ao nível do quotidiano (LE GOFF, 1994, p. 8).

Ao investigar sobre as mulheres, seus corpos e suas histórias procuro trazê-las à luz em espaços onde, por vezes, figuram como coadjuvantes ou simplesmente são invisibilizadas. Mulheres cujas memórias dizem de um outro tempo e que, na teia das relações, fizeram suas próprias histórias de sucessos, fracassos, frustrações e conquistas. Minha escrita sobre as mulheres, em especial no campo das práticas corporais e esportivas, está enredada no percurso narrativo do texto que ora escrevi. Parte da representação primeira de

que, acadêmica e politicamente, é impossível falar da mulher no singular muito menos de um jeito feminino de ser como algo fixo e essencial. Sustentando essa proposição, trilho um fazer historiográfico fazendo ver a impossibilidade de uma versão única e verdadeira para as mulheres e suas múltiplas historicidades.

Se para iniciar o esse texto partilhei meu sentir com Marguerite Duras, para concluir recorro à Clarice Lispector, por tudo que aqui escrevi.

Não, nem a pergunta eu soubera fazer. No entanto, a resposta se impunha a mim desde que eu nascera. Fora por causa da resposta contínua que eu, em caminho inverso, fora obrigada a buscar a que pergunta ela respondia (1994, 61).

Referências

- BLOCH, M. *Introdução à História*. Lisboa: Publicações Europa-América, s.d.
- CERTEAU, M. de. *A escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.
- CORAZZA, S. M. Labirintos da pesquisa, diante dos ferrolhos. In COSTA, Mariza V. (Org.) *Caminhos Investigativos: novos olhares na pesquisa em educação*. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.
- DURAS, M. *Os olhos verdes*. Rio de Janeiro: Editora Globo, 1988.
- JENKINS, K. *A História repensada*. São Paulo: Contexto, 2004.
- LISPECTOR, C. *A paixão segundo G.H.* Rio de Janeiro: Francisco Alves Editora, 1994.
- LE GOFF, J. A História do Quotidiano. In: ARIÈS, P., DUBY, G. e LE GOFF, Jacques. *História e Nova História*. Lisboa: teorema, 1994.
- LOURO, G. L. Gênero, História e Educação: construção e desconstrução. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, vol 2, nº 20, p. 101-132, jul/dez.1995.
- _____. *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis: Vozes, 1997
- GOELLNER, S.V. Gênero, Educação Física e esportes. In. VOTRE, Sebastião (org). *Imagário & representações sociais em educação física, esporte e lazer*. Rio de Janeiro: Editora Gama Filho, 2001.

_____. *Bela, maternal e feminina: imagens da mulher na Revista Educação Physica*. Ijuí: Editora Unijuí, 2003.

MATOS, M. I. S. de. Gênero e História: percursos e possibilidades. In: SCHPUN, Mônica R. *Gênero sem Fronteiras*. Florianópolis: Editora Mulheres, 1997.

MEYER, D. E. Cultura teuto-brasileiro-evangélica no Rio Grande do Sul: articulando gênero com raça, classe nação e religião. *Revista Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 25, n. 1, p. 135-62, jan/jul. 2000.

_____. Gênero e educação: teoria e política. In: LOURO, Guacira, NECKEL, Jane e GOELLNER, Silvana V. *Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo em educação*. Petrópolis: Vozes, 2003.

NUNES, C. Os desafios da pesquisa histórica. In: RODRIGUES, Maritita A. A. et al. *Coletânea do IV Encontro Nacional de História do Esporte, Lazer e Educação Física*. Belo Horizonte: UFMG/EEF, 1996.

PESAVENTO, S. J. *História & História Cultural*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

RAGO, M. A História repensada com ousadia. In: JENKINS, Keith. *A História repensada*. São Paulo: Contexto, 2004.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*. Porto Alegre, v.20, n.2, jul/dez 1995.

SWAIN, T. N. Intertextualidade: perspectivas feministas e foucaultianas. *Labrys: estudos feministas*, vol 4, jan/jul 2004. Disponível em <<http://www.unb.br/ih/his/gefem/labrys5/textos/eubr.htm>>. Acesso em 02 fev. 2005.

THOMPSON, P. *A voz do passado: história oral*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.